

estudos

S O B R E • S E G U R O S

UM ESTUDO SOBRE AUTORREGULAÇÃO DOS CORRETORES DE SEGUROS E NA CORRETAGEM DE SEGUROS

*Un estudio sobre la autorregulación de los
corredores de seguros y el corretaje de seguros*

*A study on the self-regulation of
insurance brokers and insurance brokerage*

Edição especial trilingue



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS

CPES CENTRO DE PESQUISA E
ECONOMIA DO SEGURO

UM ESTUDO SOBRE AUTORREGULAÇÃO
DOS CORRETORES DE SEGUROS
E NA CORRETAGEM DE SEGUROS

© FUNENSEG, 2016. É permitida a citação total ou parcial, do texto publicado nesta edição, desde que identificada a fonte.

CONSELHO EDITORIAL | *Claudio Contador, Francisco Galiza, Joel Gomes, Lauro Vieira de Faria, Lucio Antonio Marques, Moacyr Lamha Filho, Natalie Haanwinckel Hurtado, Paulo Marraccini, Ricardo Bechara Santos, Roberto L.M.Castro, Sandro Leal Alves, Sergio Viola*

EDITOR EXECUTIVO | *Claudio Contador* <claudiocontador@funenseg.org.br>
EDITOR RESPONSÁVEL | *Vera de Souza* (13085-JP) <verasouza@funenseg.org.br>
JORNALISTA | *Mariana Santiago* <marianabittencourt@funenseg.org.br>
COORDENAÇÃO GRÁFICA | *Hercules Moreira Rabello* <herculesrabello@funenseg.org.br>
REVISÃO | *Thaís Chaves Ferraz*
PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO | *Grifo Design*
TIRAGEM | 1.200 exemplares
IMPRESSÃO | *Gráfica Stamppa*

O trabalho publicado nesta edição é de responsabilidade do autor e não reflete, necessariamente, a opinião da Funenseg.

Virginia Thomé – CRB-7/3242

Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

G156e Galiza, Francisco José dos Santos

Um estudo sobre autorregulação dos corretores de seguros e na corretagem de seguros / Francisco José dos Santos Galiza.

-- Rio de Janeiro : ENS, 2016.

188 p. ; 21 cm (Estudos sobre Seguros, 30)

O presente estudo será apresentado em três idiomas (português, inglês e espanhol).

ISBN nº 978-85-7052-593-2.

1. Corretor de seguros - Autorregulação - Estudo. I. Série. III. Título.

0016-1666

CDU 368.023.5(078.7)

UM ESTUDO SOBRE AUTORREGULAÇÃO DOS CORRETORES DE SEGUROS E NA CORRETAGEM DE SEGUROS

ESTUDOS SOBRE SEGUROS
Edição especial trilingue – 30

FRANCISCO GALIZA
Março/2016

estudos

S O B R E • S E G U R O S

S érie destinada à publicação de trabalhos e pesquisas de profissionais das áreas de seguro, resseguro, previdência e capitalização. É comercializada com exclusividade em seminários, palestras, fóruns e *workshops* realizados pela Escola Nacional de Seguros e por instituições do mercado de seguros. Os textos podem ser impressos (em formato pdf) no site da Escola (www.funenseg.org.br), link <<http://www.funenseg.org.br/livros/>>, em "Estudos para *download*".

Para publicação na série, os textos devem ser encaminhados, para avaliação, para o diretor do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES) da Escola Nacional de Seguros, Claudio R. Contador. Enviar duas cópias: uma por e-mail para claudiocontador@funenseg.org.br, mencionando no assunto "Estudos sobre seguros – Trabalho para Avaliação"; e outra impressa para a diretoria do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES) (Rua Senador Dantas, 74 – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205), identificando no envelope "Estudos sobre seguros". Incluir nas duas cópias um resumo em português e em inglês do trabalho. As referências bibliográficas devem ser incluídas no final do texto. Enviar também um breve currículo profissional, e-mail e telefone para contato.

A Escola Nacional de Seguros

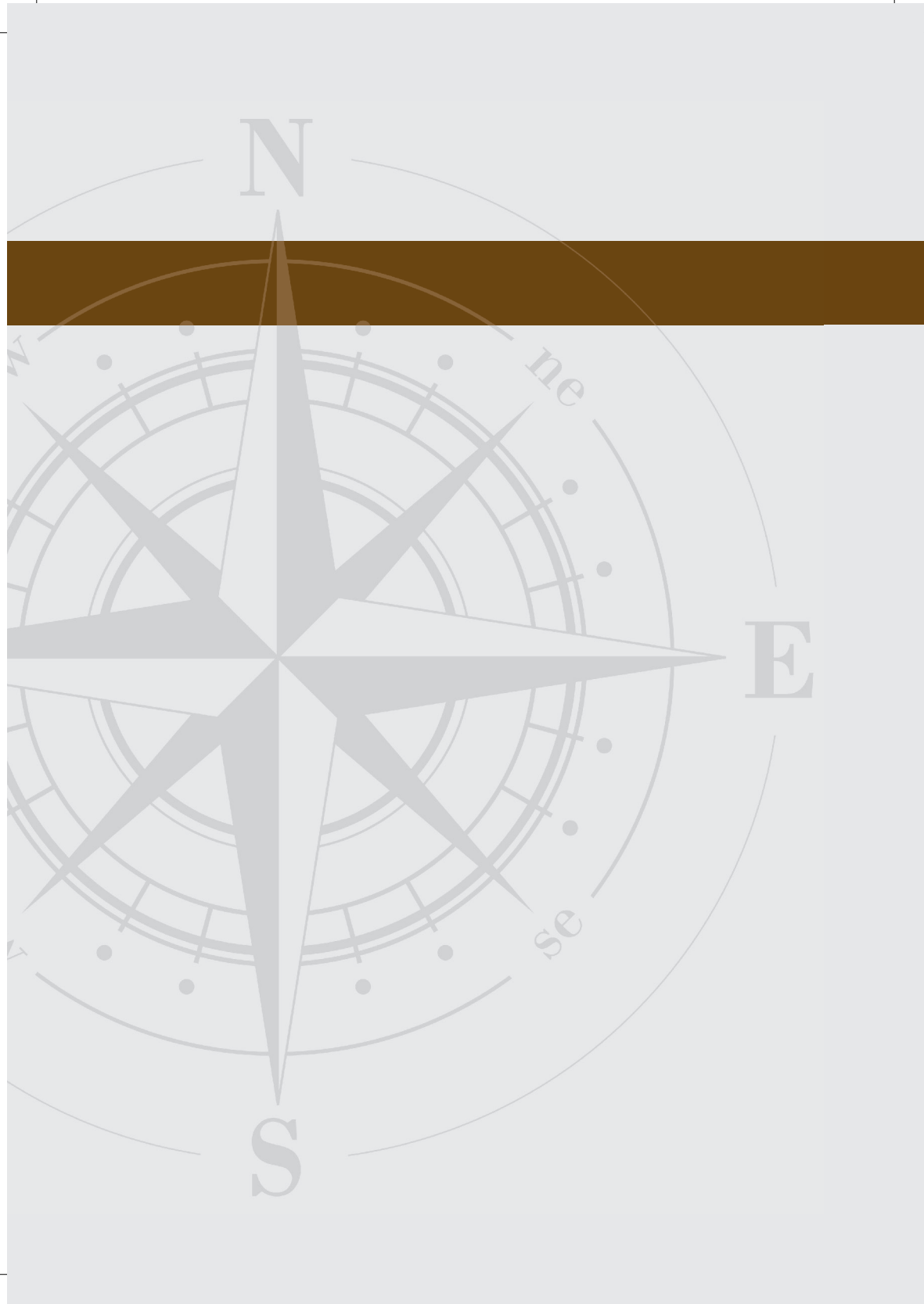
A Escola Nacional de Seguros foi fundada em 1971, com a missão de desenvolver o mercado de seguros através da geração e difusão de conhecimento e da capacitação de profissionais.

A princípio com um ensino voltado para a parte técnica, a Escola elaborou o curso para formação e habilitação de corretores de seguros – o mais requisitado entre os oferecidos pela instituição – e outros programas educacionais, como palestras, *workshops*, seminários e apoio a pesquisa, atividade que hoje se dá sob a competência do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES). Com a crescente demanda por qualificação de nível superior, em 2005, a Escola foi autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) a ministrar, no Rio de Janeiro, a graduação em Administração de Empresas com ênfase em Seguros e Previdência, a primeira do Brasil com tais características. Desde 2009, o curso também é dado em São Paulo.

Em menos de uma década, a Escola tornou-se a terceira melhor faculdade de Administração das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, considerando o *ranking* do Índice Geral de Cursos (IGC), medido pelo Inep/MEC. Por sua excelência na área de administração, seguros e previdência, a instituição fundou, em 2014, o Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES), com o objetivo de analisar os caminhos da indústria de seguros nacional, provendo-a de novos conhecimentos e tecnologias sobre os principais temas que afetam esse mercado: mudanças climáticas, mortalidade no trânsito e aspectos da demografia brasileira.

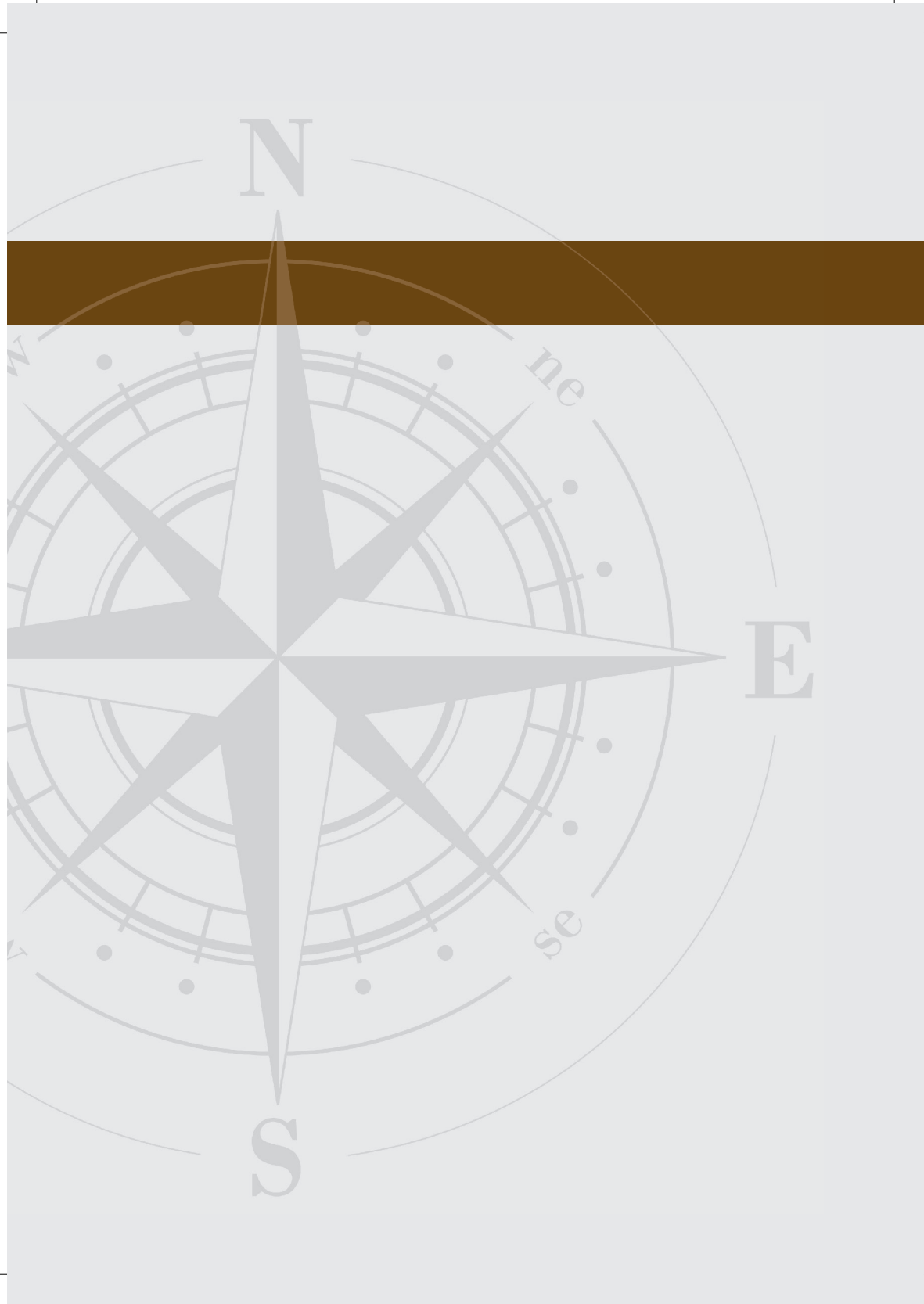
A Escola Nacional de Seguros tem sede no Rio de Janeiro, conta com outras doze unidades regionais e está presente em cerca de 80 cidades de todo o país, através de parcerias, atendendo a mais de 10 mil alunos por ano, por meio de aulas e eventos presenciais e também à distância. Consegue, assim, manter e expandir o elevado padrão de qualidade que é sua marca, bem como ratificar sua condição de maior e melhor escola de seguros do Brasil.

Escola Nacional de Seguros
www.funenseg.org.br



Sumário

I)	Introdução	11
II)	Autorregulação: conceitos principais	13
III)	Exemplos de autorregulação: Brasil	17
IV)	Autorregulação em seguros: mundo	29
V)	Fiscalização de corretores de seguros: Brasil	39
VI)	IBRACOR: o caso brasileiro	49
VII)	Comentários finais	55
VIII)	Bibliografia	59
	 Versão em espanhol	 65
	 Versão em inglês	 127



Apresentação

Em boa hora, a Escola Nacional de Seguros publica esse importante e indispensável estudo, de leitura obrigatória para todos os integrantes do mercado, sobre a “Autorregulação dos Corretores de Seguros e na Corretagem de Seguros”. Dessa forma, essa instituição, que tantos serviços de extrema relevância vem prestando ao mercado de seguros nos últimos 45 anos, mais uma vez marca uma posição de protagonismo, detalhando a importância, os propósitos e o modelo escolhido para o Brasil, visando a implantar um moderno e eficiente marco de autorregulação na corretagem de seguros.

É justo destacar também o minucioso trabalho executado pelo coordenador do estudo, Francisco Galiza, que tem longa experiência na elaboração de pesquisas fundamentais para o desenvolvimento do mercado da área, como o Índice de Confiança do Setor de Seguros (ICSS), produzido mensalmente pela FENACOR.

No caso específico da autorregulação na corretagem de seguros, lembro que, já há algum tempo, esse tema está em voga, não apenas em relação às entidades que representam a categoria, mas também aos órgãos reguladores do setor, em todo o mundo.

Prova disso é que a conceituada e respeitada Associação Internacional dos Supervisores de Seguros (IAIS, na sigla em inglês) incluiu o assunto nos seus princípios básicos de seguros (PBS).

No nosso caso, há um processo inovador, que constitui um marco de autorregulação – com responsabilidade, sendo estabelecido por lei complementar, como um órgão auxiliar da autoridade supervisora estatal, porém, com regulação e fiscalização realizadas por esta entidade.

Alinhada a esses princípios, a Fenacor defende a autorregulação e é também a principal mantenedora do Instituto Brasileiro de Autorregulação do Mercado de Corretagem de Seguros, de Resseguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Ibracor), entidade civil autorreguladora dos corretores de seguros brasileiros.

O Ibracor tem uma missão histórica a cumprir: deve zelar pela preservação da ética e das boas práticas na atividade de corretagem de seguros, a qual é responsável direta por mais de 80% da produção global do mercado brasileiro, o que representa um volume de receitas da ordem de mais de R\$ 200 bilhões anuais.

Os corretores de seguros têm nessa autorreguladora uma aliada, pois dela receberão uma espécie de selo de qualidade, um atestado da sua postura profissional, o qual é fundamentado na defesa dos interesses dos consumidores e da sociedade em geral.

Trata-se de um significativo avanço nas relações do setor, notadamente na melhoria do ambiente de respeito e defesa do consumidor, mas, ao mesmo tempo, se constitui no diploma de maioria – um certificado de emancipação da nossa categoria profissional.

Para todos nós, esse estudo é mais que uma ferramenta de trabalho.

Boa Leitura!

Armando Vergílio dos Santos

*Presidente da Confederação Pan-Americana
de Produtores de Seguros (COPAPROSE)*

*Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros
Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada,
das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros (FENACOR)*

Introdução

O objetivo deste estudo é conhecer e analisar os fundamentos e principais aspectos econômicos e administrativos relativos aos modelos de autorregulação, especificamente nos pontos ligados às áreas de seguros e ao próprio mercado de corretagem desses produtos. A partir disso, tecer comentários e sugestões para que esse segmento possa atingir, no país, efetivamente, um maior grau de eficiência e desenvolvimento.

É, pois, nesse sentido, que este texto se insere. Além desta introdução, o estudo tem os seguintes capítulos, assim detalhados:

- ▶ No **Capítulo II** está a análise dos principais conceitos ligados à autorregulação, com a avaliação das vantagens e desvantagens teóricas desse tipo de abordagem.
- ▶ No **Capítulo III** há a descrição de diversas aplicações de autorregulação no Brasil, que já ocorrem fora da área de seguros.
- ▶ No **Capítulo IV** está explicitado como funciona a fiscalização de corretoras de seguros e, especificamente, a autorregulação nesses mercados, tomando-se como referência exemplos e estudos internacionais. É realizada também uma discussão teórica sobre o tema.
- ▶ No **Capítulo V** há uma análise da situação da fiscalização de corretores de seguros no país, tanto em termos legais como de estatísticas. É feita, inclusive, uma comparação com outros segmentos empresariais e profissionais. Nesse capítulo existe também um tópico comentando a posição do FMI com relação ao tema em questão.
- ▶ No **Capítulo VI** está uma avaliação histórica recente da legislação de autorregulação na área de seguros no Brasil, trazendo como consequência principal a criação do Instituto Brasileiro de Autorregulação do Mercado de Corretagem de Seguros, de Resseguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta – Ibracor, a entidade autorreguladora dos corretores de seguros no país.
- ▶ O **Capítulo VII** traz um resumo com os comentários e conclusões sobre o tema, com propostas sobre uma melhoria institucional desse aspecto no Brasil.
- ▶ O **Capítulo VIII** apresenta a bibliografia.



Autorregulação: conceitos principais

Em princípio, a decisão de regular um mercado leva em conta a sua importância e a necessidade de certo intervencionismo do Estado, para garantir o seu funcionamento adequado. Teoricamente, um mercado capaz de solucionar suas falhas sem interferência externa não deveria sofrer, em contrapartida, qualquer tipo de intervenção. Por outro lado, se determinado mercado é relevante, e incapaz de funcionar apropriadamente, sem certo grau de presença estatal, a regulação deve corrigir as falhas existentes, restabelecendo assim o seu equilíbrio, tendo em vista o interesse público da sociedade. Esse mecanismo é uma resposta à demanda social para correção de práticas ineficientes ou não equitativas. Algumas delas são o monopólio natural, a informação imperfeita ou a assimetria de informações.

Como todo termo que se populariza, é comum o uso da expressão “autorregulação” em diferentes sentidos, para designar contextos distintos. De acordo com Trindade et alli (2010), três situações são as mais comuns. Primeiro, a autorregulação no sentido preponderantemente econômico, ligado à livre iniciativa, em que os mercados sempre alocariam os recursos da maneira mais eficiente, sem a necessidade de intervenção estatal. Assim, segundo essa mesma interpretação, deve-se garantir liberdade às instituições de mercado, que se disciplinariam por conta própria, independentemente de qualquer interferência estatal. Em uma segunda acepção, se faz referência à autorregulação como resultado de uma ação organizada por agentes ou entidades de mercado, mediante a adoção de regras e de mecanismos de composição de conflitos, na chamada “autorregulação de base voluntária”. Em um terceiro sentido, é feita uma alusão à autorregulação decorrente de uma delegação estatal, por meio da qual o órgão regulador atribui ao julgamento e à discricionariedade das próprias instituições reguladas o poder de efetuar a supervisão e prevenir violações às normas legais. Esses dois últimos conceitos são os que consideraremos como os mais importantes neste texto.

Desse modo, pela definição usada aqui, pode-se dizer que a autorregulação é uma modalidade de ação regulatória exercida pelos próprios agentes que nessa área operam, trazendo benefícios para todo o mercado consumidor e todo o grupo em questão. Como são especialmente interessados na qualidade de sua atividade e também os maiores conhecedores desse negócio, os profissionais se organizam para estabelecer padrões de

qualidade e normas de conduta e ética, muitas vezes mais eficientes do que aqueles determinados pelo próprio Estado.

Conceitualmente, esse tipo de controle, feito pelos próprios agentes do mercado, traz vantagens, como as que veremos a seguir:

- ▶ O estabelecimento de regras de boa convivência entre os participantes, sendo que a autorregulação garante segurança jurídica e previsibilidade de suas relações, inclusive quando se trata de controvérsias e punições, o que aumenta a credibilidade da atividade, atraindo mais investimentos para o setor.
- ▶ A ação eficaz do órgão regulador sobre os participantes do mercado pode implicar custos excessivamente altos, quando se busca aumentar a eficiência e abrangência dessa ação.
- ▶ Uma entidade autorreguladora, por sua proximidade das atividades de mercado e seu melhor entendimento sobre elas, dispõe de maior sensibilidade para avaliá-las e normatizá-las, podendo agir com maior presteza e a custos moderados. Suas experiências específicas e conhecimento das operações e práticas, incluindo aquele sobre possíveis fraudes, são fatores que não podem ser desprezados.
- ▶ O fato de a própria comunidade elaborar e estabelecer as normas que disciplinam suas atividades permite que a aceitação destas aumente. Assim, essa comunidade se sente mais responsável por seu cumprimento, diminuindo, por conseguinte, a necessidade de intervenção do órgão regulador.
- ▶ Teoricamente, existe uma maior flexibilidade de edição, alteração e implantação de normas e procedimentos para a aplicação de penalidades estatutárias e administrativas.

Contudo, três cuidados são necessários para que uma autorreguladora funcione de forma eficiente, com ganhos para toda a sociedade. São riscos teóricos que esse tipo de modelo pode ter, independente da área profissional em questão. Por exemplo:

- ▶ Potenciais conflitos de interesses entre os membros das entidades autorreguladoras e os regulados, os quais devem ser evitados;
- ▶ A utilização dos poderes conferidos às entidades autorreguladoras, por estas mesmas, para limitar a competição de outros membros;
- ▶ A atuação ineficiente dessas entidades, de forma a anular os próprios efeitos da regulação.

Ou seja, a complacência em relação a assuntos de interesse público; a tendência à proteção dos regulados; a leniência na imposição de sanções e atitudes tolerantes, decorrentes, por exemplo, do desejo de fugir da publicidade adversa aos negócios, são comportamentos que devem ser completamente evitados. Assim, é importante ressaltar que, na delegação de poderes de normatização e fiscalização, o órgão regulador ainda pode conservar competências residuais que lhe permitam o afastamento de possíveis inconvenientes da autorregulação. Em uma expressão popular, não é um “cheque em branco” que a entidade autorreguladora passa a ter.

Outro conceito importante é que, no sentido estrito do termo, não se deve confundir a autorregulação com um conjunto de normas de conduta, como tem acontecido muito comumente, com a instituição de recomendações, manuais de conduta profissional e ética ou códigos de governança corporativa divulgados por instituições privadas ou públicas. Tais documentos não são de cumprimento obrigatório, ao contrário do que acontece com as normas de uma entidade de autorregulação. Muitas vezes, o máximo de punição é a divulgação pública sobre o fato de a empresa não estar cumprindo essas normas.

Ainda a partir dessas definições, existem, de forma padronizada, dois tipos de autorregulação, conforme descrito a seguir:

i. Autorregulação legal

Nesta modalidade, determinadas entidades privadas têm poderes e deveres delegados por lei para o desempenho de certas atividades, atuando como “um órgão auxiliar” do Estado, editando normas às quais seus membros devem se submeter e fiscalizando seu cumprimento. Por exemplo, no caso do mercado de capitais no Brasil, a BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados (BSM) se encaixaria nesse perfil.

ii. Autorregulação voluntária ou privada

Aqui, os agentes se sujeitam voluntariamente, por vínculo contratual normalmente manifestado pela adesão a uma determinada organização, cuja autoridade supervisora passa a ser reconhecida. A autorregulação voluntária se funda em bases contratuais. Seus membros se submetem a determinadas regras estabelecidas pela entidade autorreguladora, por livre e espontânea vontade, e podem, da mesma forma, se retirar, livremente, caso não desejem mais integrá-la, embora muitas vezes com danos irreparáveis à sua imagem institucional. Por tal motivo, em atenção ao princípio constitucional da livre associação, tal entidade só poderá sofrer qualquer tipo de intervenção estatal se descumprir a lei ou realizar práticas que prejudiquem o mercado.

As atividades finalísticas de entidade autorreguladora podem ser desempenhadas mediante o estabelecimento de padrões de conduta diferenciados; a certificação, através da concessão de selos de qualidade; a conferência de classificações; o monitoramento de seus agentes; o aconselhamento; e a arbitragem. A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e o Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) se encaixam nesse perfil de modelo.

A seguir, no próximo capítulo, um melhor detalhamento da aplicação da autorregulação no Brasil. Ao todo, quatro autorreguladoras são as mais lembradas.

Exemplos de autorregulação: Brasil

Como ilustração, apresentamos a seguir quatro exemplos de autorregulação, já em prática há bastante tempo no Brasil. Três deles se referem à autorregulação voluntária, e um, à autorregulação legal. As ideias e conceitos aqui explicitados podem ser tomados como referência na aplicação ao mercado de seguros.

1 Sistema de Autorregulação Bancária (SARB)¹

A ideia do Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) começou em 2007, a partir do apoio da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). A base para a definição dos temas mais relevantes dos normativos e critérios foi avaliar, naquele momento, as principais demandas dos consumidores junto a bancos, PROCONs, Banco Central e suas ouvidorias. Com isso, um primeiro passo foi a criação do Código de Autorregulação Bancária, que trata do funcionamento de todo o Sistema, em 2008. Posteriormente, vieram as diversas regras de autorregulação bancária desenvolvidas até os dias de hoje.

Existem quatro grandes princípios que norteiam esse código aplicado aos bancos: ética e legalidade, respeito ao consumidor, comunicação eficiente e melhoria contínua.

Atualmente, há 15 normativos em vigor, versando sobre assuntos diversos. Por exemplo: lavagem de dinheiro, crédito consignado, responsabilidade socioambiental, funcionamento dos Serviços de Atendimento ao Consumidor (SACs), etc. Ao todo, quase 20 instituições financeiras já participam voluntariamente do SARB, quais sejam, as maiores do mercado brasileiro.

Nesse modelo bancário, dois aspectos ainda podem ser destacados. Primeiro, a criação de um canal (utilizado de forma eletrônica ou por telefone) de reclamação dos consumidores, no caso da detecção de falta de cumprimento de alguma norma por parte das instituições-membros.

¹ Ver mais detalhes em: FEBRABAN. Autorregulação bancária. Site. Disponível em: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

Segundo, no caso do descumprimento, e após a devida averiguação, podem ser aplicadas advertências, multas ou até ser realizado o desligamento da entidade do sistema (a maior punição possível).

O Capítulo IX (denominado de “Procedimento Disciplinar”) do Código de Autorregulação Bancária² detalha todos os procedimentos relativos a esse assunto, como critérios para o direito de defesa, composição do comitê julgador e prazos, entre outros aspectos. Abaixo, especificamente, citamos o Artigo 42.

Art. 42. A Signatária que descumprir as normas da autorregulação estará sujeita a:

- i. Recomendação do Comitê Disciplinar para o ajuste de sua conduta, encaminhada através de carta reservada.
- ii. Recomendação do Comitê Disciplinar para o ajuste de sua conduta, encaminhada através de carta com o conhecimento de todas as Signatárias, cumulada com a obrigação de pagar uma contribuição entre 1 (uma) e 10 (dez) vezes o valor da menor anuidade paga por uma Associada da Febraban.
- iii. Suspensão de sua participação no Sistema de Autorregulação Bancária, com a interrupção do direito de uso do Selo da Autorregulação e a perda do mandato de seu Conselheiro no Conselho de Autorregulação, cumulada com a obrigação de pagar uma contribuição entre 5 (cinco) e 15 (quinze) vezes o valor da menor anuidade paga por uma Associada da Febraban.

§ 1º. O Comitê Disciplinar determinará a medida considerando a gravidade, o impacto para o Sistema de Autorregulação Bancária e a reincidência da infração.

§ 2º. Na imposição de suspensão, referendada pelo Conselho de Autorregulação, conforme disposto no Art. 21 (ii), o Comitê Disciplinar estabelecerá o prazo e as condições a serem observadas pela Signatária para a cessação da referida medida.

§ 3º. A obrigação de pagar contribuição ao Sistema de Autorregulação Bancária poderá ser complementada pela obrigação de custear ou adotar ações específicas para fortalecer a credibilidade do Sistema Financeiro perante o público em geral, limitada a 5 (cinco) vezes o valor da menor anuidade paga por uma Associada da Febraban.

² Ver: FEBRABAN. *Código de Autorregulação Bancária*. 2008. Disponível em: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pdf/C%C3%B3digo%20de%20Autorregula%C3%A7%C3%A3o%20Banc%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

§ 4º. A imposição de qualquer das medidas previstas neste Artigo implicará obrigação de pagamento dos custos diretos decorrentes do procedimento disciplinar, especialmente do custo associado à empresa de auditoria independente referida no Art. 38. A obrigação de pagamento referida neste parágrafo é limitada a 2 (duas) vezes o valor da menor anuidade paga por uma Associada da Febraban.

§ 5º. Reverterão em favor da dotação orçamentária do Sistema de Autorregulação Bancária os valores arrecadados pela imposição das contribuições tratadas neste Artigo (FEBRABAN, 2008).

Como visto, não existe a punição de proibição de atuação dos bancos, decisão de alçada exclusiva do Estado brasileiro. Assim, caso algum deles descumpra as normas da autorregulação, a punição máxima é a exclusão do próprio SARB, além de multa. Essa é uma diferença importante em relação à autorregulação proposta para os corretores de seguros, pois, nesse caso, o IBRACOR tem o poder de punição mais amplo.

2 Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR)³

Criado em 1979, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) é um dos mais conhecidos sistemas de autorregulamentação do país. Ele tem por objetivo principal promover a liberdade de expressão publicitária e defender as prerrogativas constitucionais da propaganda comercial. A sua missão inclui principalmente o atendimento a denúncias de consumidores, autoridades e associados, ou àquelas formuladas pelos integrantes da própria diretoria. Quando comprovada a procedência de uma denúncia (que não pode ser anônima), o CONAR pode recomendar alteração ou suspender a veiculação do anúncio. Os seus filiados são, sobretudo, anunciantes, agências e veículos de comunicação. Atualmente, órgão possui 425 associados.

Particularmente, é também importante entender o CONAR e o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária em seu contexto histórico. No final dos anos 70, o Estado pensava em sancionar lei criando uma espécie de censura prévia à propaganda, já que se vivia em um regime de força no país. Se essa lei fosse de fato implantada, nenhum anúncio poderia ser veiculado sem antes receber a aprovação oficial. As consequências seriam inúmeras: sociais, políticas e econômicas. Por exemplo, isso resultaria na criação de um departamento específico para controle

³ CONAR. *Site*. Disponível em: <<http://www.conar.org.br>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

da publicidade, com a contratação de centenas de funcionários públicos. As implicações burocráticas também seriam grandes, sem falar que tal controle representaria um duro golpe para um país que estava reconquistando, aos poucos, o seu direito à liberdade de expressão.

Atualmente, qualquer pessoa pode acionar o CONAR, sem nenhum custo, se ela se sentiu ofendida por uma peça publicitária, veiculada em qualquer meio de divulgação. Além disso, se ainda foi constatado que o anunciante não cumpriu com o prometido no anúncio; se a peça publicitária não corresponde à verdade; se fere os princípios da leal concorrência; ou se desrespeita a atividade publicitária como um todo.

É relevante registrar que o CONAR se ocupa exclusivamente da publicidade. Se o cliente foi mal atendido, se houve problemas de entrega ou de especificação do produto/serviço, o órgão só tomará providências caso tais acontecimentos contrariem os termos de um anúncio de qualquer tipo. Em outros tipos de reclamação, usualmente o PROCON deve ser acionado. Outro ponto importante é que o CONAR não exerce censura prévia sobre peças de publicidade. Assim, é necessário que o anúncio já tenha sido veiculado, primeiramente, para que ele possa ser levado ao Conselho de Ética.

Segundo o Código de Autorregulamentação do CONAR⁴ ("Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária"), no Artigo 50, abaixo transcrito, há quatro penalidades existentes, no caso de descumprimento das normas.

Artigo 50 - Os infratores das normas estabelecidas neste Código e seus anexos estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. recomendação de alteração ou correção do Anúncio;
- c. recomendação aos Veículos no sentido de que sustentem a divulgação do anúncio;
- d. divulgação da posição do CONAR com relação ao Anunciante, à Agência e ao Veículo, através de Veículos de comunicação, em face do não acatamento das medidas e providências preconizadas.

§ 1º. Compete privativamente ao Conselho de Ética do CONAR apreciar e julgar as infrações aos dispositivos deste Código e seus Anexos e, ao Conselho Superior do CONAR, cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas do Conselho de Ética em processo regular.

§ 2º. Compete privativamente ao Conselho Superior do CONAR alterar as disposições deste Código, bem como alterar, suprimir e acrescentar-lhe Anexos (CONAR, [s.d.]).

⁴ CONAR. Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. Código e Anexos – CONAR. Site. Disponível em: <<http://www.conar.org.br>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

Como se observa, a punição máxima possível é a divulgação pública da posição do CONAR em relação aos principais participantes da campanha publicitária. Isso, na prática, representa um grande dano às imagens das empresas infringentes, dificultando a sua operação no futuro.

3 Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)⁵ representa as instituições do mercado de capitais brasileiro. Ela foi criada em 2009, como resultado da união da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) e da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), entidades que já atuavam há cerca de 40 anos antes dessa fusão.

Atualmente, a ANBIMA possui quase 350 associados, entre bancos (comerciais, múltiplos e de investimentos), empresas de gestão de ativos, corretoras e distribuidoras de valores mobiliários e gestores de patrimônio.

Além da atividade de representação de classe, a ANBIMA possui outras funções:

- ▶ Atua como entidade autorreguladora voluntária, através de códigos de regulação e melhores práticas.
- ▶ É a principal entidade certificadora dos profissionais dos mercados financeiro e de capitais do Brasil.
- ▶ A entidade possui um dos maiores bancos de dados sobre os segmentos controlados.

Nas atividades da ANBIMA existe uma regulamentação detalhada, para ser aplicada, por exemplo, nas emissões de títulos ou na divulgação de informações, com orientações sobre o que deve ou não ser feito em cada caso. Além disso, no seu código de ética⁶, há um capítulo específico (Capítulo VII – Penalidades) sobre as infrações possíveis aos seus membros, reproduzido a seguir.

⁵ Ver: ANBIMA. *Site*. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/Pages/home.aspx>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

⁶ ANBIMA. *Código de ética*. 2010. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/a-anbima/associados/codigo-de-etica/Documents/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

VII. PENALIDADES

Artigo 38. A não observância dos princípios e normas estabelecidos neste Código sujeita as Associadas às seguintes penalidades:

- a. carta de advertência reservada;
- b. multa;
- c. advertência pública;
- d. suspensão da Associada do quadro de associados e da utilização das marcas da ANBIMA, por prazo determinado, ou vinculado ao término de procedimento administrativo, disciplinar, investigativo ou judicial;
- e. proposta, à Assembleia Geral, de exclusão da Associada do quadro de associados da ANBIMA.

§ 1º. A multa a que se refere a alínea (b) acima pode ser aplicada isoladamente ou combinada com quaisquer outras penalidades, sendo seu valor sugerido pelo Conselho e aprovado pela Diretoria, e não poderá exceder 100 (cem) vezes o valor da maior contribuição mensal vigente, por ocasião da infração.

§ 2º. Na aplicação das penalidades acima estipuladas, serão considerados o grau e a potencialidade do dano ao mercado e investidores causado pela infração, bem como atitudes concretas da Associada visando a reparar, minorar ou compensar o dano (ANBIMA, 2010).

Como se observa acima, a maior pena possível é a exclusão da empresa da entidade. Vê-se que não cabe à ANBIMA proibir a operação de qualquer instituição financeira, decisão de alçada do Estado. De qualquer maneira, a simples exclusão, com divulgação para toda a sociedade, já sinalizaria uma baixa credibilidade da instituição financeira, inviabilizando, em muito, a sua atuação no futuro.

4 BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados

Criada em 2007, a BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados (BSM) atua na fiscalização do mercado de valores mobiliários, como órgão auxiliar da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sua atuação é concernente à regulação dos mercados de bolsa. Logo, a BSM é a entidade oficial de autorregulação de todos os mercados da BM&FBOVESPA. Devido a esses aspectos, é considerada uma autorregulação do tipo legal.

A Instrução CVM⁷ 461/2007 disciplina os mercados regulamentados de valores mobiliários, dispondo sobre a constituição, organização, funcionamento e extinção das bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e dos mercados de balcão organizado. Ela também estabelece que seja função da BM&FBOVESPA desenvolver mecanismos e procedimentos eficazes para que a BSM fiscalize a observância de suas regras e normas de conduta, bem como da regulamentação vigente, de maneira a identificar violações, condições anormais de negociação ou comportamentos suscetíveis a colocar em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade do mercado. Se os investidores se sentirem prejudicados, podem reclamar à BSM e, se tiverem razão, serão imediatamente indenizados.

A Instrução citada, em seu Capítulo IV ("Autorregulação dos Mercados Organizados de Valores Mobiliários"), trata em detalhes da forma de atuação de uma autorreguladora nesse setor, abarcando os Artigos 36 a 49. Particularmente, citamos o Artigo 49:

Art. 49. A violação das normas cuja fiscalização incumba ao Departamento de Autorregulação sujeita seus infratores às penalidades previstas em regulamento.

51º. Sem prejuízo dos mecanismos de publicidade adotados pela entidade administradora nos termos do regulamento referido no caput deste artigo, a suspensão ou o cancelamento de autorização de pessoa autorizada a operar deve ser comunicada, de imediato, à CVM e ao Banco Central do Brasil.

52º. Os recursos arrecadados com multas e termos de compromisso celebrados no âmbito da autorregulação devem ser revertidos, em sua totalidade, para as atividades previstas neste Capítulo ou para a indenização de terceiros prejudicados.

53º. Das decisões do Conselho de Autorregulação não cabe recurso à CVM.

54º. O investigado pode requerer que a penalidade que lhe tenha sido imposta, ou a prestação que tenha sido acordada em termo de compromisso celebrado no âmbito da autorregulação, seja submetida à CVM como base para a celebração de termo de compromisso.

55º. No julgamento das infrações das normas legais sob sua competência, a CVM poderá reduzir, das penalidades que venha a aplicar, aquelas que tenham sido impostas no âmbito da autorregulação.

⁷ CVM. *Instrução CVM nº 461*, de 23 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/400/inst461consolid.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

56º. Em processos administrativos perante a CVM que tenham por objeto os mesmos fatos já apurados no âmbito da autorregulação, a pena máxima prevista no art. 11, §1º, da Lei 6.385, de 1976, deve ser calculada somando-se a pena imposta pela autorregulação e aquela aplicada pela CVM, quando forem da mesma natureza (CVM, 2007).

Não cabe à CVM recorrer das decisões do Conselho de Autorregulação da BM&FBOVESPA, mas o investigado pode fazê-lo, na intenção de que as penalidades sejam reduzidas.

A seguir, na **Tabela III.1**, as principais características da BSM. Na prática, a BSM atua em duas frentes: supervisão de mercado e auditoria de participantes.

Essa situação é também mostrada na **Figura III.1**, com a configuração operacional dessa mesma empresa.

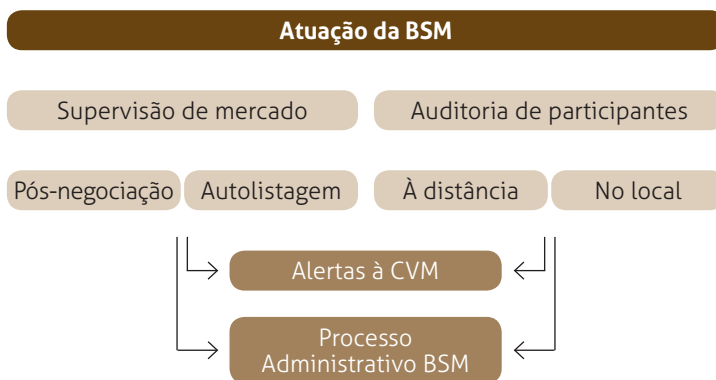
**TABELA III.1 – CARACTERÍSTICAS DA BM&FBOVESPA
SUPERVISÃO DE MERCADOS (BSM)**

Características	Descrição
Funções	- Fiscalizar e supervisionar os participantes do mercado e a própria BM&FBOVESPA. - Identificar violações à legislação e à regulamentação vigentes, condições anormais de negociação ou comportamentos que possam colocar em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade do mercado. - Instaurar e conduzir processos administrativos disciplinares. - Penalizar os que cometem irregularidades. - Administrar o Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP).
Atributos	- Personalidade jurídica e patrimônio próprios. - Autoridade administrativa independente. - Ausência de subordinação hierárquica. - Mandato fixo e estabilidade do diretor de autorregulação e dos conselheiros. - Autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

**TABELA III.1 – CARACTERÍSTICAS DA BM&FBOVESPA
SUPERVISÃO DE MERCADOS (BSM)**

Características	Descrição
Missão	Zelar pela integridade dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA.
Objetivo	Ser referência nacional e mundial em autorregulação de valores mobiliários.
Compromisso	Contribuir para o aperfeiçoamento dos mercados de valores mobiliários, que são as bases para a formação de um mercado de capitais grande, saudável, moderno e seguro – o que, por sua vez, é fundamental para o desenvolvimento dinâmico da economia do país.

FIGURA III.1 – ATUAÇÃO OPERACIONAL - BSM



A supervisão de mercado tem como objetivo identificar operações, investidores e participantes que tenham infringido o disposto na regulamentação em vigor e nas normas e procedimentos da BM&FBOVESPA, especialmente em relação ao exercício irregular de atividades no mercado de valores mobiliários; condições artificiais de demanda, oferta ou preço; manipulação de preços; operações fraudulentas; práticas não equitativas e uso de informações privilegiadas.

Já a auditoria de participantes é voltada para a inspeção das instituições, com o objetivo de verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares. A fiscalização pode ser realizada nas dependências da instituição ou a distância, nos casos em que a presença física seja desnecessária.

Dependendo do que está sendo investigado, uma das duas metodologias é usada. Por exemplo, nas avaliações locais, são pesquisados itens como tecnologia da informação, clubes de investimento, procedimentos operacionais relativos a cadastro de clientes, recebimento e registro de ordens, etc. Já na auditoria a distância são analisados os bancos de dados da BM&FBOVESPA, as reclamações recebidas de investidores ou as denúncias de terceiros.

Caso sejam verificados Indícios de irregularidades graves em quaisquer atividades de supervisão, é proposta a instauração de processo administrativo para apurar as infrações e, se necessário, aplicar medidas disciplinares. Essas medidas estão listadas no Capítulo X do Estatuto Social⁸ da entidade, específico para esse assunto. Como ilustração, a reprodução do Artigo 30 do documento citado.

Art. 30. As penalidades que podem ser aplicadas pela BSM são:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão, observado o prazo máximo de noventa dias;
- IV. inabilitação temporária, pelo prazo máximo de dez anos, para o exercício de cargos de administradores, empregados, operadores, prepostos e representantes da própria BSM, do Associado Mantenedor e dos Participantes;
- V. outras penalidades previstas nas normas regulamentares e operacionais da própria BM&FBOVESPA.

§ 1º. A multa prevista no inciso II do caput deste artigo não excederá o maior dos seguintes valores: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); 50% (cinquenta por cento) do valor da operação irregular; ou 3 (três) vezes o montante da vantagem econômica obtida ou da perda evitada em decorrência do ilícito.

⁸ BSM. *Estatuto social da BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados*. 2014. Disponível em: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/BSM-Estatuto-Social.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

§ 2º. O Diretor de Autorregulação poderá estabelecer multa cominatória diária, que incidirá a partir do dia seguinte ao término do prazo previsto para o cumprimento da obrigação, ou até a cessação da prática de atos proibidos pela BSM, não excedente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia e até o limite máximo estabelecido no regulamento da BSM.

§ 3º. Os recursos arrecadados com as multas aplicadas ou termos de compromisso serão obrigatoriamente revertidos para as atividades da BSM ou para a indenização de terceiros prejudicados (BSM, 2014).

Um tópico importante é que, ao contrário da ANBIMA, CONAR e SARB, a BSM, por ser uma autorregulação do tipo legal, tem competência de suspender as atividades dos participantes, caso detecte alguma irregularidade. Ressaltamos também que, para uma instituição financeira poder integrar a BM&FBOVESPA, ela necessariamente estará sujeita às diretrizes da BSM. Portanto, não é uma adesão voluntária.

No caso de ocorrência do processo administrativo, é admitida a celebração de termos de compromisso com a instituição investigada. Estes, em geral, abarcam a concordância do participante em adotar medidas com o fim de evitar a repetição dos acontecimentos que justificaram a instauração do processo. Os termos, por vezes, consistem no pagamento de parcela pecuniária, que é revertida totalmente em favor do aprimoramento e desenvolvimento do mercado de capitais nacional e do aperfeiçoamento das atividades de autorregulação da BSM. A CVM também é alertada pela BSM sobre todo o ocorrido, segundo as suas determinações operacionais. Mais detalhes podem ser obtidos no Regulamento Processual da BSM.⁹

Por fim, é importante ressaltar que, além desse exemplo de autorregulação de base legal, a Bolsa de Valores também desenvolveu uma autorregulação de base voluntária, com a criação, em 2000, das empresas qualificadas de “Novo Mercado”. Esse modelo envolve a criação de estruturas de governança mínimas, superiores aos requisitos impostos pela lei. Algumas das regras exigidas estão citadas em seguida¹⁰:

⁹ BSM. *Regulamento de Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos* – MRP. 2015. Disponível em: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/Novo-RegulamentoMRP.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

¹⁰ Mais detalhes de todas as regras em: BMFBOVESPA. *Novo Mercado*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

- ▶ O capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto.
- ▶ No caso de venda do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço.
- ▶ O Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo cinco membros, sendo 20% dos conselheiros independentes, e o mandato máximo, de dois anos.
- ▶ Deve ser feita a divulgação de dados financeiros mais completos, incluindo relatórios trimestrais com demonstração de fluxo de caixa e relatórios consolidados revisados por um auditor independente.

Nesse caso, as empresas que cumprirem todos esses pré-requisitos poderão divulgar tal fato ao público (o selo que atesta que elas fazem parte do "Novo Mercado"), valorizando, com isso e em princípio, a sua imagem institucional no setor e, em consequência, trazendo maiores investimentos e liquidez.

Autorregulação em seguros: mundo

Este capítulo abordará, inicialmente, a posição da International Association of Insurance Supervisors (IAIS), entidade que representa os órgãos reguladores de todo o mundo, atuando em mais de 140 países, com relação à autorregulação. Em seguida, o texto comentará quatro experiências internacionais na fiscalização do mercado de seguros (Austrália, Canadá, EUA e Hong Kong). Essas experiências não precisarão tratar necessariamente da autorregulação de distribuição de seguros, no sentido estrito do termo. De qualquer maneira, as abordagens são boas referências para o Brasil, que está discutindo um melhor caminho para esse tema. Na sua parte final, o capítulo trará o resumo de referências sobre alguns trabalhos teóricos ligados ao assunto em questão.

1 Princípios da IAIS

Inicialmente, é importante ressaltar que a autorregulação dos canais de distribuição é uma preocupação mundial dos gestores de fiscalização da área de seguros.

Segundo a IAIS, no seu tradicional texto de orientação aos mercados de seguros de todo o mundo, denominado "Insurance Core Principles, Standards, Guidance and Assessment Methodology"¹¹ (Princípios Básicos de Seguros, Normas, Orientação e Metodologia de Avaliação), esse aspecto é ressaltado.

No texto citado, são listados 26 "Insurance Core Principles (ICP)" (Princípios Básicos de Seguros), abordando os mais diversos tópicos relativos ao setor de seguros. Por exemplo, governança corporativa, fraude, resseguro, investimento, adequação de capital, transparência, etc. Especificamente o de número 18 nos interessa mais, denominado "Intermediaries", pois trata dos canais de distribuição de produtos nesse setor.

¹¹ IAIS. *Insurance core principles, standards, guidance and assessment methodology*. 2011. Disponível em: < http://iaisweb.org/modules/icp/assets/files/Insurance_Core_Principles_Standards_Guidance_and_Assessment_Methodology__October_2011__revised_October_2013_.pdf.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

Assim, reproduzimos abaixo um trecho relevante desse tópico, que se posiciona sobre a forma de atuação das organizações autorreguladoras ("self-regulatory organizations (SRO)").

Self-regulatory organizations

18.2.15. A self-regulatory organization (SRO) is a non-government organization that exercises some degree of supervisory oversight for an industry or profession. The supervisory functions of a self regulatory organization can contribute to the supervision of intermediaries through the regulation of its members and requirements for professional standards.

18.2.16. Where an SRO is involved in the supervision of intermediaries, the supervisor should ensure that the SRO meets appropriate standards before being allowed to exercise authority. The supervisor should maintain oversight of the self-regulatory system by verifying that its functions are being performed adequately and that its standards are sufficiently robust and take appropriate action to deal with any shortcomings.

18.2.17. An SRO's regulatory and professional requirements may not address all the aspects of the supervision of insurance intermediaries in which the supervisor has an interest. Therefore, where an SRO shares some of the supervisory responsibility, the supervisor should nevertheless not abdicate its overall responsibility for supervision as a result of the operation of such as system (IAIS, 2011).

Em tradução livre:

Organizações de autorregulação

18.2.15. A organização autorreguladora (OAR) é uma organização não governamental que exerce algum grau de supervisão em uma indústria ou profissão. As funções de uma organização autorreguladora podem contribuir para a supervisão dos intermediários através da regulação de seus membros e da definição de requisitos para os seus padrões profissionais.

18.2.16. Se uma OAR estiver envolvida na supervisão dos intermediários, o supervisor deve assegurar que a OAR atenda aos padrões apropriados, antes de ser autorizada a exercer a autoridade. O supervisor deve manter a supervisão do sistema de autorregulação, verificando se as suas funções estão sendo realizadas de forma adequada e se as suas normas são suficientemente robustas, além de tomar as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências.

18.2.17. Os requisitos regulamentares e profissionais de uma OAR podem não abordar todos os aspectos da intermediação de seguros nos quais a supervisão tenha interesse. Portanto, quando uma OAR compartilha algumas das responsabilidades de supervisão, o supervisor não deve abdicar da sua responsabilidade geral, tendo em vista o resultado da operação de todo o sistema (IAIS, 2011).

Ou seja, a IAIS reconhece a existência e a importância das autorreguladoras no bom andamento do mercado de seguros e na distribuição desses produtos, mas, por outro lado, não recomenda que o supervisor abdique da sua responsabilidade final no assunto em questão.

2 Austrália

Uma iniciativa interessante feita na Austrália é o texto “General Insurance Code of Practice” (Código de Práticas de Seguros Gerais)¹², desenvolvido e atualizado periodicamente desde 1994. Esse material é patrocinado pelo Insurance Council of Australia (ICA)¹³, entidade que representa as seguradoras daquele país.

O texto tem por objetivo principal orientar os seus participantes (ou seja, as seguradoras) sobre quais devem ser os procedimentos com relação aos segurados, nas várias etapas na realização de um seguro. Por exemplo, na compra e distribuição do produto, na liquidação, nas explicações necessárias para os clientes, a respeito de como os corretores devem agir, etc. Diversas seguradoras australianas participam voluntariamente desse código.¹⁴

No texto, há um capítulo específico sobre as sanções, no caso de não cumprimento das medidas do código. Quem as define é o “Code Compliance Committee”, grupo composto por três membros: um representante da indústria de seguros, um oriundo dos consumidores (escolhido pelo serviço de ombudsman da ICA) e um membro independente (escolhido em comum acordo pelo serviço de ombudsman e pela indústria de seguros).

¹²ICA. *General insurance code of practice*. 2012. Disponível em: <<http://codeofpractice.com.au/assets/documents/Code%20of%20Practice%202012%20-%20FINAL%20L.pdf>>. Acesso em: 30 jan 2016.

¹³ICA. *Site*. Disponível em: <<http://www.insurancecouncil.com.au/>>. Acesso em: 30 jan 2016.

¹⁴GENERAL INSURANCE CODE OF PRACTICE. *Subscribers to the code*. Disponível em: <<http://codeofpractice.com.au/about-the-code/subscribers-to-the-code>>. Acesso em: 30 jan. 20146.

Abaixo, possíveis sanções que o comitê pode determinar, reproduzidas diretamente do código citado.

Sanctions

7.22. The Code Compliance Committee may impose one or more of the following sanctions: a) a requirement that particular rectification steps be taken by us within a specified time frame; b) a requirement that a compliance audit be undertaken; c) corrective advertising; and/or d) publication of our non-compliance (ICA, 2012).

Ou, em tradução livre:

Sanções

7.22. O Comitê do Código de Compliance pode impor uma ou mais das seguintes sanções: a) exigência que uma retificação seja tomada dentro de um tempo definido; b) exigência de que uma auditoria seja feita; c) anúncio de publicidade corretiva; d) a publicação que a seguradora não está cumprindo o código (ICA, 2012).

Como se observa, o poder do comitê responsável por zelar pelo cumprimento do código é elevado, podendo chegar a solicitar uma auditoria na seguradora ou mesmo o anúncio de publicidade corretiva. Segundo a ICA, o texto deve servir de embasamento para uma própria autorregulação do setor de seguros como um todo.¹⁵ Desta forma, nesse caso, são as seguradoras criando o seu próprio código e punindo as empresas que deixarem de cumpri-lo.

3 Canadá

No mercado canadense, existe uma entidade, Canadian Insurance Services Regulatory Organizations (CISRO)¹⁶, composta por instituições autorreguladoras e de fiscalização oficial (ao todo, são 15 membros) que se dedicam ao desenvolvimento de padrões consistentes de qualificação e prática para os mediadores de seguros que lidam com seguro de pessoas e bens. Esse assunto é tão importante que merece uma atenção especial na fiscalização, ou seja, uma entidade própria específica.

¹⁵ ICA. *New general insurance code of practice sets benchmark in industry self-regulation*. 01 jul. 2014. Disponível em: <http://www.insurancecouncil.com.au/assets/media_release/2014/code%20of%20practice/140701%20Code%20of%20Practice.pdf>. Acesso em: 30 jan 2016.

¹⁶ CISRO. *Site*. Disponível em: <<http://www.cisro-ocra.com/>>. Acesso em: 30 jan 2016.

A principal responsabilidade dos membros do CISRO é administrar o sistema regulamentar aplicável aos mediadores de seguros sob a sua autoridade. Embora os seus membros não possam promulgar legislação, eles são os principais assessores para os seus governos sobre assuntos regulamentares relacionados aos mediadores de seguros.

O CISRO cumpre sua missão através de reuniões, teleconferências e uma comunicação permanente entre seus participantes, que oferecem oportunidades para a partilha de informações, trabalhando juntos, em colaboração no desenvolvimento de soluções coordenadas para questões regulamentares comuns.

De um modo geral, há uma tradição canadense também de coparticipação e autorregulação da indústria de seguros nesse acompanhamento, uma parceria entre os setores público e privado. Por exemplo, extraímos as palavras abaixo de um texto da análise do mercado segurador daquele país, citado nas referências.

The industry much prefers to engage in maximum self-regulation, rather than the imposition of more remote and often less flexible, or less timely, rules imposed by governments. Historically, this approach has been very effective in the case of industry wide associations that meet regularly to identify and address areas of concern (ADVOCIS, 2007).¹⁷

Em tradução livre:

A indústria prefere muito mais se envolver em aprimorar a autorregulação ao invés da imposição de regras mais rígidas e muitas vezes menos flexíveis, ou menos oportunas, impostas pelos governos. Historicamente, esta abordagem tem sido muito eficaz no caso de associações representativas, que se reúnem regularmente para identificar e abordar áreas de preocupação (ADVOCIS, 2007).

Outro exemplo interessante dessa coparticipação é o da instituição Registered Insurance Brokers of Ontario (RIBO)¹⁸, que, ressaltamos, também é um dos membros da CISRO. A RIBO representa os corretores de seguros registrados de Ontário, principal província do Canadá. É uma organização autossustentável e autogovernada pelos corretores, sendo estabelecida pelo governo de Ontário em 1981 para proteger o público durante as operações de seguro. Ela regula a concessão de licenças, competência

¹⁷ ADVOCIS. *An overview of the financial and insurance industry*. 2007. Disponível em: < https://www.combined.ca/documents/training/Financial_Insurance_Industry.pdf >. Acesso em: 30 jan 2016.

¹⁸ RIBO. *Site*. Disponível em: <www.ribo.com>. Acesso em: 30 jan. 2016.

profissional, conduta ética e os seguros relacionados a obrigações financeiras de todos os corretores de seguros independentes de sua região.

É comandada por um conselho composto por 13 pessoas: nove corretores eleitos e quatro membros públicos nomeados pelo vice-governador no conselho. Logo, uma administração híbrida, público-privada. Na prática, o conselho da RIBO funciona como um conselho de administração de qualquer empresa, supervisionando a gestão e assuntos da corporação, sendo responsável pela definição de políticas e diretrizes. Sua principal autoridade é exercida através de três comitês: "Qualificação e de Registro", "Reclamações" e "Comitê disciplinar".

O primeiro (de qualificações e de registros) define os padrões necessários para o exercício da profissão. O Comitê de Reclamações investiga alegações de má conduta profissional movida contra um corretor para determinar se há provas suficientes para remeter a queixa para o Comitê de Disciplina, que realiza uma audiência, similar a um julgamento em tribunal civil, para avaliar se um corretor é inocente ou culpado das alegações descritas na denúncia. Sempre que um corretor é considerado culpado, o Comitê de Disciplina pode impor a sanção adequada, que vai desde uma reprimenda até à revogação da licença.

Conforme já comentado, a RIBO é autofinanciada com base em taxas de inscrição pagas por cada firma de corretagem e de indivíduos licenciados para vender seguros na província de Ontário.

Aqui, em resumo, dois aspectos precisam ser ressaltados nessa análise do mercado de seguros do Canadá. Primeiro, a preocupação das instituições responsáveis pela regulação com o assunto "distribuição de seguros", com a criação de órgão específico de controle para esse fim. Segundo, a utilização de um modelo em que o Estado e a iniciativa privada podem trabalhar de forma bastante integrada.

4 EUA

Nos EUA, a regulamentação da indústria de seguros é de alçada estadual¹⁹. Em vista disso, os responsáveis pela distribuição dos produtos de seguros (agentes e corretores) devem ser licenciados para fazer negócios no estado em que estão localizados. Naturalmente, para obterem esse licenciamento, devem cumprir diversos requisitos, como educação profissional, conhecimento técnico, etc. De um modo geral, a maioria dos

¹⁹ Para mais detalhes: III. Insurance Information Institute. *Buying insurance: evolving distribution channels*. 2015. Disponível em: <<http://www.iii.org/issue-update/buying-insurance-evolving-distribution-channels>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

estados baseia suas regras e regulamentos nas leis da National Association of Insurance Commissioners (NAIC) – em português, “Associação Nacional dos Comissários de Seguros”²⁰ –, que utiliza também instituições auxiliares para o melhor desenvolvimento desse empreendimento.²¹ Alguns estados, porém, podem ter exigências próprias e específicas para os corretores que lá operam.

Embora ainda não exista um sistema nacional para a regulamentação e licenciamento da distribuição de seguros, ao longo dos anos tem havido esforços para tornar esse mecanismo mais uniforme, agilizando assim o processo de aprovação. Por exemplo, em 1999, foi estabelecida a National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB), Associação Nacional de Agentes e Corretores Registrados²². Desde então, esse impulso tem continuado, com a aprovação de diversas leis nesse sentido.²³

Podemos dizer que, atualmente, essa é uma das maiores preocupações de tal segmento nos EUA. Devido ao fato de a aprovação depender das anuências dos estados, os prazos para a implantação da padronização em todo o país são um pouco mais longos. Contudo, o objetivo continua o mesmo: buscar a uniformidade das normas, para que haja simplificação e diminuição nos custos. Assim corretores e agentes poderão atuar de forma mais eficiente em todas as regiões.

5 Hong Kong

Em Hong Kong, região pertencente à China, mas com administração especial, o regime de autorregulação em distribuição de seguros é utilizado de forma intensiva.

Mesmo possuindo tamanho geográfico reduzido, esse mercado de seguros é bastante relevante, com uma história de 170 anos, 157 seguradoras autorizadas a operar, 90 mil empresas e pessoas físicas intermediando os

²⁰ NAIC. Site. Disponível em: <<http://www.naic.org/>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²¹ NIPR. National Insurance Producer Register. Site. Disponível em: <http://www.nipr.com/index_sitemap.htm>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²² NAPSLO. National Association of Professional Surplus Lines Offices Ltda. *National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB)*. Disponível em: <https://www.napslo.org/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation.aspx?hkey=4929bb49-1a7b-4a55-bb73-2493d731026f>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²³ NATIONAL ASSOCIATION OF REGISTERED AGENTS AND BROKERS REFORM ACT OF 2013. In: WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=National_Association_of_Registered_Agents_and_Brokers_Reform_Act_of_2013&oldid=701317262>. Acesso em: 31 jan. 2016.

seus produtos, além de quase US\$ 50 bilhões de faturamento de prêmios por ano.^{24, 25, 26}

Na região, e seguindo o padrão de muitos países, um mediador de seguros pode ser um agente ou um corretor de seguros independente (chamado de "broker"). O agente atua ligado diretamente a uma companhia de seguros, vendendo produtos especializados somente em nome dessa empresa. Já um corretor de seguros age em nome dos compradores de seguros, operando com uma variedade de companhias.

Todos os agentes de seguros precisam ser registrados na Insurance Agents Registration Board (IARB), ou Comissão de Registro dos Agentes de Seguros, criada pela Hong Kong Federation of Insurers, (HKFI), que é a Federação das Seguradoras de Hong Kong, sob o sistema de autorregulação dos mediadores de seguros. O IARB é aprovado pelo governo para implementar e administrar o "Code of Practice for the Administration of the Insurance Agents", Código de Boas Práticas para a Administração dos Agentes de Seguros. Quando o IARB considera que uma denúncia é fundamentada, pode tomar medidas disciplinares contra os agentes de seguros. Alguns exemplos: emissão de reprimenda, suspensão, cancelamento de registro ou outras ações, conforme desejar a IARB²⁷.

Já o corretor de seguros independente precisa se tornar um membro registrado em uma das duas associações representativas existentes: The Hong Kong Confederation of Insurance Brokers (HKCIB) ou Professional Insurance Brokers Association (PIBA). Para ser participante de qualquer uma dessas associações também é preciso ter requisitos mínimos, como experiência, capital adequado, seguro de responsabilidade civil profissional, etc. Se houver alguma irregularidade, essas entidades julgam seus membros, aplicando, se for o caso, a sanção cabível.

Um ponto bem interessante para os estudos e acompanhamento do mercado de distribuição de seguros em Hong Kong é que, em todas essas instituições de autorregulação, existem várias estatísticas de atuação, com detalhamento, inclusive, do tipo de delito, as sanções, etc. Isso vale tanto

²⁴ OCI. Office of the Commissioner of Insurance. Site. Disponível em: <<http://www.oci.gov.hk/about/index.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²⁵ HKTDC. *Insurance industry in Hong Kong*. 2015. Disponível em: <<http://hong-kong-economy-research.hktdc.com/business-news/article/Hong-Kong-Industry-Profiles/Insurance-Industry-in-Hong-Kong/hkip/en/1/1X000000/1X003UWM.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²⁶ IEC. Investor Education Centre. *A quick guide to Hong Kong's financial system and services*. Disponível em: <<https://www.hkiec.hk/web/common/pdf/publication/en/IEC-quick-guide-to-hk-financial-system-and-services.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²⁷ IEC. *Regulation*. Disponível em: <<http://www.hkiec.hk/web/en/insurance/regulation/regulation.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

para corretores²⁸ como para os agentes. Por exemplo, de acordo com as estatísticas da HKFI²⁹, havia 80 mil agentes registrados em 2015 e, em média, mil queixas naquele ano. Dessas queixas, cerca de 400 foram julgadas (ou seja, se transformaram em processos). Isso gera uma estatística de 0,50% processos/profissionais por ano³⁰. Essa transparência é importante para o setor.

6 Discussão Teórica

O tema da utilização da autorregulação no mercado de distribuição de seguros já tem aparecido de forma sistemática na literatura técnica internacional. Porém, como é complexo e ainda novo em muitos mercados, existe uma discussão enriquecedora do assunto.

A abordagem em si não está encerrada, pois, em muitos países, ajustes e tentativas ainda estão se dando, para a definição de um melhor modelo de fiscalização. De qualquer maneira, o que se observa é que ocorre um encorajamento para o seu uso, vindo de muitos órgãos reguladores, pois estes acreditam que o mercado de seguros não poderá prescindir de tal mecanismo no futuro.^{31, 32, 33}

Muitos textos questionam se, na sociedade moderna e rápida dos dias de hoje, o Estado, atuando sozinho, tem a capacidade de regular, supervisionar e fiscalizar, de forma eficiente, proativa e a um custo razoável, um mercado de seguros variado e complexo, sem a ajuda dos seus próprios participantes. Uma colocação feita em um dos textos citados neste item é que, quando qualquer setor opera baseado somente no cumprimento de regras definidas pelo governo, sem a participação dos membros fiscalizados, o risco de fragilidade pode ser elevado.

²⁸ PIBA. Professional Insurance Brokers Association. *Statistics*. Disponível em: <http://www.piba.org.hk/index.php/en/statistics?option=com_extra&page_id=statistics>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²⁹ HKFI. Hong Kong Federation of Insurers. *Site*. Disponível em: <<http://www.hkfi.org.hk/#/insurance-agent/index>>.

³⁰ Como se verá em capítulo seguinte, esse valor está bem acima dos números do mercado brasileiro de corretagem de seguros, em situação análoga.

³¹ NORTON ROSE FULBRIGHT. 2015 – what is on the horizon for the insurance industry? Disponível em: <<http://www.nortonrosefulbright.com/knowledge/publications/125857/2015-what-is-on-the-horizon-for-the-insurance-industry>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

³² MOSE, Victor; KULOBA, Robert. 2013 *Kenya insurance industry outlook*. Nairobi: IRA, 2013. Disponível em: <<http://www.ira.go.ke/attachments/article/105/2013%20Kenya%20Insurance%20Industry%20outlook.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

³³ POWLAY, John. Regulating for consumer protection in private health insurance – can industry self-regulation work? *The Australia health consumer*, n.2, p. 7-9, 2005-2006. Disponível em: <<https://www.chf.org.au/pdfs/ahc/ahc-2005-2-regulating-consumer-protection.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

A grande dificuldade nesse processo é encontrar um ponto ideal, nessa interação público-privada, ou seja, descobrir até que ponto o setor privado pode ir, como elemento auxiliar dessa fiscalização. Para muitos, o Estado, de maneira alguma pode prescindir do seu papel de supervisor de todo o sistema.^{34, 35, 36}

Entidades importantes representativas da sociedade, como o Banco Mundial e as seguradoras europeias, têm uma visão similar quando publicam trabalhos nessa linha. Isto é, creem que seja positiva a utilização da autorregulação nos mercados, sem nunca desprezar a importância do setor público nessa supervisão.^{37, 38}

Em resumo, existe otimismo com a autorregulação em seguros e, especificamente, na distribuição desse produto. É algo positivo e que deve ser utilizado, mas alguns cuidados, aqui previamente apontados, também precisam ser considerados.

³⁴ GRACE, Martin F. Who should regulate the insurance industry? *Lexis Nexis*, 9 ago. 2009. Disponível em: <http://www.lexisnexis.com/legalnewsroom/insurance/b/insurance-law-blog/archive/2009/09/08/who-should-regulate-the-insurance-industry_3f00.aspx>. Acesso em: 31 jan. 2016.

³⁵ MENON, Jaya Smitha. Insurance companies should practice self-regulation. *International Finance Magazine*, 17 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.internationalfinancemagazine.com/article/Insurance-companies-should-practice-selfregulation.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

³⁶ BOOTH, Philip. Lessons from history show self-regulation to be the best kind of control. *The Telegraph*, 08 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/7933318/Lessons-from-history-show-self-regulation-to-be-the-best-kind-of-control.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

³⁷ CEA. CEA response to call for evidence. Need for a coherent approach to product transparency and distribution requirements for "substitute" retail investment products? *Position paper*. 2008. Disponível em: <<https://circabc.europa.eu/sd/a/05993d21-f826-4495-be8f-1ac661ca726a/CEA%20-%20European%20insurance%20and%20reinsurance%20ofederation%20-%20SRIPs.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

³⁸ BOSSONE, Biagio; PROMISE, Larry. The Role of Financial Self-Regulation in Developing Economies. *Financial Sector*. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/finance/html/self-regulation-in-developing-.html#author>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

Fiscalização de corretores de seguros: Brasil

Este Capítulo se dividirá em três itens. Primeiro, a análise dos principais tópicos legais a respeito. Em seguida, a comparação estatística com outros setores profissionais. Por fim, a posição do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a situação de fiscalização de corretores de seguros no Brasil.

1 Legislação

A Resolução CNSP nº. 243, de 2011, é a legislação básica que rege as sanções administrativas no âmbito das atividades de seguros de um modo geral (segmento de corretagem, inclusive) e disciplina o inquérito e o processo sancionador³⁹.

A seguir, na **Tabela V.1**, apresentamos um resumo com alguns aspectos dessa legislação, nos tópicos em que há referências às infrações possíveis de corretores de seguros. Já na **Tabela V.2**, detalhamos as infrações específicas aplicadas aos corretores de seguros, informações extraídas da mesma Resolução.

³⁹ CNSP. *Resolução CNSP nº 243, de 2011*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/biblioteca/web/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=28856>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

**TABELA V.1 – RESOLUÇÃO Nº 243/2011 – TÓPICOS RELATIVOS
À LEGISLAÇÃO DE SANÇÕES PARA CORRETORES DE SEGUROS
– ALGUNS TÓPICOS**

Tópico	Algumas características	Referência da Legislação
Sanções possíveis a corretoras	Multa, suspensão (até seis meses) e cancelamento do registro.	Art. 2º, § 1º
Sanções aplicáveis	Para cada tipo de infração há diversos tipos de sanção, com penas diversas.	Arts. 9 a 16
Infrações específicas de intermediação	Por exemplo, não informar de forma correta ao segurado ou à seguradora.	Arts. 50 a 59
Relação com entidade autorreguladora	Não observar os deveres assumidos com a entidade autorreguladora do mercado de corretagem que funcione como órgão auxiliar da SUSEP.	Art. 71
Início do processo	O processo pode se iniciar com auto de infração, denúncia ou representação.	Art. 86
Processo por auto de infração	Durante a atividade de fiscalização <i>in loco</i> .	Arts. 87 a 94
Processo por denúncia	Qualquer pessoa pode fazê-lo.	Arts. 95 a 98
Processo por representação	Qualquer servidor pode fazê-lo.	Arts. 99 a 100
Tramitação dos processos	Os processos administrativos sancionadores tramitarão em primeira instância no âmbito da SUSEP, e em segunda e última instância, no âmbito do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP.	Art. 122

**TABELA V.2 – RESOLUÇÃO Nº 243/2011 – INFRAÇÕES ESPECÍFICAS
DE CORRETORES DE SEGUROS – ARTS. 50 A 59**

Infrações possíveis

Transferir a responsabilidade por seguro ou substituir a sociedade seguradora responsável, na vigência da apólice, sem a prévia anuência do segurado, quando exigida pela legislação.

Não comunicar à sociedade seguradora ou resseguradora, tão logo tome conhecimento, da ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro relativo ao grupo segurado, nos casos em que for de sua responsabilidade fazê-lo.

Não fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro.

Não informar o segurado sobre os prazos e procedimentos relativos à liquidação de sinistros.

Não repassar ao segurado todas as comunicações ou avisos relativos à apólice, nos casos em que for diretamente responsável por sua administração.

Falsear ou omitir informação à sociedade seguradora ou resseguradora necessária à análise e aceitação do risco ou na liquidação do sinistro.

Não repassar imediatamente à sociedade seguradora, resseguradora, de previdência complementar aberta ou de capitalização, na forma da legislação, o valor recebido em razão de atividade de intermediação.

Cobrar do segurado qualquer outro valor relativo ao seguro, além daqueles especificados pela sociedade seguradora.

Exercer a atividade de corretagem tendo vínculo profissional, em desacordo com a legislação, com sociedade seguradora, resseguradora, de capitalização ou de previdência complementar aberta.

Intermediar resseguro com ressegurador estrangeiro que não atenda, quando exigível pela legislação, aos requisitos para atuar no país.

Essa Resolução, que lista as punições, ainda possui um capítulo específico sobre autorregulação, o Capítulo VIII (denominado “Das Entidades Autorreguladoras”), como se pode observar na transcrição dos Artigos 146 a 148, a seguir.

Art. 146. As entidades autorreguladoras poderão estabelecer normas de conduta e aplicar a seus membros penalidades, de natureza privada, nos termos do estatuto.

§ 1º. As entidades autorreguladoras poderão aplicar, desde que previstas em suas normas, estabelecidas voluntariamente, as penalidades de multa, suspensão do exercício de atividade ou profissão ou de cancelamento de registro, dentre outras.

§ 2º. As entidades autorreguladoras, na hipótese do parágrafo anterior, punirão os corretores e seus prepostos por fatos ocorridos durante o período de vinculação à entidade, ainda que sejam dela excluídos ou voluntariamente desfiliaados.

§ 3º. As entidades autorreguladoras observarão os princípios da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal, da economia processual, da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo como referência as regras processuais estabelecidas pelo CNSP, pela SUSEP e aquelas previstas na legislação federal para o processo administrativo sancionador.

§ 4º. Das decisões proferidas por entidades autorreguladoras não cabe recurso à SUSEP ou ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta – CRSNSP. Continuação da Resolução CNSP No 243, de 2011.

§ 5º. A SUSEP poderá anular as decisões proferidas na autorregulação sempre que entender violados os direitos ao devido processo legal, ao contraditório ou à ampla defesa ou quando a sanção aplicada for manifestamente inadequada ou desproporcional.

§ 6º. Ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo anterior, a condenação no âmbito da autorregulação será considerada para fins de antecedentes e, quando definitiva, para caracterização da reincidência.

§ 7º. Os valores recolhidos a título de multa, na forma deste artigo, constituem receita das entidades autorreguladoras.

Art. 147. A aplicação de sanção de natureza privada por entidade autorreguladora não exclui a atuação da SUSEP, que em processo próprio poderá aplicar sanções administrativas, sempre que entender insuficiente ou inadequada a decisão proferida no âmbito da autorregulação.

Parágrafo único. Ao julgar processo sancionador que tenha por objeto violação às normas do mercado de corretagem, a SUSEP considerará, para fins de dosimetria da pena e em atenção ao princípio da proporcionalidade, as sanções aplicadas no âmbito da autorregulação.

Art. 148. Às entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e aos respectivos diretores, conselheiros, ouvidor e seus contratados, aplicam-se as penalidades previstas no art. 2º desta Resolução sempre que, por dolo ou erro grosseiro, descumprirem seus deveres, deixarem de processar e penalizar os membros da entidade, quando devessem fazê-lo, ou ainda quando o fizerem de forma insuficiente ou inadequada, a juízo da SUSEP (CNSP, 2011).

Em resumo, destacamos que a entidade autorreguladora dos corretores de seguros poderá aplicar punições, segundo as suas normas, e no período em que o corretor estiver vinculado à entidade. As penalidades são de multa, suspensão do exercício de atividade ou profissão, ou cancelamento de registro, entre outras. Percebe-se que são mais fortes do que em outros modelos ditos também “de autorregulação”, em que a punição máxima é a exclusão da entidade. Por exemplo, ver a situação do Sistema da Autorregulação Bancária (SARB) comentada anteriormente.

Conforme contido no § 5º do Art.146 da Resolução CNSP nº 243/2011, a SUSEP poderá anular as decisões da entidade autorreguladora “sempre que entender violados os direitos ao devido processo legal, ao contraditório ou à ampla defesa ou quando a sanção aplicada for manifestamente inadequada ou desproporcional”. Logo, a existência da autorregulação em corretagem de seguros não exclui a atuação da SUSEP.

2 Estatísticas

Outra informação importante com relação a esse assunto se refere às próprias estatísticas de fiscalização dos corretores de seguros⁴⁰. Como algumas vezes as informações encontradas ano a ano não são as mesmas, existe certa dificuldade na confecção histórica e exata dos dados.

Assim, apesar dessa restrição, temos abaixo um resumo dos números, com base na leitura de diversos relatórios de gestão da autarquia citada:

- ▶ Há aproximadamente 80 mil corretores de seguros no país. São 50 mil corretores pessoas físicas e 30 mil corretores pessoas jurídicas.
- ▶ Em 2009, houve somente uma fiscalização *in loco*. Em 2011, foram 11. Em 2013, foram realizadas 12 dessas ações.

⁴⁰As informações obtidas partiram dos “Relatórios de Gestão de Serviços” da Susep, em vários anos, produzidos pela autarquia citada.

- ▶ Em 2010, foram julgados 57 processos relativos aos corretores de seguros pela Diretoria Colegiada da SUSEP, de um total de 264 processos (incluindo aqui outras entidades, como seguradoras, por exemplo). Em 2011, os valores foram 68 e 195, respectivamente.
- ▶ Em média, houve 1,5 mil atendimentos da autarquia ao público por ano, referentes ao assunto “corretor de seguros”.
- ▶ Em 2011, houve 11 multas, não contestadas, a corretoras de seguros (sete pessoas físicas e quatro pessoas jurídicas). Em 2013, foram oito multas para as corretoras de seguros nessas mesmas condições.

Em resumo, a partir dos números anteriores, podemos sintetizar, estatisticamente, a fiscalização dos corretores de seguros no Brasil no seguinte cenário: de um total de 80 mil corretores do país, entre pessoas físicas e jurídicas, ocorrem, por ano e em média, cerca de dez fiscalizações no próprio local, dez multas (não contestadas) e 60 processos julgados pela Diretoria Colegiada da SUSEP. Ou seja, ainda a partir desses números, na fiscalização de corretores de seguros, podemos desenvolver o indicador *processos/quantidade de fiscalizados*, que será igual a 0,075% ao ano. Isto é, 60/80.000.

Esse indicador é interessante, já que pode ser comparado a outros segmentos empresariais e profissionais. Por exemplo, em 2014, houve 626 processos no país por erro médico registrados no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No mesmo período, 18 médicos tiveram seus registros cassados e outros 625 receberam outros tipos de punições, segundo dados do Conselho Federal de Medicina (CFM). Os motivos foram agir com imprudência, imperícia ou negligência, práticas que caracterizam o erro médico. Como existem atualmente 430 mil médicos no Brasil, temos agora uma proporção *processos/quantidade de fiscalizados* de aproximadamente 0,150% ao ano (600/450.000), o dobro da estatística encontrada para corretores de seguros.

Destacamos que essa informação estatística não é tão fácil de ser obtida, já que a mesma não costuma ser divulgada pelos conselhos federais ou estaduais das profissões. De qualquer maneira, após pesquisa, é possível revelar outro número como comparação, a partir de reportagem publicada em jornal, realizada especificamente sobre o estado do Paraná, com dados de diversas categorias sindicais, em números do ano de 2009⁴¹.

⁴¹ AZEVEDO, Gabriel. *Cassação alcança só 1% dos profissionais*. Gazeta do Povo, Curitiba, 28 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cassacao-alcanca-so-1-dos-profissionais-3gpbyo7brikacw6ol8sk75lji>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Essa situação está mostrada na **Tabela V.3**, dada a seguir:

TABELA V.3 – PROCESSOS EM ATIVIDADES SINDICAIS – ESTADO DO PARANÁ – 2009					
Dados de 2009	Profissionais (PRO)	Denúncias (D)	Processos (PCS)	D/PRO	PCS/PRO
Engenheiros	53.520	3.478	203	6,499%	0,379%
Medicina	18.222	580	100	3,183%	0,549%
Odontologia	22.083	163	129	0,738%	0,584%

Na análise desses dados, um primeiro aspecto a ressaltar é que todas essas profissões citadas na tabela já são regidas por um Conselho Federal, o que não acontece na classe dos corretores.⁴²

Pelos números, vemos que, em média, de 0,4% a 0,6% desses profissionais citados, no Paraná, sofreram alguma forma de processo no ano de 2009 (indicador PCS/PRO, conforme tabela anterior). Assim, em média, um em 200 profissionais sofre, pelo menos, um processo por ano nesse estado da União. Comparando-se os números, essa proporção chega a ser de cinco a seis vezes maior do que no caso dos corretores de seguros. Sem dúvida, é uma diferença expressiva.

A avaliação de uma situação com utilização de somente um indicador é sempre complicada e passível de erro. De qualquer maneira, cremos que esse tipo de indicador seja um ponto importante da análise deste estudo, pois poderia sinalizar, teoricamente, uma diferença no grau de rigidez quanto à fiscalização dos corretores de seguros, frente a outros segmentos profissionais. Ressaltamos, porém, a cautela com esse comentário, pois existe a necessidade de novas mensurações para se obter uma conclusão mais precisa.

⁴² Há uma reivindicação da Fenacor no sentido de criar um conselho federal para os corretores de seguros, e o projeto de lei encontra-se na Casa Civil. Tal pretensão, todavia, não foi atendida pelo Governo Federal, por este ser contrário à criação de novos conselhos de classe.

3 Opinião do FMI

Em complemento a esse assunto, outro aspecto oportuno sobre a fiscalização de corretores de seguros no Brasil é a análise feita pelo organismo internacional Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu estudo "IAIS Insurance Core Principles Detailed Assessment of Observance, Brazil", de 2012⁴³. O trabalho avaliou a situação do seguro no país diante das 26 diretrizes da IAIS – divulgadas no seu "Core Principles, ICPs" –, conforme comentado anteriormente.

O texto é longo, avaliando cada um dos tópicos especificamente e, em seguida, as sugestões. Assim, reproduzimos abaixo somente a análise e sugestões do FMI sobre a supervisão e a fiscalização de corretoras de seguros no Brasil.

Brazil – Summary of Observance of the Insurance Core Principles

Currently around 88 percent of the insurance business is sold by around 70 thousand active brokers, but the supervision and disclosure requirements are thin:

- Brokers are not required to submit financial and operational information of a nature that will demonstrate that consumer funds are not being misdirected or mis-used. The submitted information could be verified on a spot check basis by SUSEP – or even just required that to be available, for production on request by SUSEP.*
- SUSEP does not perform onsite inspections on a regular basis but it analyses all complaints received against brokers and performs onsite inspections in those cases if deemed necessary.*
- There are no requirements for insurance intermediaries to apply appropriate corporate governance.*
- SUSEP has not developed specific requirements for the intermediation of insurance.*
- There is no legal requirement that a broker who handles client monies must have safeguards in place to protect these funds.*
- Only reinsurance brokers but not insurance brokers are required to obtain professional liability insurance and any reinsurance contract contains the intermediation clause, i.e., "payment to the reinsurance broker constitutes payment to the reinsurer" (FMI, 2012).*

⁴³ FMI. *Brazil: Detailed assessment of observance of insurance core principles of the International Association of Insurance Supervisors*. 2012. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12334.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Brazil – Recommendations to Improve Observance of ICPs

SUSEP needs to strengthen the supervision and inspection of brokers. SUSEP should urgently implement the self-regulation activity by publish missing regulation for the brokers' self-regulation entity created by CL 137 to start supporting a tighter supervision of the insurance intermediation, including adding the intermediation clause for insurance brokers. A mandatory affiliation to the self-regulating entity of all brokers together with strong governance and supervision of the entity by SUSEP is recommended (FMI, 2012).

Ou, em tradução livre desses dois textos, temos abaixo:

Resumo da observância dos Princípios Básicos de Seguros, no que se refere à distribuição de seguros

Atualmente, aproximadamente 88% do negócio de seguros são vendidos por cerca de 70 mil corretores ativos, mas os requisitos de supervisão e de divulgação ainda não são suficientes:

- Os corretores não são obrigados a apresentar informações financeiras e operacionais para demonstrar que os fundos dos consumidores não estão sendo mal orientados ou utilizados de forma indevida. Essa informação poderia ser verificada por amostragem pela SUSEP – ou então que ela tivesse tais informações disponíveis, para avaliação.
- A SUSEP não realiza inspeções no local em uma base regular, mas analisa todas as queixas recebidas contra corretores e realiza inspeções no local, nesses casos, quando necessário.
- Não há requisitos para os mediadores de seguros aplicarem governança corporativa adequada.
- A SUSEP não desenvolve requisitos específicos para a intermediação de seguros.
- Não há exigência legal de que um corretor, que lida com o dinheiro do cliente, deva ter salvaguardas para proteger esses fundos.
- Somente os corretores de resseguro, mas não corretores de seguros, são obrigados a obter seguro de responsabilidade profissional, e qualquer contrato de resseguro contém a cláusula de intermediação, ou seja, “pagamento à corretora de resseguros constitui pagamento ao ressegurador” (FMI, 2012).

Recomendações para melhorar a fiscalização

A SUSEP precisa reforçar a supervisão e fiscalização dos corretores. A SUSEP deve urgentemente implementar a atividade de autorregulação, publicando regulamentação específica para a entidade de autorregulação dos corretores, criada pela Lei Complementar nº 137, de 2010, começando a apoiar uma supervisão mais rigorosa da intermediação de seguros, incluindo a adição da cláusula de intermediação de corretores de seguros. Recomenda-se uma afiliação obrigatória para a entidade de autorregulação de todos os corretores, juntamente com uma forte governança e supervisão da entidade pela SUSEP (FMI, 2012).

Temos que reconhecer que a opinião do FMI é *rígida* e, talvez, cometa injustiças em um ou outro ponto da análise. De qualquer maneira, uma conclusão importante desse parecer é que, ao criticar essa fiscalização, o FMI recomenda, pura e simplesmente, tornar obrigatória a inclusão de todos os corretores de seguros na autorreguladora do segmento. Como se observa ao longo desse texto, essa é uma postura mais forte do que a legislação atual do país sobre esse assunto.

IBRACOR: o caso brasileiro

A Lei Complementar nº 137/2010⁴⁴ alterou os dispositivos do Decreto-Lei nº 73/66 e da Lei Complementar nº 126/2007 para instituir a autorregulação do mercado de corretagem. Ressaltamos que, ao contrário de outras autorreguladoras do país (ANBIMA, por exemplo), a autorreguladora das corretoras foi criada de forma legal (com a força de uma Lei Complementar⁴⁵) e infralegal (Resoluções CNSP e Circular SUSEP nº 435, de 2012).

Esse arcabouço teve por objetivo produzir um novo marco regulatório no tocante ao disciplinamento, à fiscalização e ao modelo punitivo a corretores, constituindo um avanço nas relações desses profissionais com seus pares de mercado, consumidores e a própria sociedade. Essa autorregulação consistiu na criação de normas e procedimentos de conduta aos integrantes de uma categoria profissional, bem como no poder para fiscalizar o cumprimento e aplicar sanções, tudo, naturalmente, em estrita observância às leis e normas regulamentares em vigor. Assim, por meio dessa autorregulação, haverá a uniformização de procedimentos de fiscalização e ações preventivas que melhor possam disciplinar a atividade de corretagem de seguros e, principalmente, oportunizar mais celeridade na análise e julgamento de denúncias de consumidores de seguros.

O aumento nos deveres da SUSEP ao longo dos últimos anos (por exemplo, uma quantidade superior de mercados supervisionados, desenvolvimento de novas regras de controle e solvência, lançamento de produtos, etc.), o aprimoramento da profissionalização na intermediação dos produtos de seguros ofertados, o crescimento expressivo no quadro de corretores, a necessidade uma estrutura maior e de recursos para fiscalizar o grande número de corretores registrados na autarquia (lembramos mais uma vez, 80 mil, distribuídos em praticamente todos os municípios do país), situação agravada agora pelo momento econômico que o Brasil vive, sem falar das sugestões organismos internacionais (IAIS, FMI, entre outros), todos esses pontos fizeram com que fosse proposta a instituição legal de um mecanismo auxiliar de autorregulação dos mercados de corretagem, fato materializado nos dispositivos da Lei Complementar nº 137/2010.

⁴⁴ BRASIL. *Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp137.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

⁴⁵ Para ser aprovada, a Lei Complementar precisa de maioria absoluta do Congresso. A Lei Ordinária necessita apenas de maioria simples.

Para isso, a regulamentação desse fato, pela mencionada Lei Complementar, fez com que as atribuições do CNSP fossem ampliadas, de modo que tal órgão também tivesse a competência para:

- ▶ Fixar as condições de constituição e extinção das autorreguladoras do mercado de corretagem, forma jurídica, órgãos de administração e seu preenchimento.
- ▶ Regular o exercício do poder disciplinar das autorreguladoras do mercado de corretagem sobre os seus membros, imposição de penas e casos de exclusão.
- ▶ Disciplinar a administração das autorreguladoras do mercado de corretagem, emolumentos, comissões e quaisquer outros custos cobrados por tais entidades, quando for o caso.

Nesse cenário, as entidades autorreguladoras devem ter autonomia administrativa, financeira e patrimonial, operando sob a supervisão da SUSEP, aplicando-se a elas, inclusive, as regras de penalidades, bem como a sua incumbência, como órgãos auxiliares da autarquia, de fiscalizar os respectivos membros e as operações de corretagem que estes realizarem.

Na **Tabela VI.1**, a legislação básica, infralegal, editada pelo CNSP e SUSEP, a respeito da autorregulação em corretagem de seguros.

TABELA VI.1 – LEGISLAÇÃO BÁSICA – AUTORREGULAÇÃO – CORRETORAS DE SEGUROS

Legislação	Descrição
Resolução CNSP nº 233, de 2011 ⁴⁶	Dispõe sobre as condições de constituição, organização, funcionamento e extinção de entidades autorreguladoras do mercado de corretagem de seguros, resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, na condição de auxiliares da SUSEP, e dá outras providências.

⁴⁶ CNSP. *Resolução CNSP nº 233, de 2011*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=27874>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

TABELA VI.1 – LEGISLAÇÃO BÁSICA – AUTORREGULAÇÃO – CORRETORAS DE SEGUROS

Legislação	Descrição
Resolução CNSP nº 251, de 2012 ⁴⁷	Referenda a Resolução CNSP nº 233, de 2011, com ajustes.
Circular SUSEP nº 435, de 2012 ⁴⁸	Dispõe sobre as condições para constituição, organização, funcionamento e extinção de entidades autorreguladoras, na condição de órgãos auxiliares da SUSEP, e para o exercício das atividades de autorregulação do mercado de corretagem de seguros, resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, de que trata a Resolução CNSP nº 233, de 2011.

Como ilustração, destacamos alguns pontos da legislação citada:

- As entidades autorreguladoras não poderão recusar a inscrição em seus quadros a membro do mercado de corretagem, ressalvado quando tenha cometido, nos últimos cinco anos, crime ou infração, administrativa ou estatutária, passível de expulsão nos termos do respectivo estatuto (Art. 7º, Resolução CNSP nº 233/2011).
- Da decisão condenatória caberá recurso no âmbito da própria entidade autorreguladora, sendo irrecorrível à SUSEP ou ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta – CRSNP (Art. 21, Resolução CNSP nº 233/2011).
- A SUSEP poderá anular, de ofício, as decisões proferidas na autorregulação sempre que entender violados os direitos ao devido processo legal, ao contraditório ou à ampla defesa ou quando a sanção aplicada for manifestamente inadequada ou desproporcional (Art. 24, Resolução CNSP nº 233/2011).

⁴⁷ CNSP. *Resolução CNSP nº 251, de 2012*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29316>> Acesso em: 01 fev. 2016.

⁴⁸ CNSP. *Resolução CNSP nº 435, 2012*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29492>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

- Entidade autorreguladora: entidade constituída com personalidade jurídica de direito privado autorizada a funcionar como órgão auxiliar da SUSEP, na forma prevista nesta Resolução, com a incumbência de fiscalizar, processar, julgar e aplicar sanções por infrações a normas de conduta, por ela voluntariamente estabelecidas e também àquelas previstas na legislação, praticadas por seus membros associados (Art. 2º, Resolução CNSP nº 251/2012).
- As entidades autorreguladoras deverão encaminhar à SUSEP, até o dia 15 de janeiro de cada ano, informações detalhadas sobre suas atividades realizadas no exercício imediatamente anterior, compostas de: I – número de fiscalizações realizadas no período; II – nomes e números de registro ou de inscrição dos membros fiscalizados, demonstrando o cumprimento do plano de fiscalização apresentado ou, no caso de seu descumprimento, apresentar justificativas devidamente fundamentadas. III – número de reclamações/denúncias recebidas contra membros associados; e IV – número de reclamações/denúncias recebidas e resolvidas no âmbito da ouvidoria da entidade (Art. 16, Circular SUSEP nº 435, de 2012).

Assim, a partir do marco regulatório acima descrito foi criado o Instituto Brasileiro de Autorregulação do Mercado de Corretagem de Seguros, de Resseguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (IBRACOR).

A Assembleia de constituição do IBRACOR foi realizada no dia 1º de julho de 2013, na sede da Federação Nacional dos Corretores De Seguros (FENACOR). Foi composta pelos fundadores mantenedores (FENACOR e sindicatos filiados)⁴⁹. Em outubro de 2013, a SUSEP, por meio de Portaria publicada no Diário Oficial da União, aprovou o funcionamento do IBRACOR; o seu Estatuto Social; e homologou a eleição e posse dos então integrantes do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e do Ouvidor, efetivos e suplentes. A Portaria entrou em vigor no dia 15 de outubro de 2013. Os atuais mantenedores do IBRACOR são a FENACOR e os sindicatos de corretores de seguros a ela vinculados.⁵⁰

Lembramos que o IBRACOR, sendo uma entidade constituída com personalidade jurídica de direito privado, embora haja previsão legal para tanto (Lei Complementar nº 137/2010), pela legislação civil, a natureza de associativismo o coloca dentro do modelo de autorregulação voluntária, com a participação dos corretores de seguros também voluntária.⁵¹

⁴⁹ Com exceção do SINCOR/CE e do SINEC/RN. O SINCOR/RJ, embora não seja filiado à FENACOR, passou a integrar o quadro de mantenedores do IBRACOR, em novembro/2015.

⁵⁰ O IBRACOR funciona na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 74, 10º andar, Parte.

⁵¹ O Código Civil de 2002 estabelece somente a possibilidade de instituição de empresas, fundações e associações. O IBRACOR pertence ao último grupo.

Ou seja, se o corretor de seguros não desejar, ele não participa da autorreguladora, embora sejam inúmeras as vantagens de se associar ao IBRACOR, condizente aqui com a tendência de mercados de seguros mais modernos, conforme já comentado ao longo do texto. Até porque o propósito de tal instituto é o de realizar, sempre, junto aos corretores associados, uma auditoria preventiva, melhor orientando e instruindo tais profissionais, afastando, com isso, qualquer ânimo de aplicar penalidades, a não ser que haja efetiva condenação, observadas todas as circunstâncias da mais ampla defesa.

Outro aspecto importante nesse assunto, para alavancar o efetivo funcionamento do IBRACOR, foi a assinatura do Termo de Ajustamento de Acordo e Compromisso Formal (TAACF), no final do ano de 2015, definindo o instituto como a única autorreguladora de corretores de seguros do país.⁵² Esse documento foi assinado pelas principais entidades do segmento, com o objetivo de aprimorar tal mecanismo de fiscalização, unificando e fortalecendo essa estratégia.

⁵² SUSEP. *Corretores chegam a consenso e resolvem ter uma única autorreguladora*. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/noticias/corretores-chegam-a-consenso-e-resolvem-ter-uma-unica-autorreguladora>>. Acesso em: 01 fev. 2016.



Comentários finais

Este texto teve por objetivo abordar vários aspectos da fiscalização de distribuição de seguros e, mais detalhadamente, da metodologia de autorregulação aplicada aos corretores de seguros. Ao longo do estudo foram discutidos, por exemplo, os conceitos teóricos do tema, exemplos de autorregulação no Brasil (aplicados fora do mercado de seguros) e no exterior (aplicados no mercado de seguros de países selecionados). Foram citadas também opiniões de importantes órgãos internacionais sobre o tema, como IAIS e FMI⁵³. Por fim, analisamos como funciona atualmente a fiscalização de corretores no Brasil e, especificamente, o histórico da criação do IBRACOR e a sua situação hoje.

Assim, a partir desses tópicos, concluímos:

- Inicialmente, é importante assinalar que, falando estritamente em termos de fiscalização da distribuição de seguros no Brasil, possivelmente o melhor modelo seria a existência de um Conselho Federal dos Corretores de Seguros, conforme foi tenazmente perseguido no passado pelas lideranças políticas dessa categoria econômica. Não deixa de ser uma reivindicação justa, pois outros setores profissionais, com tamanho quase similar ao segmento dos corretores, já têm essa possibilidade⁵⁴. Ademais, com o conselho, haveria instrumentos legais mais eficazes para esse fim. No momento, porém, essa opção ainda não foi alcançada, por desinteresse do Governo. A política e a iniciativa dessa matéria são de competência do Poder Executivo, que é frontalmente contrário à criação de novos conselhos federais de classes.⁵⁵

⁵³ Existem posicionamentos favoráveis quanto a esse assunto também da Confederação Panamericana de Produtores de Seguros (COPAPROSE) e da Associação de Supervisores de Seguros da América Latina (ASSAL).

⁵⁴ LOUZAS, Rodrigo. Número de arquitetos e urbanistas atuantes no país cresce 12% em 2013, de acordo com o CAU/BR. *Portal PINIWeb*. 03 fev. 2014. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/numero-de-arquitetos-e-urbanistas-atuantes-no-pais-cresce-12-304779-1.aspx>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

⁵⁵ Vale registrar o fato de que o atual presidente da FENACOR, quando investido no cargo de superintendente da SUSEP, fez, pessoalmente, várias incursões junto ao Ministério da Fazenda e Casa Civil da Presidência da República, para dar andamento ao projeto de criação do Conselho Federal de Corretores de Seguros, cuja redação final teve, inclusive, a sua conclusão e apoio do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, diante da resistência demonstrada, surgiu como alternativa viável a inclusão e disciplinamento da autorregulação de mercado de corretagem de seguros na Lei Complementar nº 137/2010.

- ▶ No passado, a fiscalização dos corretores de seguros constituía encargo exclusivo da SUSEP. Entretanto, essa própria autarquia, o FMI, a IAIS, os órgãos representativos dessa classe e até mesmo a comparação estatística com outros setores profissionais sinalizam que esse modelo já não seria suficiente para gerir e fiscalizar de forma plenamente satisfatória um segmento tão complexo, como ocorre, por exemplo, no Brasil. Diante de todas essas opiniões, foi autorizada a criação do IBRACOR.
- ▶ Pelas circunstâncias da legislação atual, essa entidade autorreguladora deverá operar dentro do modelo de adesão voluntária. Verificar se essa é, de fato, a melhor escolha, gera uma boa discussão, abarcando vários campos do conhecimento, sobretudo jurídicos, econômicos e administrativos. Mesmo reconhecendo a lógica jurídica para a escolha atual, não podemos deixar de concordar que há dois problemas econômicos advindos dessa opção:
 1. Primeiro, estamos falando aqui de um mercado de 80 mil corretores (pessoas físicas e jurídicas) a serem fiscalizados. Naturalmente, temos um problema de ordem prática, pois não será fácil convencer esse grupo, espalhado em cada município de um país que é de dimensões continentais, a entrar para esse novo regime.⁵⁶ Por exemplo, apenas como referência, as outras autorreguladoras operando no Brasil em modelo similar (ANBIMA ou CONAR) têm, no máximo, 500 associados, sem falar que seus participantes são empresas de muito maior porte. As empresas corretoras de seguros brasileiras são constituídas basicamente por microempresas, segundo o texto “Estudo Socioeconômico das Empresas Corretoras de Seguros, ESECS (2015)”, divulgado pela FENACOR.⁵⁷
 2. Uma segunda questão é o risco de ocorrer um problema econômico denominado de seleção adversa. Nesse caso, somente os profissionais que operam de forma mais correta teriam interesse em participar voluntariamente na autorreguladora. Sejam realistas, o mais provável é que, para os corretores que operam de forma mais incorreta – e isso existe em todas as profissões, não vamos negar –, não haveria um maior interesse em aderir ao IBRACOR.

⁵⁶ Um problema similar já ocorre com a sindicalização, já que nem todos os profissionais dessa categoria se interessam em pertencer a um órgão representativo de classe.

⁵⁷ FENACOR. *Estudo socioeconômico das empresas corretoras de seguros*, ESECS. 2015. Disponível em: <http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/esecs_pj_2015.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

- ▶ Talvez tenha sido por isso que o FMI, conforme comentado anteriormente, em uma análise da fiscalização da distribuição de seguros no Brasil e sua aderência aos princípios da IAIS, tenha recomendado de forma tão incisiva e direta que a adesão do corretor de seguros à autorreguladora fosse simplesmente obrigatória, mas sem que a SUSEP, naturalmente, deixasse de supervisionar todo o processo. Possivelmente, houve o reconhecimento da extrema dificuldade que esse segmento no país teria para atrair os corretores de seguros para um modelo de adesão voluntária.
- ▶ Lembramos que, em outra interpretação jurídica, ainda que existam as restrições acima pontuadas com relação à obrigatoriedade da fiscalização ser abrangente a todos os corretores de seguros e não somente aos associados do IBRACOR, estas poderiam ser completamente superadas, se adotados os ditames contidos nas alíneas “k” e “i” do Artigo 36 do Decreto-Lei nº 73/66, inseridas pela Lei Complementar nº 137/2010, na competência da SUSEP, conforme transcrição abaixo. Ou seja, pela interpretação da Lei Complementar citada, a SUSEP poderia continuar com a fiscalização e supervisão do processo, mas também, se assim for conveniente, estabeleceria convênios para esse fim proposto.

Art. 36.

.....

- k. fiscalizar as operações das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem, inclusive o exato cumprimento deste Decreto-Lei, de outras leis pertinentes, de disposições regulamentares em geral e de resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e aplicar as penalidades cabíveis; e
 - l. celebrar convênios para a execução dos serviços de sua competência em qualquer parte do território nacional, observadas as normas da legislação em vigor. (NR). (BRASIL, 2010).
- ▶ Outro tópico relevante deste estudo foi realizar um comparativo com outros países selecionados, no que se refere a tal tema. Nessa análise, é importante inicialmente comentar que é natural que cada Estado tenha certa soberania em legislar sobre a fiscalização dos seus mercados de distribuição de seguros, até pelo fato de vivenciarem realidades distintas. Entretanto, dois pontos comuns se destacam quando comparamos os países. Primeiro, a importância que o assunto “distribuição de seguros” tem nessas economias, com, muitas vezes, a criação de uma legislação ou entidades específicas para esse fim. Segundo, em muitos casos, a participação dos próprios corretores de seguros como elementos auxiliares nessa fiscalização. A ideia é que, em um mercado complexo como atualmente é o segmento de distribuição de seguros, não se pode prescindir desses profissionais nesse processo.

- ▶ Assim, presenciamos na Austrália a criação de um código de conduta para as seguradoras, com tópicos específicos sobre a distribuição dos produtos. Nesse código, um fato interessante é que temos também elementos externos ao mercado de seguros (consumidores, por exemplo) como julgadores da eficiência das atividades do segmento. Em Hong Kong, a presença da autorregulação é muito forte, inclusive com a divulgação de estatísticas detalhadas a respeito, mostrando a eficiência desse mecanismo. Nos EUA, por sua dimensão, a preocupação maior no momento é unificar as diversas legislações estaduais, o que sinaliza a importância que esse profissional tem na sociedade. Já no Canadá, existem entidades funcionando em um modelo híbrido, com a presença de governo e corretoras na sua direção, servindo assim para fiscalizar com mais eficiência a distribuição de seguros.
- ▶ As possibilidades são grandes e os modelos encontrados nos países são diversos. Este texto não tem a pretensão de esgotar o tema. Porém, um detalhe em comum nos chama a atenção. Como não poderia deixar de ser, e seguindo as tendências internacionais e suas demandas internas, o Brasil está no caminho de modernizar a fiscalização dos corretores de seguros. Isso é extremamente louvável, importante para o setor, e não haverá retorno no futuro. Assim, acreditamos que a participação desses profissionais, com uma presença mais ativa nesse processo, não deve ser desprezada nessa trajetória.

Bibliografia

ABI. Association of British Insurers. *The distribution and sale of UK personal lines general insurance products*. 1993.

ADVOCIS. *An overview of the financial and insurance industry*. 2007. Disponível em: <https://www.combined.ca/documents/training/Financia_Insurance_Industry.pdf>. Acesso em: 30 jan 2016.

ANBIMA. *Código de ética*. 2010. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/a-anbima/associados/codigo-de-etica/Documents/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ANBIMA. *Site*. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/Pages/home.aspx>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

AZEVEDO, Gabriel. Cassação alcança só 1% dos profissionais. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 jul.2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cassacao-alcanca-so-1-dos-profissionais-3gpbbyo7brikacw6ol8sk75lji>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BMFBOVESPA. *Novo Mercado*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BOOTH, Philip. Lessons from history show self-regulation to be the best kind of control. *The Telegraph*, 08 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/7933318/Lessons-from-history-show-self-regulation-to-be-the-best-kind-of-control.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

BOSSONE, Biagio; PROMISE, Larry. The Role of Financial Self-Regulation in Developing Economies. *Financial Sector*. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/finance/html/self-regulation-in-developing-.html#author>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

BSM. *Estatuto social da BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados*. 2014. Disponível em: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/BSM-Estatuto-Social.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BSM. *Regulamento do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos – MRP*. 2015. Disponível em: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/Novo-RegulamentoMRP.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

CEA. CEA response to call for evidence. Need for a coherent approach to product transparency and distribution requirements for "substitute" retail investment products? *Position paper*. 2008. Disponível em: <<https://circa-bc.europa.eu/sd/a/05993d21-f826-4495-be8f-1ac661ca726a/CEA%20-%20European%20insurance%20and%20reinsurance%20federation%20-%20SRIPs.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

CISRO. *Site*. Disponível em: <<http://www.cisro-ocra.com/>>. Acesso em: 30 jan 2016.

CNSP. *Resolução CNSP nº 233, de 2011*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=27874>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

CNSP. *Resolução CNSP nº 243, de 2011*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=28856>>. Acesso em: 31 jan. 2016

CNSP. *Resolução CNSP nº 251, de 2012*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29316>> Acesso em: 01 fev. 2016.

CNSP. *Resolução CNSP nº 435, 2012*. Disponível em: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29492>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

COISSI, Juliana. Brasil aumenta número de médicos, mas distribuição continua desigual. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 mai. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2015/05/1628533-brasil-aumenta-numero-de-medicos-mas-concentrao-continua.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 2016

CONAR. Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. Código e Anexos – CONAR. *Site*. Disponível em: <<http://www.conar.org.br>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

CVM. *Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007*. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/400/inst461consolid.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

CVM. Regulação x Autorregulação. *Portal do Investidor*. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/a_cvm/Regulacao_Autorregulacao.html>. Acesso em: 02/02/2016.

DAVOR, Simon. *The West African Insurance Industry: regulating itself to take on the challenges and opportunities experienced and envisaged*. 2013.

DIONNE, Georges. *Handbook of Insurance*. 2000.

FEBRABAN. *Cartilha do Sistema de Autorregulação Bancária* (SARB). Disponível em: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pdf/Cartilha.pdf>>. Acesso em: 02/02/2016.

FENACOR. *Estudo socioeconômico das empresas corretoras de seguros*, ESE-CS. 2015. Disponível em: <http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/ese-cs_pj_2015.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

FMI. *Brazil: Detailed assessment of observance of insurance core principles of the International Association of Insurance Supervisors*. 2012. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12334.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

FRANCO, Júlia Damazio de Barroso. *Autorregulação no mercado de capitais brasileiro*. 2008. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12009/12009.PDF>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

FUNENSEG. A autorregulação no mercado de seguros. *Revista Cobertura*, 08 jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistacobertura.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=30554&furiurl=-A-auto-regulacao-no-mercado-de-seguros->. Acesso em: 02 fev. 2016.

GARCIA JÚNIOR, Rene. *Modelos regulatórios de mercado de capitais, seguros e previdência privada* – Análise da construção de uma agência regulatória única. 2003.

GENERAL INSURANCE CODE OF PRACTICE. *Subscribers to the code*. Disponível em: <<http://codeofpractice.com.au/about-the-code/subscribers-to-the-code>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

GRACE, Martin F. Who should regulate the insurance industry? *Lexis Nexis*, 9 ago. 2009. Disponível em: <http://www.lexisnexis.com/legalnewsroom/insurance/b/insurance-law-blog/archive/2009/09/08/who-should-regulate-the-insurance-industry_3f00_.aspx>. Acesso em: 31 jan. 2016.

HKFI. Hong Kong Federation of Insurers. *Site*. Disponível em: <<http://www.hkfi.org.hk/#!/insurance-agent/index>>.

HKTDC. *Insurance industry in Hong Kong*. 2015. Disponível em: <<http://hong-kong-economy-research.hktdc.com/business-news/article/Hong-Kong-Industry-Profiles/Insurance-Industry-in-Hong-Kong/hkip/en/1/1X000000/1X003UWM.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

IAIS. *Insurance core principles, standards, guidance and assessment methodology*. 2011. Disponível em: <http://iaisweb.org/modules/icp/assets/files/Insurance_Core_Principles__Standards__Guidance_and_Assessment_Methodology__October_2011__revised_October_2013_.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ICA. *General insurance code of practice*. 2012. Disponível em: <<http://codeofpractice.com.au/assets/documents/Code%20of%20Practice%202012%20-%20FINAL%20L.pdf>>. Acesso em: 30 jan 2016.

ICA. *New general insurance code of practice sets benchmark in industry self-regulation*. 01 jul. 2014. Disponível em: <http://www.insurancecouncil.com.au/assets/media_release/2014/code%20of%20practice/140701%20Code%20of%20Practice.pdf>. Acesso em: 30 jan 2016.

ICA. *Site*. Disponível em: <<http://www.insurancecouncil.com.au/>>. Acesso em: 30 jan 2016.

ICNZ. Insurance Council of New Zealand. *New fair insurance code sets high benchmark for general insurance industry self-regulation*. 2015. Disponível em: <<http://www.icnz.org.nz/new-fair-insurance-code-sets-high-benchmark-for-general-insurance-industry-self-regulation/>>. Acesso em: 02/02/2016.

IEC. Investor Education Centre. *A quick guide to Hong Kong's financial system and services*. Disponível em: <<https://www.hkiec.hk/web/common/pdf/publication/en/IEC-quick-guide-to-hk-financial-system-and-services.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

IEC. *Regulation*. Disponível em: <<http://www.hkiec.hk/web/en/insurance/regulation/regulation.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

III. Insurance Information Institute. *Buying insurance: evolving distribution channels*. 2015. Disponível em: <<http://www.iii.org/issue-update/buying-insurance-evolving-distribution-channels>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

LOUZAS, Rodrigo. Número de arquitetos e urbanistas atuantes no país cresce 12% em 2013, de acordo com o CAU/BR. *Portal PINIWeb*. 03 fev. 2014. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/numero-de-arquitetos-e-urbanistas-atuantes-no-pais-cresce-12-304779-1.aspx>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

MENON, Jaya Smitha. Insurance companies should practice self-regulation. *International Finance Magazine*, 17 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.internationalfinancemagazine.com/article/Insurance-companies-should-practice-selfregulation.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

MOSE, Victor; KULOB, Robert. *2013 Kenya insurance industry outlook*. Nairobi: IRA, 2013. Disponível em: <<http://www.ira.go.ke/attachments/article/105/2013%20Kenya%20Insurance%20Industry%20outlook.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

NAIC. *Site*. Disponível em: <<http://www.naic.org/>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

NAPSLO. National Association of Professional Surplus Lines Offices Ltda. *National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB)*. Disponível em: <https://www.napslo.org/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation.aspx?hkey=4929b-b49-1a7b-4a55-bb73-2493d731026f>. Acesso em: 31 jan. 2016.

NARAB. National Association Of Registered Agents And Brokers. Reform Act Of 2013. In: WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=National_Association_of_Registered_Agents_and_Brokers_Reform_Act_of_2013&oldid=701317262>. Acesso em: 31 jan. 2016.

NCC. National Consumer Council. *Models of selfregulation*. An overview of models in business and the professions. Disponível em: <http://www.talkingcure.co.uk/articles/ncc_models_self_regulation.pdf. 2000>. Acesso em: 02/02/2016.

NIPR. National Insurance Producer Register. *Site*. Disponível em: <http://www.nipr.com/index_sitemap.htm>. Acesso em: 31 jan. 2016.

NORTON ROSE FULBRIGHT. 2015 – what is on the horizon for the insurance industry? Disponível em: <<http://www.nortonrosefulbright.com/knowledge/publications/125857/2015-what-is-on-the-horizon-for-the-insurance-industry>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

OCI. Office of the Commissioner of Insurance. *Site*. Disponível em: <<http://www.oci.gov.hk/about/index.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

OECD. *Insurance regulation and supervision in Asia and Latin America*. 2001. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/insurance-regulation-and-supervision-in-asia-and-latin-america_9789264193055-en>. Acesso em: 02/02/2016.

PIBA. Professional Insurance Brokers Association. *Statistics*. Disponível em: <http://www.piba.org.hk/index.php/en/statistics?option=com_extra&page_id=statistics>. Acesso em: 31 jan. 2016.

POWLAY, John. Regulating for consumer protection in private health insurance—can industry self-regulation work? *The Australia health consumer*, n.2, p. 7-9, 2005-2006. Disponível em: <<https://www.chf.org.au/pdfs/ahc/ahc-2005-2-regulating-consumer-protection.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

PROCESSOS por erro médico crescem 140% no STJ. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/processos-por-erro-medico-crescem-140-no-stj-4723823.html>>. Acesso em: 02/02/2016.

RIBO. *Site*. Disponível em: <www.ribo.com>. Acesso em: 30 jan. 2016.

SUSEP. *Corretores chegam a consenso e resolvem ter uma única autorreguladora*. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/noticias/corretores-chegam-a-consenso-e-resolvem-ter-uma-unica-autor-reguladora>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

SUSEP. *Relatório de Gestão de Serviços*. [s.d.]

TAVARES, Paulo Sérgio Araújo. *Regulação e autorregulação do mercado de capitais*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8260>. Acesso em: 31 jan. 2016

TRINDADE, Marcelo; SANTOS, Aline de Menezes. *Regulação e Autorregulação no Brasil e a crise internacional*. 2010.

ZANOTTA, Alexandre. *Regulação e autorregulação no mercado de capitais brasileiro*. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1375>. Acesso em: 02/02/2016.

UN ESTUDIO SOBRE LA AUTORREGULACIÓN DE LOS CORREDORES DE SEGUROS Y EL CORRETAJE DE SEGUROS

ESTUDIOS SOBRE SEGUROS
Edición especial trilingüe – 30

FRANCISCO GALIZA
Marzo/2016

estudos

S O B R E • S E G U R O S

Serie destinada a la publicación de trabajos e investigación de profesionales de las áreas de seguros, reaseguros, pensiones y capitalización. Es comercializada exclusivamente en seminarios, conferencias, foros y talleres realizados por la Escola Nacional de Seguros y por las instituciones del mercado de seguros. Los textos pueden ser impresos (en formato PDF) en el sitio web de la Escola (www.funenseg.org.br), enlace <<http://www.funenseg.org.br/livros/>>, en, "Descarga de estudios".

Para su publicación en la serie, los textos que deben ser reenviados, para su evaluación, para el director del Centro de Investigación y Economía de Seguros (CPES) de la Escola Nacional de Seguros, Claudio R. Contador. Enviar dos copias: una por e-mail para claudiocontador@funenseg.org.br, mencionando en el tema "Estudios sobre Seguros – Trabajo para Evaluación"; y otra impresa a la dirección de la Economía del Centro de Investigación y Seguros (CPES) (Rua Senador Dantas, 74 - 3ª andar - Centro - Río de Janeiro / RJ - CEP 20031-205), mencionando en el sobre "Estudios sobre seguros". Incluir en ambas copias un resumen en portugués y en inglés del trabajo. Las referencias deben ser incorporados al final del texto. Enviar también un breve currículum profesional, e-mail y teléfono para contacto.

La Escola Nacional de Seguros

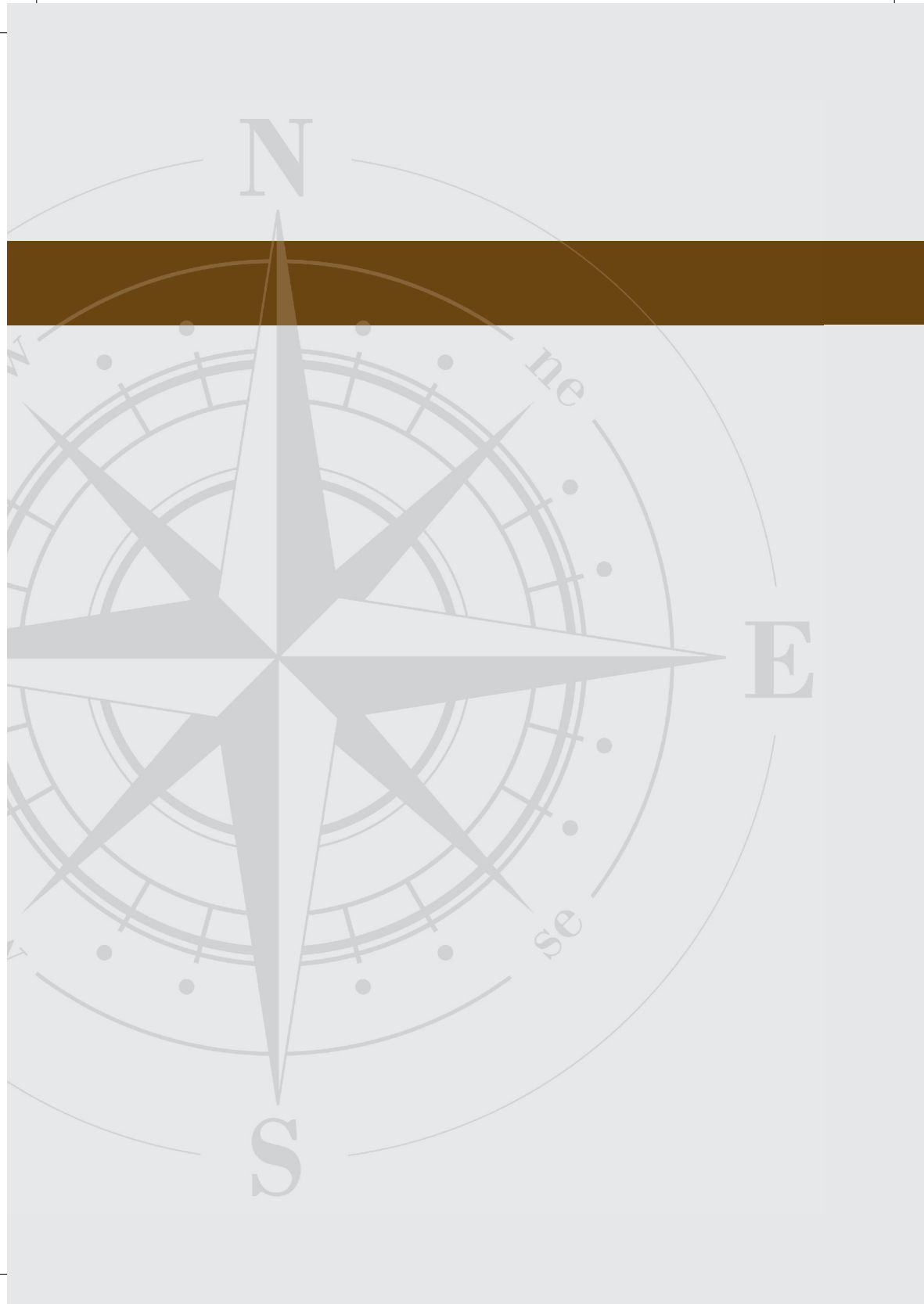
La Escola Nacional de Seguros fue fundada en 1971, con la misión de desarrollar el mercado de seguros a través de la generación y difusión del conocimiento y la capacitación de profesionales.

Al comienzo con una formación enfocada a la parte técnica, la Escola preparó el curso de formación y concesión de licencias de los agentes de seguros – el más requerido entre los ofrecidos por la institución - y otros programas educacionales, tales como conferencias, talleres, seminarios y apoyo a la investigación, actividad que ahora se lleva a cabo bajo la jurisdicción del Centro de Investigación y Economía del Seguro (CPES). Con la creciente demanda de cualificación superior, en el año 2005, la Escola fue autorizada por el Ministerio de la Educación (MEC) para servir, en Rio de Janeiro, un título en Administración de Empresas con énfasis en Seguros y Pensiones, la primera en Brasil con tales características. Desde 2009, el curso también se da en São Paulo.

En menos de una década, la Escola se convirtió en la tercera mejor escuela de negocios en las ciudades de Rio de Janeiro y São Paulo, teniendo en cuenta el ranking del Índice General de Cursos (CIG), según lo medido por el INEP/MEC. Por la excelencia en el área de administración, seguros y pensiones, la institución fundada, en 2014, el Centro de Investigación y Economía de Seguros (CPES), con el objetivo de analizar los caminos de la industria de seguros del país, dotándolo de nuevos conocimientos y las tecnologías sobre cuestiones clave que afectan a este mercado: el cambio climático, la mortalidad en el tránsito y aspectos de la demografía brasileña.

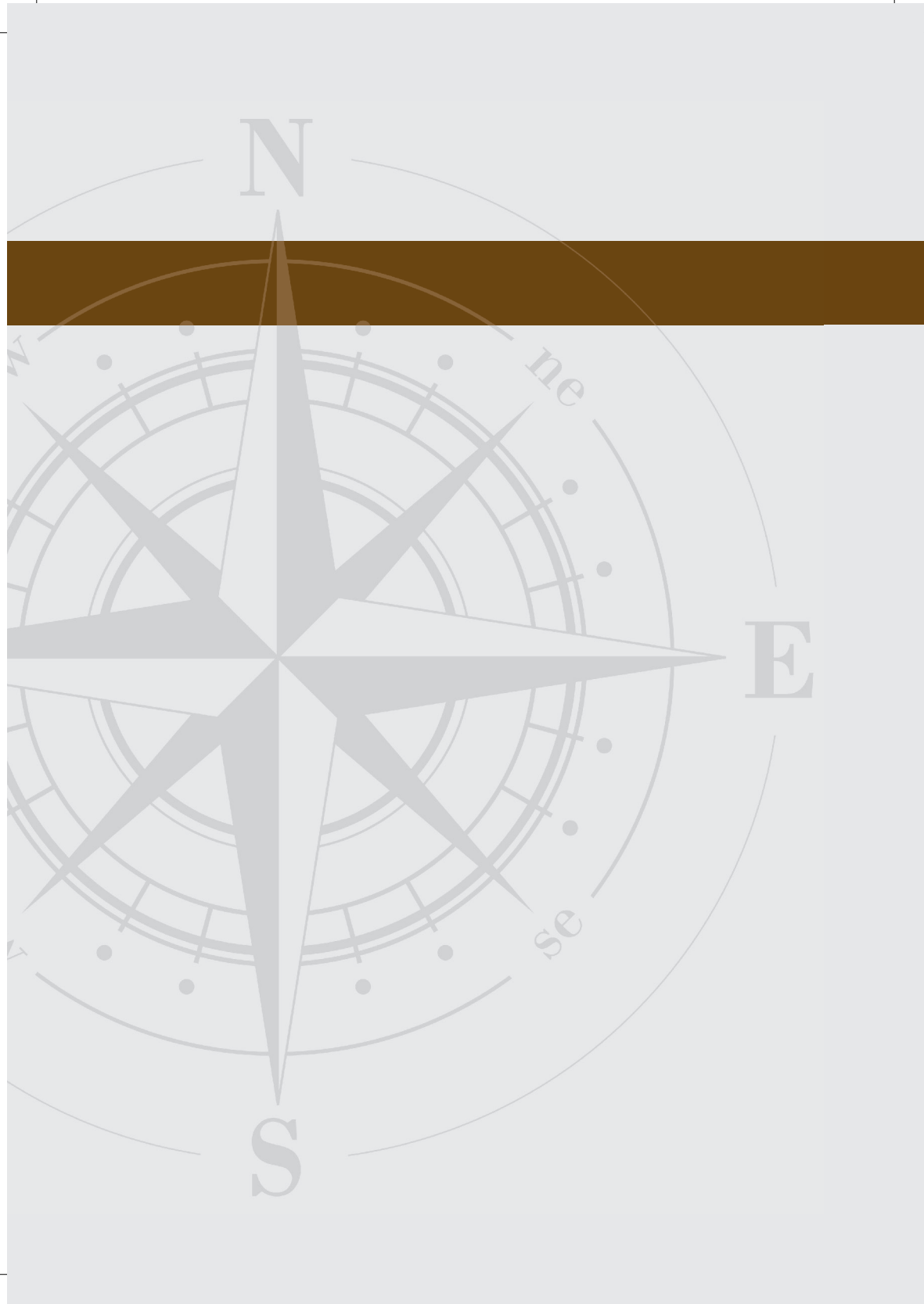
La Escola Nacional de Seguros tiene su sede en Rio de Janeiro, cuenta con otras doce unidades regionales y está presente en más de 80 ciudades de todo el país, a través de asociaciones, que atienden a más de 10 mil estudiantes por año, a través de clases y eventos presenciales y también a distancia. Con esto consigue, así, mantener y expandir el estándar de alta calidad que es su marca, así como a ratificar su posición como el mayor y mejor seguro escolar de Brasil.

Escola Nacional de Seguros
www.funenseg.org.br



Resumen

I)	Introducción	73
II)	Autorregulación: conceptos principales	75
III)	Ejemplos de autorregulación: Brasil	79
IV)	Autorregulación en seguros: mundo	91
V)	Supervisión de corredores de seguros: Brasil	101
VI)	IBRACOR: el caso brasileño	111
VII)	Comentarios finales	117
VIII)	Bibliografía	121



Presentación

A su debido tiempo, la Escola Nacional de Seguros publica este estudio importante e indispensable, de lectura obligatoria para todos los miembros del mercado, sobre la "Autorregulación de los Corredores de Seguro y el Corretaje de Seguros." Por lo tanto, esta institución, que viene prestando muchos servicios muy relevantes al mercado de seguros durante 45 años, una vez más marca una posición de liderazgo, detallando la importancia, de los propósitos y el modelo elegido para Brasil, con el objetivo de implementar un marco moderno y eficiente para la autorregulación en el corretaje de seguros.

Es justo destacar también el trabajo minucioso y exhaustivo llevado a cabo por el coordinador del estudio, Francisco Galiza, que tiene una larga experiencia en la elaboración de investigaciones fundamentales para el desarrollo del mercado en el área, como el Índice de Confianza del Sector de Seguros (ICSS), producido mensual por la FENACOR.

En el caso específico de la autorregulación en el corretaje de seguros, recuerda que hace algún tiempo, este tema está de moda, no sólo en relación con las entidades que representan la categoría, sino también a los órganos reguladores del sector de seguros, en todo el mundo.

Prueba de ello es la reconocida y respetada Asociación Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS, por sus siglas en Inglés) incluyó el tema en sus principios básicos de seguros (PBS).

En nuestro caso, existe un proceso innovador, que es un marco de autorregulación - con responsabilidad, siendo establecido por ley complementaria, como un órgano auxiliar de la autoridad de supervisión del estado, sin embargo, con la regulación y la supervisión llevada a cabo por esta entidad.

De acuerdo con estos principios, la FENACOR aboga por la autorregulación y es también el principal patrocinador del Instituto Brasileño de Autorregulación del Mercado de Corretaje de Seguros, de Reaseguros, de Capitalización y Fondos de Pensión Abiertos (Ibracor), entidad civil autoreguladora de los corredores de seguros brasileños.

El Ibracor tiene una misión histórica que cumplir: debe garantizar la preservación de la ética y las buenas prácticas en la actividad de corretaje de seguros, que es directamente responsable de más del 80% de la producción mundial del mercado brasileño, lo que representa un volumen de ingresos del orden de más de R\$ 200 billones anuales.

Los corredores de seguros tienen en esta autorreguladora un aliada, ya que recibirá una especie de sello de calidad, un certificado de su postura profesional, que se basa en la defensa de los intereses de los consumidores y la sociedad en general.

Este es un importante paso adelante en las relaciones del sector, sobre todo en la mejora del ambiente de respeto y protección del consumidor, pero, al mismo tiempo, constituye la mayor parte del diploma – un certificado de emancipación de nuestra profesional.

Para todos nosotros, este estudio es más que una herramienta de trabajo.

Isfruten la lectura!

Armando Vergílio dos Santos

*Presidente de la Confederación Panamericana
de Productores de Seguros (COPAPROSE)*

*Presidente de la Federación Nacional de los Corredores de Seguros
Privados e de Reaseguros, de Capitalización, de Previsión Privada,
de las Empresas Corredoras de Seguros y de Reaseguros (FENACOR)*

Introducción

El objetivo de este estudio es conocer y analizar los fundamentos y los principales aspectos económicos y administrativos relacionados a los modelos de autorregulación, específicamente en los puntos relacionados a las áreas de seguros y al propio mercado de corretaje de estos productos. A partir de eso, articular comentarios y sugerencias para que ese segmento pueda alcanzar, en el país, efectivamente, un mayor grado de eficiencia y desarrollo.

Es, por eso, que en este sentido, este texto se incluye. Además de esta introducción, el estudio tiene los siguientes capítulos, detallados de la siguiente manera:

- ▶ En el **capítulo II** está el análisis de los principales conceptos ligados a la autorregulación, con la evaluación de las ventajas y desventajas teóricas de este tipo de enfoque.
- ▶ En el **capítulo III** hace la descripción de diversas aplicaciones de autorregulación en Brasil, que ya ocurrieron fuera del área de seguros.
- ▶ En el **capítulo IV** está explicado cómo funciona la supervisión de corredores de seguros y, específicamente, la autorregulación en estos mercados, tomándose como referencia ejemplos y estudios internacionales. Es también realizada una discusión teórica sobre el tema.
- ▶ En el **capítulo V** hace un análisis de la situación de evaluación de corredores de seguros en el país, tanto en términos legales como de estadística. Es hecha, inclusive, una comparación con otros segmentos empresariales y profesionales. En este capítulo existe también un tópico comentando la posición del FMI con relación al tema en cuestión.
- ▶ En el **capítulo VI** está una evaluación histórica reciente de la legislación de autorregulación en el área de seguros de Brasil, trayendo como consecuencia principal la creación del Instituto Brasileño de Autorregulación del Mercado de Corretaje de Seguros, de Reaseguros, de Capitalización y de la Prevención Complementaria Abierta – IBRACOR, la entidad autorreguladora de los corredores de seguros en el país.
- ▶ El **capítulo VII** contiene un resumen con los comentarios y las conclusiones sobre el tema, con propuestas sobre una mejoría institucional de ese aspecto en Brasil.
- ▶ El **capítulo VIII** presenta la bibliografía.



Autorregulación: conceptos principales

Al comienzo, la decisión de regular un mercado tiene en cuenta la importancia y la necesidad de cierta intervención del Estado, para garantizar su funcionamiento adecuado. Teóricamente, un mercado capaz de solucionar sus fallas sin interferencia externa no debería sufrir, sin embargo, cualquier tipo de intervención. Por otro lado, si un mercado determinado es relevante, e incapaz de funcionar apropiadamente, sin cierto grado de presencia estatal, la regulación debe corregir las fallas existentes, restableciendo así su equilibrio, teniendo en vista el interés público de la sociedad. Este mecanismo es una respuesta a la demanda social para la corrección de prácticas ineficientes o no equitativas. Algunas de estas prácticas son un monopolio natural, la información imperfecta o la asimetría de informaciones.

Como todo término que se populariza, es común el uso de la expresión “autorregulación” en diferentes sentidos, para designar diferentes contextos. De acuerdo con Trindade et alii (2010), tres situaciones son las más comunes. Primero, la autorregulación en el sentido preponderantemente económico, ligado a la libre iniciativa, en que los mercados siempre asignarían los recursos de manera más eficiente, sin la necesidad de intervención estatal. Así, según esta misma interpretación, se debe garantizar libertad a las instituciones de mercado, que se disciplinarían por cuenta propia, independientemente de cualquier interferencia estatal. En un segundo sentido, se hace referencia a la autorregulación como el resultado de una acción organizada por agentes o entidades de mercado, mediante la adopción de reglas y de mecanismos de composición de conflictos, en la llamada “autorregulación de base voluntaria”. En un tercer sentido, es hecha una alusión a la autorregulación debido a una delegación estatal, por medio de la cual el órgano regulador se atribuye al juicio y a la discreción de las propias instituciones reguladas el poder de efectuar la supervisión y prevenir violaciones a las normas legales. Esos dos últimos conceptos son los que consideraremos como los más importantes en este texto.

De ese modo, por la definición usada aquí, se puede decir que la autorregulación es una modalidad de acción regulatoria ejercida por los propios agentes que en esa área operan, trayendo beneficios para todo el mercado consumidor y todo el grupo en cuestión. Como son especialmente interesados en la calidad de su actividad y también los mayores conocedores de ese negocio, los profesionales se organizan para establecer padrones de

calidad y normas de conducta y ética, muchas veces más eficientes del que aquellos determinados por el propio Estado.

Conceptualmente, ese tipo de control, hecho por los propios agentes del mercado, trae ventajas, como las que veremos a continuación:

- ▶ El establecimiento de las reglas de buena convivencia entre los participantes, siendo que la autorregulación garantiza seguridad jurídica y previsibilidad de sus relaciones, inclusive cuando se trata de controversias y sanciones, lo que aumenta la credibilidad de la actividad, atrayendo más inversión para el sector.
- ▶ La acción eficaz del órgano regulador sobre los participantes del mercado puede implicar costos excesivamente altos, cuando se busca aumentar la eficiencia y el alcance de esta acción.
- ▶ Una entidad autorreguladora, por su proximidad de las actividades de mercado y su mejor comprensión sobre ellas, dispone de mayor sensibilidad para evaluarlas y estandarizarlas, pudiendo actuar con mayor rapidez y a costos moderados. Sus experiencias específicas y conocimiento de las operaciones y prácticas, incluyendo aquellas sobre posibles fraudes, son factores que no pueden ser despreciados.
- ▶ El hecho de la propia comunidad elaborar y establecer las normas que disciplinan sus actividades permite que su aceptación aumente. Así, esa comunidad se siente más responsable por su cumplimiento, disminuyendo, por consiguiente, la necesidad de intervención del órgano regulador.
- ▶ Teóricamente, existe una mayor flexibilidad de edición, alteración e implantación de normas y procedimientos para la aplicación de sanciones legales y administrativas.

Sin embargo, tres cuidados son necesarios para que una autorreguladora funcione de forma eficiente, con beneficios para toda la sociedad. Son riesgos teóricos que ese tipo de modelo puede tener, independiente del área profesional en cuestión. Por ejemplo:

- ▶ Potenciales conflictos de intereses entre los miembros de las entidades autorreguladoras y los regulados, los cuales deben ser evitados;
- ▶ El uso de los poderes brindados a las entidades autorreguladoras, por estas mismas, para limitar la competencia de otros miembros;
- ▶ La actuación ineficiente de esas entidades, de forma a anular los propios efectos de regulación.

Esto quiere decir, la complacencia en relación a asuntos de interés público; la tendencia a la protección de los regulados; la lentitud en la imposición de sanciones y actitudes tolerantes, resultantes, por ejemplo, del deseo de huir de la publicidad adversa a los negocios, son comportamientos que deben ser completamente evitados. Así, es importante resaltar que, en la delegación de poderes de regulación y control, el órgano regulador también puede conservar competencias residuales que le permitan la eliminación de posibles inconvenientes de la autorregulación. En una expresión popular, no es un “cheque en blanco” que la entidad autorreguladora adquiere.

Otro concepto importante es que, en el sentido estricto del término, no se debe confundir la autorregulación con un conjunto de normas de conducta, como ha sucedido mucho comúnmente, con la institución de recomendaciones, manuales de conducta profesionales y ética o códigos de gobernanza corporativa divulgados por instituciones privadas o públicas. Tales documentos no son de cumplimiento obligatorio, por lo contrario de lo que sucede con las normas de una entidad de autorregulación. Muchas veces, la máxima sanción es la divulgación pública sobre el hecho de que la empresa no está cumpliendo esas normas.

Todavía a partir de estas definiciones, existen, de forma estandarizada, dos tipos de autorregulación, conforme a lo descrito a continuación:

i. Autorregulación legal

En esta modalidad, determinadas entidades privadas tienen poderes y deberes delegados por ley para el desempeño de ciertas actividades, actuando como “un órgano auxiliar” del Estado, editando normas a las cuales sus miembros deben someterse y supervisar su cumplimiento. Por ejemplo, en el caso del mercado de capitales en Brasil, la BM&FBOVESPA Supervisión de Mercados (BSM) se ajusta en ese perfil.

ii. Autorregulación voluntaria o privada

Aquí, los agentes se sujetan voluntariamente, por vínculo contractual normalmente manifestado por la adhesión a una determinada organización, cuya autoridad supervisora pasa a ser reconocida. La autorregulación voluntaria se fundamenta en bases contractuales. Sus miembros se someten a determinadas reglas establecidas por la entidad autorreguladora, por libre y espontánea voluntad, y pueden, de la misma forma, retirarse, libremente, en caso que no deseen más integrarla, aunque muchas veces con daños irreparables a su imagen institucional. Por tal motivo, en atención al principio constitucional de la libre asociación, tal entidad sólo podrá sufrir cualquier tipo de intervención estatal si se ignora la ley o se realizan prácticas que perjudiquen el mercado.

Las actividades finales de la entidad autorreguladora pueden ser desempeñadas mediante el establecimiento de diferentes padrones de conducta; la certificación, a través de la concesión de sellos de calidad; clasificaciones de conferencias; la vigilancia de sus agentes; el asesoramiento; y el arbitraje. La Asociación Brasileña de las Entidades de los Mercados Financieros y de Capitales (ANBIMA) y el Sistema de Autorregulación Bancaria (SARB) se ajustan en ese perfil de modelo.

A continuación, en el siguiente capítulo, una aplicación más detallada de la autorregulación en Brasil. En total, cuatro autorreguladoras son las más recordadas.

Ejemplos de autorregulación: Brasil

Como ilustración, se presenta a continuación cuatro ejemplos de autorregulación, ya en práctica desde hace tiempo en Brasil. Tres de ellos se refieren a la autorregulación voluntaria, y uno, a la autorregulación legal. Las ideas y conceptos aquí explicados pueden ser tomados como referencia en la aplicación al mercado de seguros.

1 Sistema de Autorregulación Bancaria (SARB)¹

La idea del Sistema de Autorregulación Bancaria (SARB) comenzó en 2007, a partir del apoyo de la Federación Brasileña de Bancos (FEBRABAN). La base para la definición de los temas más relevantes de las normas y criterios fue evaluar, en aquel momento, las principales demandas de los consumidores junto a los bancos, PROCONs, Banco Central y sus defensores del pueblo. Con eso, un primer paso fue la creación del Código de Autorregulación Bancaria, que trata del funcionamiento de todo el Sistema, en 2008. Posteriormente, vinieron las diversas reglas de autorregulación bancaria desarrolladas hasta los días de hoy.

Existen cuatro grandes principios que guían ese código aplicado a los bancos: ética y legalidad, respecto al consumidor, comunicación eficiente y mejora continua.

Actualmente hay 15 normas en vigor, hablando sobre asuntos diversos. Por ejemplo: lavado de dinero, crédito consignado, responsabilidad socioambiental, funcionamiento de los Servicios de Atención al Consumidor (SACs), etc. En total, casi 20 instituciones financieras ya participan voluntariamente del SARB, que son, las mayores del mercado brasileño.

En ese modelo bancario, dos aspectos todavía pueden ser destacados. Primero, la creación de un canal (utilizado de forma electrónica o por teléfono) de quejas de los consumidores, en el caso de la detección de falta de

¹ Ver más detalles en: FEBRABAN. Autorregulación bancaria. Site. Disponible en: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br>>. Accedido el: 29 ene. 2016.

cumplimiento de alguna norma por parte de las instituciones-miembros. Según, en el caso de incumplimiento, y después de la debida averiguación, pueden ser aplicadas advertencias, multas o hasta ser realizado el cierre de la entidad del sistema (el mayor castigo posible).

El Capítulo IX (denominado "Procedimiento Disciplinario") del Código de Autorregulación Bancaria² detalla todos los procedimientos relativos a ese asunto, como criterios para el derecho de defensa, composición del comité de jueces y los plazos, entre otros aspectos. Abajo, específicamente, citamos el Artículo 42.

Art. 42. El signatario que incumpla con las normas de la autorregulación estará sujeto a:

- i. Recomendación del Comité Disciplinario para el ajuste de su conducta, reenviada a través de una carta reservada.
- ii. Recomendación del Comité Disciplinario para el ajuste de su conducta, reenviada a través de una carta con el conocimiento de todos los signatarios, con la obligación de pagar una contribución de entre 1 (uno) y 10 (diez) veces el valor de la menor anualidad pagada por un asociado de la FEBRABAN (Federación Brasileña de Bancos).
- iii. Suspensión de su participación en el Sistema de Autorregulación Bancario, con la interrupción del derecho de uso del Sello de la Autorregulación y la pérdida del mandato de su Consejero en el Consejo de Autorregulación, con la obligación de pagar una contribución entre 5 (cinco) y 15 (quince) veces el valor de la menor anualidad pagada por un asociado de la FEBRABAN (Federación Brasileña de Bancos).

§ 1º. El Comité Disciplinario determinará la medida considerando la gravedad, el impacto para el Sistema de Autorregulación Bancario y la reincidencia de la infracción.

§ 2º. En la imposición de la suspensión, aprobada por el Consejo de Autorregulación, conforme lo estipulado en el Art. 21(ii), el Comité Disciplinario establecerá el plazo y las condiciones que han de cumplirse por el signatario para la supresión de la medida referida.

§ 3º. La obligación de pago de contribuciones al Sistema de Autorregulación Bancario podrá ser complementado por la obligación de costear o adoptar acciones específicas para fortalecer la credibilidad del

² Ver: FEBRABAN. *Código de Autorregulación Bancaria*. 2008. Disponible en: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pdf/C%C3%B3digo%20de%20Autorregula%C3%A7%C3%A3o%20Banc%C3%A1ria.pdf>>. Accessado el: 29 ene. 2016.

Sistema Financiero frente al público en general, limitado a 5 (cinco) veces el valor de la menor anualidad pagada por un asociado de la FEBRABAN (Federación Brasileña de Bancos).

§ 4º. La imposición de cualquier de las medidas previstas en este Artículo implicará la obligación del pago de los costos directos resultantes del procedimiento disciplinario, especialmente del costo asociado a la empresa de auditoría independiente mencionado en el Art. 38. La obligación del pago mencionado en este párrafo es limitado a 2 (dos) veces el valor de la menor anualidad pagada por un asociado de la FEBRABAN (Federación Brasileña de Bancos).

§ 5º. Se revertirán en favor al presupuesto del Sistema de Autorregulación Bancario los valores recogidos por la imposición de las contribuciones tratadas en este Artículo (FEBRABAN, 2008).

Como se ve, no existe una sanción a la prohibición al actuar de los bancos, decisión de jurisdicción exclusiva del Estado brasileño. Así, en caso de alguno de ellos incumpla las normas de autorregulación, la sanción máxima es la exclusión del propio SARB, además de la multa. Esa es una diferencia importante en relación a la autorregulación propuesta para los corredores de seguros, pues, en este caso, el IBRACOR tiene el poder de sanción más amplio.

2 Consejo Nacional de Autorreglamentación Publicitaria (CONAR)³

Creado en 1979, el Consejo Nacional de Autorreglamentación Publicitaria (CONAR) es uno de los más conocidos sistemas de autorregulación del país. Él tiene como objetivo principal promover la libertad de expresión publicitaria y defender las prerrogativas constitucionales de la propaganda comercial. Su misión incluye principalmente la atención a denuncias de consumidores, autoridades y asociados, o aquellas formuladas por los integrantes de la propia dirección. Cuando se comprueba la procedencia de una denuncia (que no puede ser anónima), el CONAR puede recomendar la alteración o suspensión a la circulación del anuncio. Sus miembros son, sobre todo, anunciantes, agencias y vehículos de comunicación. Actualmente, el órgano posee 425 asociados.

Particularmente, es también importante entender el CONAR y el Código Brasileño de Autorreglamentación Publicitario en su contexto histórico.

³ CONAR. Site. Disponible en: <<http://www.conar.org.br>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

En el final de los años 70, el Estado pensaba en sancionar la ley creando una especie de censura previa a la propaganda, ya que se vivía en un régimen de fuerza en el país. Si esa ley fuese de hecho implantada, ningún anuncio podría circular sin antes recibir la aprobación oficial. Las consecuencias serían numerosas: sociales, políticas y económicas. Por ejemplo, eso resultaría en la creación de un departamento específico para controlar la publicidad, con la contratación de centenas de funcionarios públicos. Las implicaciones burocráticas también serían grandes, sin hablar que tal control representaría un duro golpe para un país que estaba reconquistando, poco a poco, su derecho a la libertad de expresión.

Actualmente, cualquier persona puede hacer uso del CONAR, sin ningún costo, si ella se siente ofendida por una pieza publicitaria, circulada en cualquier medio de divulgación. Además de eso, si además se fue demostrado que el anunciante no cumplió con lo prometido en el anuncio; si la pieza publicitaria no corresponde a la verdad; si viola los principios de la competencia leal; o si falta al respeto la actividad publicitaria como un todo.

Es relevante registrar que el CONAR se ocupa exclusivamente de la publicidad. Si el cliente fue mal atendido, si hubo problemas de entrega o de especificación del producto/servicio, el órgano sólo tomará medidas si tales acontecimientos son contrarios a los términos de un anuncio de cualquier tipo. En otros tipos de quejas, usualmente debe hacerse uso del PROCON. Otro punto importante es que el CONAR no ejerce censura previa sobre piezas de publicidad. Así, es necesario que el anuncio ya haya sido circulado, primeramente, para que él pueda ser llevado al Consejo de Ética.

Según el Código de Autorreglamentación del CONAR⁴ ("Código Brasileño de Autorreglamentación Publicitaria"), en el Artículo 50, abajo transcrito, hay cuatro sanciones existentes, en el caso de incumplimiento de las normas.

Artículo 50. Los infractores de las normas establecidas en este Código y sus anexos estarán sujetos a las siguientes sanciones:

- a. advertencia;
- b. recomendación de alteración o corrección del anuncio;
- c. recomendación a los vehículos en el sentido que sostiene la divulgación del anuncio;
- d. divulgación de la posición del CONAR con relación al anunciante, a la agencia y al canal, a través de canales de comunicación, en vista del incumplimiento de las medidas y soluciones defendidas.

⁴ CONAR. Código Brasileño de Autorreglamentación Publicitaria. Código e Anexos – CONAR. Site. Disponible en: <<http://www.conar.org.br>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

§ 1º. Corresponde privativamente al Consejo de Ética del CONAR apreciar y juzgar las infracciones a los dispositivos de este Código y sus Anexos y, al Consejo Superior del CONAR, cumplir y hacer cumplir las decisiones emitidas por el Consejo de Ética en el proceso ordinario.

§ 2º. Corresponde privativamente al Consejo Superior del CONAR modificar las disposiciones de este Código, ya sea modificar, eliminar y añadirle Anexos (CONAR, [s.f.]).

Como se observa, la sanción máxima posible es la divulgación pública la posición del CONAR en relación a los principales participantes de la campaña publicitaria. Eso, en la práctica, representa un grande daño a las imágenes de las empresas infractoras, dificultando su operación en un futuro.

3 Asociación Brasileña de las Entidades de los Mercados Financieros y de los Capitales (ANBIMA)

La Asociación Brasileña de las Entidades de los Mercados Financieros y de los Capitales (ANBIMA)⁵ representa las instituciones del mercado de capitales brasileño. Dicha Asociación fue creada en 2009, como resultado de la unión de la Asociación Nacional de los Bancos de Inversión (ANBID) y de la Asociación Nacional de las Instituciones del Mercado Financiero (ANDIMA), entidades que ya actuaban hace más de 40 años antes de esa fusión.

Actualmente, la ANBIMA posee casi 350 asociados, entre bancos (comerciales, múltiples y de inversión), empresas de gestión de activos, corredoras y distribuidoras de valores mobiliarios y gestores de activos.

Además de la actividad de representación de clase, la ANBIMA posee otras funciones:

- ▶ Actúa como entidad autorreguladora voluntaria, a través de códigos de regulación y mejores prácticas.
- ▶ Es la principal entidad certificadora de los profesionales de los mercados financieros y de los capitales de Brasil.
- ▶ La entidad posee uno de los mayores bancos de datos sobre los segmentos controlados.

⁵ Ver: ANBIMA. Site. Disponible en: <<http://portal.anbima.com.br/Pages/home.aspx>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

En las actividades de ANBIMA están una regulamentación detallada, para ser aplicada, por ejemplo, en las emisiones de títulos o en la divulgación de informaciones, con orientaciones sobre lo que debe o no ser hecho en cada caso. Además de esto, en su código de ética⁶, hay un capítulo específico (Capítulo VII – Sanciones) sobre las posibles infracciones a sus miembros, colocado a continuación.

VII. SANCIONES

Artículo 38. Al incumplimiento de los principios y normas establecidos en este Código el asociado está sujeto a las siguientes sanciones:

- a. carta de advertencia reservada;
- b. multa;
- c. advertencia pública;
- d. suspensión del miembro del cuadro de asociados y del uso de las marcas de la ANBIMA, por plazo determinado, o vinculado al término del procedimiento administrativo, disciplinario, de investigación o judicial;
- e. propuesta, a la Asamblea General, de exclusión del asociado del cuadro de asociados de la ANBIMA.

§ 1º. La multa a la que se refiere el párrafo (b) encima puede ser aplicada individualmente o en conjunto con cualquier otra sanción, siendo su valor sugerido por el Consejo y aprobado por el Consejo, y no podrá exceder 100 (cien) veces el valor de la mayor de las contribuciones mensuales vigentes, por ocasión de la infracción.

§ 2º. En la aplicación de las sanciones estipuladas encima, serán considerados el grado y la potencialidad del daño al mercado e inversionistas causado por la infracción, así como las actitudes concretas del asociado con la visión de reparar, disminuir o compensar el daño (ANBIMA, 2010).

Como se puede observar arriba, la sanción más grande posible es la exclusión de la empresa de la entidad. Obsérvese que no compete a la ANBIMA prohibir el funcionamiento de cualquier institución financiera, decisión le compete al Estado. De cualquier manera, la simple exclusión, con divulgación para toda la sociedad, ya señalaría una baja credibilidad de la institución financiera, haciendo inviable, en mucho, su operación en un futuro.

⁶ ANBIMA. *Código de ética*. 2010. Disponible en: <<http://portal.anbima.com.br/a-anbima/associados/codigo-de-etica/Documents/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica.pdf>>. Accedido el: 30 ene. 2016.

4 BM&FBOVESPA Supervisión de Mercados

Creada en 2007, la BM&FBOVESPA Supervisión de Mercados (BSM) opera en la supervisión del mercado de valores, como órgano auxiliar de la Comisión de Valores (CVM). Su rendimiento es referente a la regulación de los mercados de valores. Por lo tanto, el BSM es la entidad oficial de la autorregulación de todos los mercados de la BM & FBOVESPA. Debido a estos factores, se considera una autorregulación del tipo legal.

La Indicación CVM⁷ 461/2007 disciplina los mercados de valores, que prevé la creación, organización, funcionamiento y cierre de las bolsas de valores, materias primas y mercados de futuros y mercados extrabursátiles. También se establece que es función de la BM&FBOVESPA desarrollar mecanismos y procedimientos eficaces para que la BSM evalúe el cumplimiento de sus reglas y normas de conducta, así como de la regulación vigente, con el fin de identificar violaciones, las condiciones de negociación anormales o comportamientos susceptibles que puedan poner en peligro el funcionamiento ordinario, la transparencia y la credibilidad del mercado. Si los inversionistas se sienten perjudicados, pueden reclamar a la BSM y, si tienen la razón, serán indemnizados inmediatamente.

La indicación citada, en su Capítulo IV ("Autorregulación de los Mercados Organizados de Valores"), trata en detalles de la forma de acción de una autorreguladora en ese sector, abarcando los Artículos 36 a 49. Particularmente, citamos el Artículo 49:

Art. 49. La violación de las normas cuya inspección es competencia del Departamento de Autorregulación somete a sus agresores a las sanciones previstas en el reglamento.

§1º. Sin perjuicio de los mecanismos de publicidad adoptados por la autoridad de gestión en el marco del reglamento mencionado en el presente artículo, la suspensión o cancelación de autorización de persona autorizada para operar debe ser comunicada, de inmediato, a la CVM y al Banco Central de Brasil.

§2º. Los recursos obtenidos de multas y términos de compromiso ejecutados en el marco de la autorregulación deben ser invertidos, en su totalidad, para las actividades previstas en este Capítulo o para la indemnización por daños de terceros perjudicados.

§3º. Las decisiones del Consejo de Autorregulación no se pueden apelar ante la CVM.

⁷ CVM. *Indicación CVM n° 461*, de 23 de octubre de 2007. Disponible en: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/400/inst461consolid.pdf>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

§4º. La investigación puede requerir que la sanción que le ha sido im- puesta, o el beneficio que ha sido acordado en términos de compro- miso contraídos en el marco de la autorregulación, que se presentará a la CVM como base para la conclusión del término de compromiso.

§5º. En el juicio de las infracciones de las normas legales sobre la competencia, la CVM podrá reducir, de las sanciones que puedan apli- carse, las que se han impuesto en el contexto de la autorregulación.

§6º. En los procesos administrativos ante la CVM que tengan como propósito los mismos hechos ya inscritas en el contexto de la au- torregulación, la pena máxima prevista en el art. 11, §1º, de la Ley 6.385, de 1976, debe ser calculada sumándose la sanción impuesta por la autorregulación y aquella aplicada por la CVM, cuando sean de la misma naturaleza. (CVM, 2007).

No compete a la CVM apelar las decisiones del Consejo de Autorregulación de la BM&FBOVESPA, pero la investigación puede hacerlo, con la intención de que las sanciones sean reducidas.

A continuación, en la **Tabla III.1**, las principales características de la BSM. En la práctica, la BSM opera en dos frentes: supervisión de mercado y de auditoría.

Esta situación es también mostrada en la **Figura III.1**, con la configuración operacional de esa misma empresa.

**TABLA III.1 – CARACTERÍSTICAS DE LA BM&FBOVESPA
SUPERVISIÓN DE MERCADOS (BSM)**

Características	Descripción
Funciones	• Evaluar y supervisar a los participantes del mercado y la propia BM & FBOVESPA. • Identificar violaciones a la legislación y a la reglamentación vigente, las condiciones anormales de negociación o comportamiento que puedan colocar en riesgo el funcionamiento ordinario, la transparencia y la credibilidad del mercado. • Establecer y llevar a cabo procesos administrativos disciplinarios. • Penalizar a quienes cometen irregularidades. • Gestionar el mecanismo de recuperación de las pérdidas (MRP).

**TABLA III.1 – CARACTERÍSTICAS DE LA BM&FBOVESPA
SUPERVISIÓN DE MERCADOS (BSM)**

Características	Descripción
Atributos	• Personalidad jurídica y patrimonio propio. • Autoridad administrativa independiente. • Ausencia de subordinación jerárquica. • Mandato fijo y estabilidad directa de la autorregulación y de los consejeros. • Autonomía administrativa, financiera y presupuestaria.
Misión	• Asegurar la integridad de los mercados gestionados por la BM&FBOVESPA.
Objetivo	• Ser una referencia nacional y mundial en la autorregulación de los valores.
Compromiso	• Contribuir a la mejora de los mercados de valores, que son la base para la formación de un gran mercado de capitales, saludable, moderno y seguro - el cual, a su vez, es clave para el desarrollo dinámico de la economía del país.

FIGURA III.1 – RENDIMIENTO OPERATIVO – BSM

Desempeño de la BSM

Supervisión del mercado

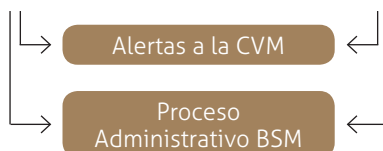
Auditoría de participantes

Post-negociación

Autolistado

A distancia

En el local



La vigilancia del mercado tiene como objetivo identificar las operaciones, los inversionistas y participantes que hayan infringido los reglamentos y las normas y procedimientos de la BM&FBOVESPA, especialmente en relación con el ejercicio irregular de las actividades del mercado de valores; demanda artificial, oferta o precio; manipulación de precios; operaciones fraudulentas; prácticas desleales y uso de información privilegiada.

Dado que la auditoría de los participantes se centra en la inspección de las instituciones, con el objetivo de verificar el cumplimiento de las leyes y reglamentos. La inspección puede ser realizada en las instalaciones de la institución o a distancia, donde la presencia física no es necesaria.

Dependiendo de lo que está siendo investigado, se utiliza uno de los dos métodos. Por ejemplo, en las evaluaciones locales, son investigados elementos como tecnología de la información, los clubes de inversión, procedimientos operacionales relacionados con el registro de clientes, recepción y registro de órdenes, etc. Ya en la auditoría a distancia son analizados los bancos de datos de la BM&FBOVESPA, las quejas recibidas de los inversionistas o las quejas de terceros.

En caso que los indicios de irregularidades graves sean verificados en cualquiera de las actividades de supervisión, es propuesto el comienzo de un proceso administrativo para agilizar las sanciones y, si es necesario, aplicar medidas disciplinarias. Estas medidas están listadas en el Capítulo X del Estatuto Social⁸ de la entidad, específica para ese tema. A modo de ejemplo, la reproducción del Artículo 30 de dicho documento.

Art. 30 – Las sanciones que pueden ser aplicadas por la BSM son:

- I. advertencia;
- II. multa;
- III. suspensión, sin perjuicio del período máximo de noventa días;
- IV. inhabilitación temporal, por un período máximo de diez años, para el ejercicio de cargos directivos, empleados, comerciantes, agentes y representantes de la propia BSM, del miembro cuidador y de los participantes;
- V. otras sanciones previstas en los reglamentos y normas de funcionamiento de la BM & FBOVESPA en sí.

§ 1º. La multa prevista en el inciso II de este artículo no será superior al mayor de los siguientes valores: R \$ 500.000.00 (quinientos mil reales); 50% (cincuenta por ciento) del valor de la operación irregular; o tres (3) veces el importe de la ventaja económica obtenida o perdida como consecuencia de la infracción.

⁸ BSM. *Estatuto social de la BM&FBOVESPA Supervisión de Mercados*. 2014. Disponible en: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/BSM-Estatuto-Social.pdf>>. Accedido el: 30 ene. 2016.

§ 2º. El director de la Autorregulación podrá establecer multa diaria, que se centrará en el día siguiente al término del período previsto para el cumplimiento de la obligación, o incluso el cese de la práctica de los actos prohibidos por la BSM, no superior a R\$ 1.000,00 (mil reales) por día y hasta el límite máximo establecido en la regulación de BSM.

§ 3º. Los recursos obtenidos con las multas aplicadas o términos de compromiso serán obligatoriamente invertidos para las actividades de la BSM o para la indemnización por daños de terceros (BSM, 2014).

Un tema importante es que, al contrario de la ANBIMA, CONAR y SARB, BSM, por ser una autorregulación del tipo legal, tiene el poder de suspender las actividades de los participantes, en caso de detectar cualquier irregularidad. También hacemos hincapié en que, para que una institución financiera pueda integrarse a la BM&FBOVESPA, necesariamente estará sujeta a las directrices de la BSM. Por lo tanto, no es una adhesión voluntaria.

En el caso de los procedimientos administrativos, se permite llegar a la conclusión términos de compromiso con la institución investigada. Estos, por lo general, cubren el acuerdo del participante que tome medidas con el fin de evitar una repetición de los hechos que justificaban la iniciación del procedimiento. Los términos, en ocasiones, consisten en el pago de una cantidad monetaria, que está totalmente invertida en favor de la mejora y el desarrollo del mercado interno de capitales y la mejora de las actividades de autorregulación de la BSM. La CVM también está alertada por la BSM sobre todo lo ocurrido, según sus determinaciones operacionales. Más detalles se pueden ser obtenidos en el Reglamento de Procedimiento de la BSM.⁹

Por último, es importante señalar que, más allá de este ejemplo de autorregulación de la base jurídica, la Bolsa de Valores también desarrolló una autorregulación de base voluntaria, con la creación, en 2000, de las empresas de calificación "Nuevo Mercado". Este modelo consiste en la creación de estructuras de gobierno mínimo, superiores a los requisitos impuestos por la ley. Algunas de las normas requeridas se mencionan a continuación:¹⁰

⁹ BSM. *Reglamento de Mecanismo de Compensación por las Pérdidas – MRP*. 2015. Disponible en: <<http://www.bsm-autoregulacao.com.br/InstDownload/Novo-RegulamentoMRP.pdf>>. Acceso el: 30 ene. 2016.

¹⁰ Más detalles de todas las reglas en: BM&FBOVESPA. *Nuevo Mercado*. Disponible en: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?idioma=pt-br>>. Acceso el: 30 ene. 2016.

- ▶ El capital debe estar compuesto exclusivamente por acciones ordinarias con derecho a voto.
- ▶ En el caso de la venta de control, todos los accionistas tienen derecho a vender sus acciones al mismo precio.
- ▶ El Consejo de Administración debe estar compuesto por al menos cinco miembros, siendo el 20% de los directores independientes, y el plazo máximo, de dos años.
- ▶ Debe ser hecha una divulgación de la información financiera más completa, incluyendo informes trimestrales con demostración de flujos de caja e informes consolidados por un auditor independiente.

En este caso, las empresas que cumplen con todos estos prerequisites podrán divulgar este hecho al público (el sello que certifica que son parte del "Nuevo Mercado"), valorando, con esto y en principio, a su imagen institucional en el sector y, en consecuencia, trayendo mayores inversiones y liquidez.

Autorregulación en seguros: mundo

Este capítulo, abordará, inicialmente, la posición de la Asociación Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS), entidad que representa a los órganos reguladores de todo el mundo, operando en más de 140 países, con relación a la autorregulación. Luego, el texto comentará cuatro experiencias internacionales en la supervisión del mercado de seguros (Australia, Canadá, EE.UU. y Hong Kong).

Estas experiencias no necesariamente abordan la regulación de distribución de seguros, en el sentido estricto del término. De cualquier manera, los enfoques son una buena referencia para Brasil, que está discutiendo una manera mejor para este problema. En su parte final, el capítulo traerá el resumen de las referencias sobre algunos trabajos teóricos relacionados con la tema en cuestión.

1 Principios de la IAIS

Inicialmente, es importante resaltar que la autorregulación de los canales de distribución es una preocupación global de los gestores de la supervisión en el área seguros.

Según la IAIS, en su texto tradicional de orientación a los mercados de seguros en todo el mundo, denominado "Insurance Core Principles, Standards, Guidance and Assessment Methodology"¹¹ (Principios Básicos de Seguros, Normas, Orientación y Metodología de Evaluación), este aspecto es resaltado.

En el texto citado, se enumeran 26 "Insurance Core Principles (ICP)" (Principios Básicos de Seguros), abordando los más diversos temas relacionados con el sector de seguros. Por ejemplo, el gobierno corporativo, el fraude, el reaseguro, la inversión, la suficiencia de capital, la transparencia, etc.

¹¹ IAIS. *Insurance Core Principles, Standards, Guidance and Assessment Methodology*. 2011. Disponible en: < http://iaisweb.org/modules/icp/assets/files/Insurance_Core_Principles_Standards_Guidance_and_Assessment_Methodology__October_2011__revised_October_2013_.pdf.pdf>. Accedido el: 30 ene. 2016.

Concretamente el número 18 es el que más nos interesa, llamados “intermediarios” porque se trata de canales de distribución de productos de este sector.

Por lo tanto, reproducimos a continuación una sección relevante de este tema, que se coloca en el modo de funcionamiento de las organizaciones de autorregulación (“self-regulatory organizations (SRO)”).

Self-regulatory organizations

18.2.15. A self-regulatory organization (SRO) is a non-government organization that exercises some degree of supervisory oversight for an industry or profession. The supervisory functions of a self regulatory organization can contribute to the supervision of intermediaries through the regulation of its members and requirements for professional standards.

18.2.16. Where an SRO is involved in the supervision of intermediaries, the supervisor should ensure that the SRO meets appropriate standards before being allowed to exercise authority. The supervisor should maintain oversight of the self-regulatory system by verifying that its functions are being performed adequately and that its standards are sufficiently robust and take appropriate action to deal with any shortcomings.

18.2.17. An SRO's regulatory and professional requirements may not address all the aspects of the supervision of insurance intermediaries in which the supervisor has an interest. Therefore, where an SRO shares some of the supervisory responsibility, the supervisor should nevertheless not abdicate its overall responsibility for supervision as a result of the operation of such as system (IAIS, 2011).

En traducción libre:

Organizaciones de autorregulación

18.2.15. La organización de autorregulación (OAR) es una organización no gubernamental que ejerce algún grado de supervisión en una industria o profesión. Las funciones de una organización autorregulada pueden contribuir a la supervisión de los intermediarios a través de la regulación de sus miembros y de la definición de las necesidades de sus estándares profesionales.

18.2.16. Se una OAR está envuelta en la supervisión de los intermediarios, el supervisor debe asegurarse de que la OAR reúna los requisitos apropiados, antes de ser autorizados a ejercer la autoridad. El supervisor debe mantener la supervisión del sistema de autorregulación, asegurándose de que sus funciones se llevan a cabo de manera adecuada y que sus normas son suficientemente robustas, además de tomar las medidas pertinentes para corregir cualquier deficiencia.

18.2.17. Los requisitos reglamentarios y profesionales de una OAR no pueden abordar todos los aspectos de la intermediación de seguros en las que la supervisión está interesado. Por lo tanto, cuando una OAR comparte algunas de las responsabilidades de supervisión, el supervisor no debe abdicarse de su responsabilidad general, en vista del resultado de la operación de todo el sistema (IAIS, 2011).

Es decir, la IAIS reconoce la existencia y la importancia de la autorreguladoras en el buen funcionamiento del mercado de seguros y en la distribución de estos productos, pero, por otro lado, no recomienda que el supervisor se abdique de su responsabilidad final en el asunto en cuestión.

2 Australia

Una iniciativa interesante de Australia es el texto "General Insurance Code of Practice" (Código de Prácticas de Seguros Generales)¹², desarrollado y actualizado periódicamente desde 1994. Este material está patrocinado por el Consejo de Seguros de Australia (ICA)¹³, que representa a las aseguradoras de aquel país.

El texto está destinado principalmente para guiar a sus participantes (es decir, las aseguradoras) en las que debería ser el procedimiento con respecto a los asegurados, en las diversas etapas de la realización de un seguro. Por ejemplo, en la compra y distribución del producto, en la liquidación, en las explicaciones necesarias a los clientes, con respecto a cómo los corredores deben actuar, etc. Varias aseguradoras australianas participan voluntariamente este código.¹⁴

En el texto, hay un capítulo específico sobre las sanciones, en caso de incumplimiento de las mediciones de código. Quien las define es el "Code Compliance Committee" (Comité de Cumplimiento de Códigos), grupo compuesto por tres miembros: un representante de la industria de seguros, uno procedente de los consumidores (elegido por el servicio de defensa de la ICA) y un miembro independiente (escogido en común acuerdo por el Servicio de Protección y Defensa y la industria de seguros).

¹² ICA. *General insurance code of practice*. 2012. Disponible en: <<http://codeofpractice.com.au/assets/documents/Code%20of%20Practice%202012%20-%20FINAL%20L.pdf>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

¹³ ICA. *site*. Disponible en: <<http://www.insurancecouncil.com.au/>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

¹⁴ GENERAL INSURANCE CODE OF PRACTICE. *Subscribers to the code*. Disponible en: <<http://codeofpractice.com.au/about-the-code/subscribers-to-the-code>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

A continuación, las posibles sanciones que el comité puede determinar, reproducidas directamente del código citado.

Sanctions

7.22. The Code Compliance Committee may impose one or more of the following sanctions: a) a requirement that particular rectification steps be taken by us within a specified time frame; b) a requirement that a compliance audit be undertaken; c) corrective advertising; and/or d) publication of our non-compliance (ICA, 2012).

O, en traducción libre:

Sanciones

7.22. El Comité del Código de Cumplimiento podrá imponer una o más de las siguientes sanciones: a) requerir hacer una corrección dentro de un tiempo determinado; b) requerir que se haga una auditoría; c) anuncio de publicidad correctiva; d) la publicación que la aseguradora no está cumpliendo con el código (ICA, 2012).

Como se observa, el poder del comité responsable por asegurarse que el código se cumpla es alto, pudiendo llegar a solicitar una auditoría en la aseguradora o el anuncio de publicidad correctiva. De acuerdo con la ICA, el texto debe servir como base para su propia autorregulación del sector de seguros como un todo.¹⁵ De esta forma, en este caso, son las aseguradoras quienes crean su propio código y castigan a las empresas que dejen de cumplirlo.

3 Canadá

En el mercado canadiense, hay una entidad, Canadian Insurance Services Regulatory Organizations (CISRO)¹⁶ (Servicios Reguladores de Organizaciones de Seguros Canadienses), que consta de instituciones de autorregulación y de inspección oficial (en total, hay 15 miembros) que se dedican al desarrollo de estándares consistentes de calificación y práctica de los mediadores de seguros que lidian con seguros de personas y bienes. Este tema es tan importante que merece una atención especial en la inspección, es decir, una misma entidad específica.

¹⁵ ICA. *New general insurance code of practice sets benchmark in industry self-regulation*. 01 jul. 2014. Disponible en: <http://www.insurancecouncil.com.au/assets/media_release/2014/code%20of%20practice/140701%20Code%20of%20Practice.pdf>. Accesado el: 30 ene. 2016.

¹⁶ CISRO. *Site*. Disponible en: <<http://www.cisro-ocra.com/>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

La principal responsabilidad de los miembros del CISRO es administrar el sistema regulatorio aplicable a los intermediarios de seguros bajo su autoridad. A pesar de que sus miembros no pueden promulgar leyes, ellos son los principales asesores de sus gobiernos sobre cuestiones reglamentarias relacionadas a los intermediarios de seguros.

EL CISRO cumple su misión a través de reuniones, teleconferencias y una comunicación constante entre sus participantes, que ofrecen oportunidades para el intercambio de información, trabajando juntos, en colaboración para el desarrollo de soluciones coordinadas para cuestiones reglamentarias comunes.

En general, hay una tradición canadiense también coparticipación y autorregulación de la industria de seguros en este seguimiento, una asociación entre los sectores públicos y privados. Por ejemplo, extraemos las siguientes palabras de un texto del análisis del mercado de seguro de aquel país, citado en las referencias.

The industry much prefers to engage in maximum self-regulation, rather than the imposition of more remote and often less flexible, or less timely, rules imposed by governments. Historically, this approach has been very effective in the case of industry wide associations that meet regularly to identify and address areas of concern (ADVOCIS, 2007).¹⁷

En traducción libre:

La industria prefiere mucho más involucrarse en la mejora de la autorregulación en lugar de imponer normas más estrictas y muchas veces menos flexibles, o menos oportunas, impuestas por los gobiernos. Históricamente, este enfoque ha sido muy eficaz en el caso de las asociaciones representativas, que se reúnen regularmente para identificar y abordar las áreas de preocupación (ADVOCIS, 2007).

Otro ejemplo interesante de coparticipación es la de la Institución Registered Insurance Brokers of Ontario (RIBO)¹⁸, (Corredores de Seguros Registrados de Ontario), el cual, resaltamos, que también es uno de los miembros del CISRO. La RIBO representa a los corredores de seguros registrados en Ontario, principal provincia de Canadá. Es una organización autosustentable y autogobernada por los corredores de seguros, siendo establecida por el gobierno de Ontario en 1981 para proteger al público durante las operaciones de seguros. La institución regula la concesión

¹⁷ ADVOCIS. An overview of the financial and insurance industry. 2007. Disponible en: < https://www.combined.ca/documents/training/Financial_Insurance_Industry.pdf >. Accesado el: 30 ene. 2016.

¹⁸ RIBO. Site. Disponible en: <www.ribo.com>. Accesado el: 30 ene. 2016.

de licencias, la competencia profesional, la conducta ética y los seguros relacionados con las obligaciones financieras de todos los corredores de seguros independientes de su región.

Es dirigida por un consejo compuesto por 13 personas: nueve corredores electos y cuatro miembros públicos nombrados por el vicegobernador del Consejo. Por lo tanto, una administración híbrida, pública y privada. En la práctica, las funciones del consejo RIBO como un consejo de administración de cualquier empresa, supervisando la gestión y los asuntos de la corporación, siendo responsable por establecer las políticas y directrices. Su principal autoridad es ejercida a través de tres comités: "Calificación y Registro", "Quejas" y el "Comité disciplinario".

La primera (Calificación y Registro) establece las normas necesarias para el ejercicio de la profesión. El Comité de Quejas investiga las quejas de mala conducta profesional presentadas contra un corredor para determinar si hay suficiente evidencia para presentar la reclamación ante el Comité Disciplinario, que realizar una audiencia, similar a un juicio en un tribunal civil, para evaluar si un corredor es inocente o culpable de las quejas expuestas en la denuncia. Siempre que un corredor es declarado culpable, el Comité Disciplinario podrá imponer la sanción adecuada, que va desde una amonestación hasta la revocación de la licencia.

Como se mencionó anteriormente, la RIBO es autofinanciada con base en las tasas de inscripción pagadas por cada firma de corretaje y de individuos con licencia para vender seguros en la provincia de Ontario.

Aquí, en definitiva, dos aspectos deben ser resaltados en este análisis del mercado de seguros de Canadá. Primero, la preocupación de las instituciones responsables por la regulación con el asunto "distribución de seguros", con la creación de un órgano específico de control para este fin. Segundo, el uso de un modelo en el que el Estado y el sector privado pueden trabajar de una manera muy integrada.

4 EUA

En los EUA, la regulación de la industria de seguros es competencia del Estado¹⁹. Como resultado de ello, los responsables de la distribución de productos de seguros (agentes y corredores) deben tener licencia para hacer negocios en el estado en que se encuentran. Naturalmente, para obtener esta licencia, deben cumplir diversos requisitos, tales como la

¹⁹Para más detalles: III. Insurance Information Institute. *Buying insurance: evolving distribution channels*. 2015. Disponible en: <<http://www.iii.org/issue-update/buying-insurance-evolving-distribution-channels>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

formación profesional, conocimiento técnico, etc. En general, la mayoría de los estados basan sus normas y reglamentos en los estatutos de la National Association of Insurance Commissioners (NAIC) - en español, "Asociación Nacional de Comisionados de Seguros"²⁰ -, que usa también instituciones auxiliares para el mejor desarrollo de esta empresa.²¹ Algunos estados, sin embargo, pueden tener sus propios requisitos específicos para los corredores que operan allí.

Aunque todavía no existe un sistema nacional para la regulación y concesión de licencias de distribución de seguros, en los últimos años se han hecho esfuerzos para hacer de este mecanismo más uniforme, acelerando con esto el proceso de aprobación. Por ejemplo, en 1999, se estableció la National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB), Asociación Nacional de Agentes Registrados y Brokers²². Desde entonces, este impulso ha continuado, con la aprobación de varias leyes en consecuencia.²³

Podemos decir que, actualmente, esta es una de las principales preocupaciones de este segmento en los EUA. Debido a que la aprobación depende de los consentimientos de los estados, los plazos para la aplicación de la normalización en todo el país son un poco más tardados. Sin embargo, el objetivo sigue siendo el mismo: buscar estándares de las normas, para que haya simplificación y reducción de costos. Así los corredores y los agentes pueden actuar de manera más eficiente en todas las regiones.

5 Hong Kong

En Hong Kong, región perteneciente a China, pero con una administración especial, el régimen de autorregulación para la distribución de seguros se usa intensivamente.

Incluso con el tamaño geográfico limitado, el mercado de seguros es bastante relevante, con una historia de 170 años, 157 compañías de seguros autorizadas para operar, 90 mil empresas y personas físicas como

²⁰ NAIC. *Site*. Disponible en: <<http://www.naic.org/>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

²¹ NIPR. National Insurance Producer Register. *Site*. Disponible en: <http://www.nipr.com/index_sitemap.htm>. Accesado el: 31 ene. 2016.

²² NAPSLO. National Association of Professional Surplus Lines Offices Ltda. *National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB)*. Disponible en: <https://www.napslo.org/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation.aspx?hkey=4929bb49-1a7b-4a55-bb73-2493d731026f>. Accesado el: 31 ene. 2016.

²³ NATIONAL ASSOCIATION OF REGISTERED AGENTS AND BROKERS REFORM ACT OF 2013. In: WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponible en: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=National_Association_of_Registered_Agents_and_Brokers_Reform_Act_of_2013&oldid=701317262>. Accesado el: 31 ene. 2016.

intermediarios de sus productos, además de casi US\$50 billones en premios de ventas por año.^{24, 25, 26}

En la región, siguiendo el patrón de muchos países, un mediador de seguros puede ser un agente o un corredor de seguros independiente (llamado un "broker"). El agente actúa directamente conectado a una compañía de seguros, vendiendo productos especializados sólo en nombre de esa empresa. Ya un corredor de seguros que actúa en nombre de los compradores de seguros, opera con una variedad de compañías.

Todos los agentes de seguros deben estar registrados en el Insurance Agents Registration Board (IARB), o Comisión de Registro de Agentes de Seguros, creada por la Hong Kong Federation of Insurers (HKFI), que es la Federación de Seguros de Hong Kong en el marco del sistema de autorregulación de los intermediarios de seguros. El IARB es aprobado por el gobierno para implementar y administrar el "Code of Practice for the Administration of the Insurance Agents", Código de Prácticas para la Administración de los Agentes de Seguros. Cuando el IARB considera que una queja está justificada, puede tomar medidas disciplinarias contra los agentes de seguros. Algunos ejemplos: la emisión de amonestación, suspensión, cancelamiento del registro u otras acciones, como desee la IARB²⁷.

Sin embargo el agente de seguros independiente necesita para convertirse en un miembro registrado en una de las dos asociaciones existentes: "The Hong Kong Confederation of Insurance Brokers" (HKCIB), La Confederación de Hong Kong de los Corredores de Seguro, o la "Professional Insurance Brokers Association" (PIBA), Asociación Profesional de Agentes de Seguros. Para ser parte de cualquiera de estas asociaciones también es necesario contar con los requisitos mínimos, como la experiencia, el capital adecuado, seguro de responsabilidad profesional, etc. Si hubiera alguna irregularidad, estas entidades juzgan a sus miembros, aplicando, si es el caso, la sanción apropiada.

Un punto muy interesante para los estudios de mercado y el seguimiento de la distribución de seguros en Hong Kong es que, en todas estas instituciones de autorregulación, hay varias estadísticas de rendimiento, con

²⁴ OCl. Office of the Commissioner of Insurance. *Site*. Disponible en: <<http://www.oci.gov.hk/about/index.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

²⁵ HKTDC. *Insurance industry in Hong Kong*. 2015. Disponible en: <<http://hong-kong-economy-research.hktdc.com/business-news/article/Hong-Kong-Industry-Profiles/Insurance-Industry-in-Hong-Kong/hkip/en/1/1X000000/1X003UWM.htm>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

²⁶ IEC. Investor Education Centre. *A quick guide to Hong Kong's financial system and services*. Disponible en: <<https://www.hkiec.hk/web/common/pdf/publication/en/IEC-quick-guide-to-hk-financial-system-and-services.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

²⁷ IEC. *Regulation*. Disponible en: <<http://www.hkiec.hk/web/en/insurance/regulation/regulation.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

detalle, inclusive, el tipo de infracción, las sanciones, etc. Esto vale tanto para los corredores²⁸ como para los agentes. Por ejemplo, según las estadísticas HKFI²⁹, había 80 mil agentes registrados en 2015 y, en promedio, mil de quejas de ese año. De estas quejas, 400 fueron juzgados (es decir, se convirtieron en procesos). Esto genera una estadística de 0.50% procesos / profesionales por año³⁰. Esta transparencia es importante para el sector.

6 Discusión Teórica

El tema del uso de la autorregulación en el mercado de distribución de seguros ya tiene influencia de forma sistemática en la literatura técnica internacional. Por lo tanto, como es complejo y todavía nuevo en muchos mercados, existe una discusión enriquecedora del asunto.

El enfoque en sí no está limitado, pues, en muchos países, se están dando ajustes e intentos, para la definición de un mejor modelo de evaluación. De cualquier manera, lo que se observa es que está ocurriendo un estímulo para su uso, viniendo de muchos órganos reguladores, pues estos creen que el mercado de seguros no podrá prescindir de tal mecanismo en el futuro.^{31, 32, 33}

Muchos textos se cuestionan, en la sociedad moderna y rápida de los días de hoy, el Estado, actuando solo, tiene la capacidad de regular, supervisar y evaluar, de forma eficiente, proactiva y a un costo razonable, un mercado de seguros variado y complejo, sin ayuda de los propios participantes. Una colocación hecha en uno de los textos citados en este artículo es que, cuando cualquier sector opera basado solamente en el cumplimiento de las reglas definidas por el gobierno, sin la participación de los miembros supervisados, el riesgo de fragilidad puede ser elevado.

²⁸ PIBA. Professional Insurance Brokers Association. *Statistics*. Disponible en: <http://www.piba.org.hk/index.php/en/statistics?option=com_extra&page_id=statistics>. Accesado el: 31 ene. 2016.

²⁹ HKFI. Hong Kong Federation of Insurers. *Site*. Disponible en: <<http://www.hkfi.org.hk/#!/insurance-agent/index>>.

³⁰ Como se verá en el siguiente capítulo, ese valor está por encima de los del mercado brasileño de corretaje de seguros, en situación análoga.

³¹ NORTON ROSE FULBRIGHT. 2015 – what is on the horizon for the insurance industry? Disponible en: <<http://www.nortonrosefulbright.com/knowledge/publications/125857/2015-what-is-on-the-horizon-for-the-insurance-industry>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

³² MOSE, Victor; KULOBA, Robert. 2013 *Kenya insurance industry outlook*. Nairobi: IRA, 2013. Disponible en: <<http://www.ira.go.ke/attachments/article/105/2013%20Kenya%20Insurance%20Industry%20outlook.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

³³ POWLAY, John. Regulating for consumer protection in private health insurance – can industry self-regulation work? *The Australia health consumer*, n.2, p. 7-9, 2005-2006. Disponible en: <<https://www.chf.org.au/pdfs/ahc/ahc-2005-2-regulating-consumer-protection.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

La gran dificultad en este proceso es encontrar un punto ideal, en esta interacción público-privada, es decir, descubrir hasta qué punto el sector privado puede ir, como elemento auxiliar de esa supervisión. Para muchos, el Estado, de alguna manera puede prescindir de su papel de supervisor de todo el sistema.^{34, 35, 36}

Entidades importantes representativas de la sociedad, como el Banco Mundial y las aseguradoras europeas, tienen una visión similar cuando publican trabajos en esa línea. Esto es, creen que es positivo el uso de la autorregulación en los mercados, sin tener que dejar de lado la importancia del sector público en esta supervisión.^{37, 38}

En resumen, existe optimismo para la autorregulación seguros y, específicamente, en la distribución de este producto. Es algo positivo y que debe ser utilizado, pero algunos cuidados, aquí previamente señalados, también ser considerados.

³⁴ GRACE, Martin F. Who should regulate the insurance industry? *Lexis Nexis*, 9 ago. 2009. Disponible en: <http://www.lexisnexis.com/legalnewsroom/insurance/b/insurance-law-blog/archive/2009/09/08/who-should-regulate-the-insurance-industry_3f00_.asp>. Accesado el: 31 ene. 2016.

³⁵ MENON, Jaya Smitha. Insurance companies should practice self-regulation. *International Finance Magazine*, 17 feb. 2015. Disponible en: <<http://www.internationalfinancemagazine.com/article/Insurance-companies-should-practice-selfregulation.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

³⁶ BOOTH, Philip. Lessons from history show self-regulation to be the best kind of control. *The Telegraph*, 08 ago. 2010. Disponible en: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/7933318/Lessons-from-history-show-self-regulation-to-be-the-best-kind-of-control.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

³⁷ CEA. CEA response to call for evidence. Need for a coherent approach to product transparency and distribution requirements for "substitute" retail investment products? *Position paper*. 2008. Disponible en: <<https://circabc.europa.eu/sd/a/05993d21-f826-4495-be8f-1ac661ca726a/CEA%20-%20European%20insurance%20and%20reinsurance%20ofederation%20-%20SRIPs.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

³⁸ BOSSONE, Biagio; PROMISE, Larry. The Role of Financial Self-Regulation in Developing Economies. *Financial Sector*. Disponible en: <<http://www1.worldbank.org/finance/html/self-regulation-in-developing-.html#author>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

Supervisión de corredores de seguros: Brasil

Este capítulo se divide en tres. Primero, el análisis de los principales temas legales al respecto. A continuación, la comparación estadística con otros sectores profesionales. Por último, la posición del Fondo Monetario Internacional (FMI) sobre la situación de la supervisión de los corredores de seguros en Brasil.

1 Legislación

La Resolución CNSP nº. 243, 2011, es la legislación básica que rige las sanciones administrativas en el ámbito de las actividades de seguros de un modo general (segmento de corretaje, incluido) y la disciplina de la investigación y el proceso sancionador³⁹.

A continuación, en la **Tabla V.1**, se presenta un resumen de algunos aspectos de esta legislación, sobre temas en los que hay referencias a posibles sanciones de los corredores de seguros. En la **Tabla V.2**, se detallan las infracciones específicas aplicadas a los corredores de seguros, las informaciones extraída de la misma resolución.

³⁹CNSP. *Resolución CNSP nº 243, de 2011*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=28856>>. Accedido el: 31 ene. 2016.

TABLA V.1 – RESOLUCIÓN N° 243/2011 – TEMAS RELACIONADOS A LA LEGISLACIÓN DE SANCIONES PARA CORREDORES DE SEGUROS – ALGUNOS TEMAS

Tema	Algunas características	Referencia de la Legislación
Posibles sanciones a corredores	Multa, suspensión (hasta seis meses) y cancelamiento del registro.	Art. 2º, § 1º
Sanciones aplicables	Para cada tipo de infracción hay diversos tipos de sanción, con diversas penalidades.	Arts. 9 a 16
Infracciones específicas de intermediación	Por ejemplo, no informar de forma correcta al asegurado o a la aseguradora.	Arts. 50 a 59
Relación con entidad autorreguladora	No observar los deberes asumidos con la entidad autorreguladora del mercado de corretaje que funcione como órgano auxiliar de la SUSEP.	Art. 71
Inicio del proceso	El proceso puede iniciarse con auto de infracción, denuncia o representación.	Art. 86
Proceso por auto de sanción	Durante la actividad de la inspección in situ.	Arts. 87 a 94
Proceso por denuncia	Cualquier persona puede hacerlo.	Arts. 95 a 98
Proceso por representación	Cualquier servidor puede hacerlo.	Arts. 99 a 100
Tramitación de los procesos	Los procesos administrativos sancionadores tramitarán en primera instancia en el ámbito de la SUSEP, y en segunda y última instancia, en el ámbito del Consejo de Recursos del Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previsión Privada Abierta y de Capitalización – CRSNSP.	Art. 122

**TABLA V.2 – RESOLUCIÓN N° 243/2011 – INFRACCIONES
ESPECÍFICAS DE CORREDORES DE SEGUROS – ARTS. 50 A 59**

Posibles infracciones

Transferir la responsabilidad de los seguros o reemplazar la sociedad responsable, en la vigencia de la póliza, sin el consentimiento previo del asegurado, como exige la ley.

No informar a la compañía de seguros o reaseguradora, tan pronto como se dé cuenta, de la ocurrencia de cualquier accidente o supuesto siniestro relacionado al grupo asegurado, en los casos en que fuera su responsabilidad de hacerlo.

No proporcionar al asegurado, siempre que lo solicita, cualquier información relacionada al contrato del seguro.

No informar al asegurado sobre los plazos y procedimientos relacionados a la liquidación de siniestros.

No transmitir a los asegurados todas las comunicaciones y avisos relacionados a la póliza, en los casos en los que fuera directamente responsable de su administración.

Distorsionar u omitir información a la compañía de seguros o reaseguradora necesaria para el análisis y la aceptación de riesgos o la liquidación del siniestro.

No transmitir inmediatamente a la compañía aseguradora, reaseguradora, de previsión complementaria abierta o de capitalización, de acuerdo con la ley, la cantidad recibida como resultado de las actividades intermediarias.

Cobrar del asegurado cualquier otra cantidad relacionada al seguro, además de aquella especificada por la compañía aseguradora.

El ejercicio de la actividad de corretaje teniendo un vínculo profesional, en desacuerdo con la ley, con la compañía de seguro, reaseguradora, de capitalización o de previsión complementaria abierta.

Mantener relación de reaseguro con reaseguradoras extranjeras que no cumplan, cuando sea requerido por la ley, los requisitos para operar en el país.

Esta Resolución, que enumera las infracciones, también tiene un capítulo sobre autorregulación, el Capítulo VIII (denominado "De las entidades autorreguladoras"), como puede verse en la transcripción de los artículos 146-148, a continuación.

Art. 146. Las organizaciones autorreguladoras podrán establecer reglas de conducta y aplicar a sus miembros sanciones, de carácter privado, de conformidad con los estatutos.

§ 1º. Las organizaciones autorreguladoras podrán aplicar, siempre y cuando se establezca en las normas, establecidas voluntariamente, las sanciones de una multa, la suspensión del ejercicio de la actividad o profesión o cancelación de la inscripción, entre otros.

§ 2º. Las entidades autorreguladoras, en la hipótesis del párrafo anterior, castigarán a los corredores y sus agentes por eventos que ocurren durante el período de la vinculación a la entidad, incluso si son excluidos o voluntariamente desafiliados.

§ 3º. Las entidades autorreguladoras observarán los principios de la defensa completa, a la defensa contradictoria, del debido proceso legal, de la economía procesal, razonabilidad y de la proporcionalidad, en función de las normas de procedimiento establecidas por el CNSP, por la SUSEP y con los establecidos en la ley federal para el proceso administrativo sancionador.

§ 4º. De las decisiones pronunciadas por las entidades autorreguladoras no pueden ser apeladas a la SUSEP o a la Junta de Apelaciones del Sistema Nacional de Seguros Privados, de Capitalización y Previsión Complementaria Abierta - CRSNSP. Continuación de la Resolución CNSP No 243, de 2011

§ 5º. La SUSEP podrá anular las decisiones pronunciadas en la autorregulación siempre que se consideren violados los derechos al debido proceso, a la defensa contradictoria o la defensa completa o cuando la sanción impuesta fuera claramente inadecuada o desproporcionada.

§ 6º. Excepto las hipótesis previstas en el párrafo anterior, se considerará que la sentencia en el ámbito de la autorregulación será considerada para fines de antecedentes y, en su final, para caracterización de la recurrencia.

§ 7º. Los valores obtenidos en concepto de multa, en la forma de este artículo, constituyen los ingresos de las entidades autorreguladoras.

Art. 147. La aplicación de una sanción de naturaleza privada por entidad autorreguladora no excluye la realización de la SUSEP, que en su propio proceso podrá imponer sanciones administrativas, siempre que se considere insuficiente o inadecuada sentencia dictada en la autorregulación.

Párrafo único. Al juzgar el proceso sancionador que tiene el objetivo de violación de las normas del mercado de corretaje, la SUSEP

considerará, para fines de dosimetría de la pluma y se tomará en cuenta el principio de proporcionalidad, las sanciones aplicadas bajo la autorregulación.

Art. 148. Las entidades autorreguladoras del mercado de corretaje y a los respectivos directores, consejeros, defensor del pueblo y sus contratistas, se aplicarán las sanciones previstas en el art. 2º de la presente Resolución siempre que, por dolo o error grosero, no logran cumplir con sus deberes, deja de procesar y sancionar a los miembros de la entidad, o cuando deberían hacerlo, o cuando lo hicieren de manera inadecuada o inapropiada, el juicio de la SUSEP (CNSP, 2011).

En resumen, podemos destacar que la entidad autorreguladora de los corredores de seguros podrá aplicar castigos, de acuerdo a sus estándares, y en el período en el que el corredor está vinculado a la entidad. Las sanciones son de multa, suspensión del ejercicio de la actividad profesional, así como la cancelación del registro, entre otras. Como se observa son más fuertes que en otros modelos dichos también "de autorregulación", en el cual la multa máxima es la exclusión de la entidad. Por ejemplo, ver la situación del Sistema de Autorregulación Bancaria (SARB) anteriormente mencionado.

Conforme lo que figura en el § 5 del Art.146 de la Resolución CNSP nº 243/2011, la SUSEP podrá revocar las decisiones de la entidad autorreguladora "siempre que se den por los derechos del debido proceso legal, la defensa contradictoria o la defensa completa o cuando la sanción impuesta es claramente inadecuada o desproporcionada". Por lo tanto, la existencia de la autorregulación en corretaje de seguros no excluye la actuación de la SUSEP.

2 Estadísticas

Otra información importante con respecto a este asunto se refiere a las propias estadísticas de supervisión de los corredores de seguros⁴⁰. Ya que a veces la información que se encuentra cada año no es la misma, hay algunas dificultades en los datos históricos de producción y los datos actuales.

Por lo tanto, a pesar de esta limitación, tenemos a continuación un resumen de los números, con base en la lectura de varios de los informes de gestión de la autoridad citada:

- Hay aproximadamente 80 mil corredores de seguros en el país. Son 50 mil corredores personas físicas y 30 mil corredores personas jurídicas.

⁴⁰ Las informaciones obtenidas partieron de los "Informes de Gestión de Servicios" de la SUSEP, en varios años, producidos por la autoridad citada.

- ▶ En 2009, sólo hubo una inspección in situ. En 2011, hubo 11. En 2013, fueron realizadas 12 de esas acciones.
- ▶ En 2010, fueron juzgados 57 procesos relacionados a los corredores de seguros por el Consejo de la SUSEP, un total de 264 procesos (incluyendo aquí otras entidades tales como compañías de seguros, por ejemplo). En 2011, las cifras fueron de 68 y 195, respectivamente.
- ▶ En promedio, hubo 1.5 mil llamadas al municipio al público por año, referentes al asunto “corredor de seguros”.
- ▶ En 2011, hubo 11 sanciones, no contestadas, los corredores de seguros (siete personas físicas y cuatro personas jurídicas). En 2013, fueron ocho multas para los corredores de seguros en las mismas condiciones.

En resumen, en los apartados anteriores, podemos sintetizar, estadísticamente, la supervisión de los corredores de seguros en Brasil en el siguiente escenario: de un total de 80 mil de los corredores del país, entre personas físicas y jurídicas, ocurren, por año y en promedio, cerca de diez verificaciones en el mismo país, diez multas (no contestadas) y 60 casos examinados por el Consejo de la SUSEP. Es decir, incluso a partir de estas cifras, en la supervisión de corredores de seguros, podemos desarrollar el indicador *procesos/cantidad de supervisión*, que será igual a 0,075% anual. Es decir, 60/80,000.

Este indicador es interesante, porque se puede comparar con otros sectores empresariales y profesionales. Por ejemplo, en 2014, hubo 626 casos en el país registrados por error médico en el Tribunal Superior de Justicia (STJ). En el mismo periodo, 18 médicos tuvieron sus registros anulados y otros 625 recibieron otros tipos de castigos, de acuerdo con el Consejo Federal de Medicina (CFM). Las razones fueron actuar con imprudencia, ignorancia o negligencia, prácticas que caracterizan el error médico. Dado que actualmente existen 430 mil médicos en Brasil, tenemos ahora una proporción de *casos/cantidad de supervisados* de aproximadamente 0.150% anual (600/450 mil), el doble de las estadísticas encontrada para los corredores de seguros.

Destacamos que esta información estadística no es tan fácil de obtener, ya que generalmente no se da a conocer por las juntas estatales o federales de los profesionales. De todos modos, después de algunas investigaciones, se puede revelar otro número como una comparación, a partir de un artículo publicado en el periódico, realizada específicamente en el estado de Paraná, con datos de diversas categorías sindicales, en números del año 2009⁴¹.

⁴¹ AZEVEDO, Gabriel. Cassação alcança só 1% dos profissionais. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 jul. 2010. Disponible en: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cassacao-alcanca-so-1-dos-profissionais-3gpbyo7brikacw6ol8sk75lji>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

Esta situación está mostrada en la **Tabla V.3**, a continuación:

**TABLA V.3 – PROCESOS EN ACTIVIDADES SINDICALES
– ESTADO DE PARANÁ – 2009**

Datos del 2009	Profesionistas (PRO)	Denuncias (D)	Procesos (PCS)	D/PRO	PCS/PRO
Ingenieros	53,520	3,478	203	6.499%	0.379%
Medicina	18,222	580	100	3.183%	0.549%
Odontología	22,083	163	129	0.738%	0.584%

En el análisis de estos datos, un primer aspecto a destacar es que todas estas profesiones mencionadas en la tabla ya son regidas por un Consejo Federal, lo que no ocurre en la clase de los corredores.⁴²

Por los números, se encontró que, en promedio, de 0.4% a 0.6% de estos profesionistas citados en Paraná sufrieron algún tipo de proceso en 2009 (indicador PCS / PRO, como la tabla anterior). Así, en promedio, uno de cada 200 profesionistas sufre, al menos, un caso por año en este estado de la Unión. Comparando los números, esta proporción es tan alta como cinco a seis veces mayor que en el caso de los corredores de seguros. Sin lugar a dudas, es una diferencia significativa.

La evaluación de una situación con el uso de sólo un indicador siempre es complicada y propensa a errores. De todos modos, creemos que este tipo de indicador es un punto importante de nuestro análisis, ya que teóricamente podría señalar, una diferencia en el grado de rigidez sobre la supervisión de los agentes de seguros, en comparación con otros sectores profesionales. Observamos, sin embargo, un cierto cuidado con ese comentario, porque hay una necesidad de nuevas medidas para obtener una conclusión más precisa.

⁴² Existe una reivindicación de la Fenacor en el sentido de crear un consejo federal para los corredores de seguros, y el proyecto de ley se encuentra en la Casa Civil. Tal afirmación, sin embargo, no fue respondida por el Gobierno Federal, ya que esto va en contra de la creación de nuevos consejos de clase.

3 Opinión del FMI

Para complementar este tema, otro punto adecuado de la supervisión de los corredores de seguros en Brasil es el análisis realizado por el organismo internacional el Fondo Monetario Internacional (FMI), en su estudio "Insurance Core Principles Detailed Assessment of Observance (IAIS)", (Principios Básicos de Seguros de la Evaluación de la Observancia), Brasil, de 2012⁴³. El estudio avaló la situación de los seguros en el país antes las 26 directrices de la IAIS - publicados en su "Core Principles, ICPs", (Principios Básicos, ICPs) - como se mencionó anteriormente.

El texto es largo, la evaluación de cada uno de los temas en concreto y, luego, las sugerencias. Por lo tanto, reproducimos a continuación sólo el análisis y sugerencias del FMI en la supervisión y control de los corredores de seguros en Brasil.

Brazil – Summary of Observance of the Insurance Core Principles

Currently around 88 percent of the insurance business is sold by around 70 thousand active brokers, but the supervision and disclosure requirements are thin:

- *Brokers are not required to submit financial and operational information of a nature that will demonstrate that consumer funds are not being misdirected or mis-used. The submitted information could be verified on a spot check basis by SUSEP — or even just required that to be available, for production on request by SUSEP.*
- *SUSEP does not perform onsite inspections on a regular basis but it analyses all complaints received against brokers and performs onsite inspections in those cases if deemed necessary.*
- *There are no requirements for insurance intermediaries to apply appropriate corporate governance.*
- *SUSEP has not developed specific requirements for the intermediation of insurance.*
- *There is no legal requirement that a broker who handles client monies must have safeguards in place to protect these funds.*
- *Only reinsurance brokers but not insurance brokers are required to obtain professional liability insurance and any reinsurance contract contains the intermediation clause, i.e., "payment to the reinsurance broker constitutes payment to the reinsurer" (FMI,2012).*

⁴³ FMI. *Brazil: Detailed assessment of observance of insurance core principles of the International Association of Insurance Supervisors*. 2012. Disponible en: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12334.pdf>>. Accedido el: 01 feb. 2016.

Brazil – Recommendations to Improve Observance of ICPs

SUSEP needs to strengthen the supervision and inspection of brokers. SUSEP should urgently implement the self-regulation activity by publish missing regulation for the brokers' self-regulation entity created by CL 137 to start supporting a tighter supervision of the insurance intermediation, including adding the intermediation clause for insurance brokers. A mandatory affiliation to the self-regulating entity of all brokers together with strong governance and supervision of the entity by SUSEP is recommended (FMI, 2012).

O, en traducción libres de esos dos textos, tenemos:

Resumen del cumplimiento de los Principios Básicos de Seguros, en el que se refiere a la distribución de seguros

En la actualidad, aproximadamente el 88% del negocio de seguro son venden por alrededor de 70 mil corredores activos, pero los requisitos de supervisión y de divulgación aún no son suficientes:

- Los corredores no están obligados a presentar información financiera y operativa para demostrar que los fondos de los consumidores no están siendo mal orientados o mal utilizados. Esta información podría ser verificado mediante muestreo por la SUSEP - o entonces si ella tuviese esa información disponible para su evaluación.
- La SUSEP no lleva a cabo inspecciones in situ sobre una base regular, pero analiza todas las quejas recibidas contra los corredores y lleva a cabo inspecciones in situ, en esos casos, cuando sea necesario.
- No existen requisitos para que los intermediarios de seguros apliquen gobernanza corporativa adecuada.
- La SUSEP no desarrolla requisitos específicos para los intermediarios de seguros.
- No hay ningún requisito legal de que un corredor, que maneja el dinero del cliente, deba tener garantías para proteger esos fondos.
- Sólo los corredores de reaseguros, pero no en los corredores de seguros, están obligados a obtener un seguro de responsabilidad profesional, y cualquier contrato de reaseguro contiene una cláusula de intermediación, es decir, "pagar al corredor de reaseguros constituye pagar al reasegurador" (FMI, 2012).

Recomendaciones para mejorar la supervisión

La SUSEP necesita de fortalecer la supervisión e inspección de los corredores. La SUSEP debe urgentemente implementar la actividad de autorregulación, la publicación de las regulaciones específicas para la entidad de autorregulación de los corredores, creado por la Ley Complementaria n° 137, de 2010, comenzando a apoyar una supervisión más rigurosa de los intermediación de seguros, incluyendo la adición de la cláusula de intermediación corredores de seguros. Se recomienda una membresía obligatoria para la entidad de autorregulación de todos los corredores, con un fuerte gobernanza y la supervisión autoridad por la SUSEP (FMI, 2012).

Hay que reconocer que la opinión del FMI es rígida y, quizás, se cometan injusticias en cualquier punto del análisis. De cualquier manera, una conclusión importante de la opinión es que, al criticar dicha esa supervisión, el FMI recomienda, pura y simplemente, hacer obligatoria la inclusión de todos los corredores de seguros en el segmento de autorregulación. Como se ha señalado a lo largo de este texto, esta es una postura más fuerte que la actual legislación del país en este tema.

IBRACOR: el caso brasileño

La Ley Complementaria nº 137/2010⁴⁴ modificó las disposiciones del Decreto Ley nº 73/66 y de la Ley Complementaria nº 126/2007 para establecer la autorregulación del mercado de corretaje. Resaltamos que, a diferencia de autorreguladoras del país (ANBIMA, por ejemplo), la autorreguladora de los corredores fue creada legalmente (con la fuerza de una Ley Complementaria⁴⁵) e infralegal (Resoluciones del CNSP y la SUSEP Circular nº 435 de 2012).

Este marco tiene como objetivo producir un nuevo marco regulatorio con respecto a la disciplina, a la supervisión y el modelo de sanciones de los corredores, constituyendo un gran avance en las relaciones de estos profesionales con sus homólogos de mercados, los consumidores y la propia sociedad. Esta autorregulación consistió en la creación de normas y procedimientos de conducta de los miembros de una categoría profesional, así como la facultad de vigilar el cumplimiento e imponer sanciones, todos, por supuesto, en estricto cumplimiento de las leyes y reglamentos de regulación. De este modo, a través de esta autorregulación, tendrá lugar la normalización de los procedimientos de inspección y medidas preventivas que pueden regular mejor la actividad de corretaje de seguros y, principalmente, crear oportunidades más rápidamente para el análisis y juicio de las quejas de los consumidores de seguros.

El aumento de los impuestos de la SUSEP a lo largo de los últimos años (por ejemplo, una mayor cantidad de mercados supervisados, el desarrollo de nuevas normas de control y de solvencia, lanzamientos de productos, etc.), la mejora del profesionalismo en la intermediación de productos de seguros ofrecidos, el crecimiento significativo en los corredores de marco, la necesidad de una mayor estructura y de recursos para supervisar el gran número de corredores registrados en la autoridad (recordamos una vez más, 80 mil, distribuidos en prácticamente todos los municipios del país), situación agravada ahora por el momento económico que vive Brasil, sin hablar de las sugerencias de los organizaciones internacionales (IAIS, FMI, etc.), todos estos puntos fueron con que fuese propuesta la institución jurídica de un mecanismo auxiliar de autorregulación de los mercados de corretaje, un hecho materializado en las disposiciones de la Ley Complementaria nº 137/2010.

⁴⁴ BRASIL. *Ley Complementaria nº 137, de 26 de agosto de 2010*. Disponible en: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp137.htm>. Accesado el: 01 feb. 2016.

⁴⁵ Para ser aprobada, la Ley Complementaria necesita de la mayoría de votos del Congreso. La Ley Ordinaria necesita sólo de la simple mayoría.

Para ello, la regulación de este hecho, por la mencionada Ley Complementaria, hizo que las atribuciones del CNSP fuesen ampliadas de manera que tal órgano también tuviese la competencia para:

- ▶ Asegurar las condiciones de creación y disolución de la forma jurídica de las autorreguladoras del mercado de corretaje, Consejo de Administración y su finalización.
- ▶ El ejercicio regular del poder disciplinario de las autorreguladoras del mercado de corretaje sobre sus miembros, imposición de penas y de los casos de exclusión.
- ▶ La administración disciplinaria de las autorreguladoras del mercado de corretaje, cuotas, comisiones y otros gastos cobrados por estas entidades, en su caso.

En este escenario, las entidades autorreguladoras deben tener autonomía administrativa, financiera y patrimonial, operando bajo la supervisión de la SUSEP, que se les aplican, inclusive, las reglas de sanciones, así como su responsabilidad, como órganos auxiliares de la autoridad, de supervisar sus respectivos miembros y las operaciones de corretaje que estas se realicen.

En la **Tabla VI.1**, la legislación básica, infralegal, editada por el CNSP y la SUSEP, acerca de la autorregulación en el corretaje de seguros.

**TABLA VI.1 – LEGISLACIÓN BÁSICA – AUTORREGULACIÓN
– CORREDORES DE SEGUROS**

Legislación	Descripción
Resolución del CNSP nº 233, de 2011 ⁴⁶	Se prevé la creación de las condiciones, la organización, el funcionamiento y la terminación de las entidades autorreguladora del mercado de corretaje de seguros, reaseguros, capitalización y de prevención complementaria abierta, la función de auxiliar de la SUSEP, y otras medidas.

⁴⁶CNSP. *Resolución CNSP nº 233, de 2011*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=27874>>. Accedido el: 01 feb. 2016.

**TABLA VI.1 – LEGISLACIÓN BÁSICA – AUTORREGULACIÓN
– CORREDORES DE SEGUROS**

Legislación	Descripción
Resolución del CNSP nº 251, de 2012 ⁴⁷	Refrenda la Resolución CNSP nº 233, de 2011, con ajustes.
Circular de la SUSEP nº 435, de 2012 ⁴⁸	Establece las condiciones para la creación, organización, funcionamiento y extinción de entidades autorreguladoras, a condición de que los órganos auxiliares de la SUSEP, y para la realización de actividades de autorregulación del mercado de corretaje de seguros, reaseguros, de capitalización y prevención complementaria abierta, el tratar con el CNSP Resolución nº 233, de 2011.

Como ilustración, destacamos algunos puntos de la legislación antes mencionada:

- Las entidades autorreguladoras no podrán rechazar la inscripción en sus pinturas miembro del mercado de corretaje, salvo cuando se ha cometido, en el pasado cinco años, el crimen o infracción, administrativo o legal, sujeto a la expulsión en virtud de sus estatutos (Art. 7, Resolución nº 233/2011).
- La condena puede ser apelada dentro de la propia entidad autorreguladora, siendo irrecurrible ante la SUSEP o al Consejo de Recursos del Sistema Nacional de Seguros Privado, de Capitalización y de Prevención Complementaria Abierta – CRSNP (Art. 21, la Resolución nº 233/2011).
- La SUSEP podrá anular, de oficio, las resoluciones dictadas en la autorregulación siempre que se consideren violados los derechos al debido proceso legal, a la defensa contradictoria y a la defensa completa o cuando la sanción impuesta es claramente inadecuada o desproporcionada (Art. 24, la Resolución nº 233/2011).

⁴⁷ CNSP. *Resolución CNSP nº 251, de 2012*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29316>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

⁴⁸ CNSP. *Resolución CNSP nº 435, 2012*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29492>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

- Entidad autorreguladora: entidad establecida con personalidad jurídica de derecho privado autorizado para operar como un complemento de la agencia de la SUSEP, conforme a lo dispuesto en la presente resolución, con la tarea de supervisar, procesar, juzgar e imponer sanciones por violaciones de las normas de conducta, que se establece de forma voluntaria así como las previstas por la ley, practicadas por sus miembros asociados (Art. 2, la Resolución n° 251/2012).
- Las entidades de autorreguladoras deberán reenviar a la SUSEP, hasta el 15 de enero de cada año, información detallada sobre sus actividades en el año anterior, que consiste en: I - número de inspecciones realizadas en el período; II - nombres y números de registro o descripción de los miembros supervisados, lo que demuestra el cumplimiento del plan de vigilancia presentado o, en el caso de incumplimiento, presentar debidamente las justificaciones. III - el número de quejas / denuncias recibidas de los miembros asociados; IV - número de quejas / reclamaciones recibidas y resueltas dentro del ámbito de defensor del pueblo de la entidad (Artículo 16, SUSEP Circular n° 435, 2012).

Así, a partir del marco normativo descrito anteriormente fue creado por el Instituto Brasileño de Autorregulación de la Correduría de Seguros, Reaseguros mercados, de Capitalización y Previsión Complementaria Abierta (IBRACOR).

La Asamblea Constitucional del IBRACOR se llevó a cabo el 1 de julio de 2013, en la sede de la Federación Nacional de los Corredores de Seguros (FENACOR). Fue compuesta por los fundadores mantenedores (FENACOR y sindicatos afiliados)⁴⁹. En octubre de 2013, la SUSEP, a través del Decreto publicado en el Boletín Oficial, ha aprobado la operación de IBRACOR; sus Estatutos Social; y ratificada la elección de investidura de los entonces miembros del Consejo de Administración, el Comité de Auditoría y Defensoría del Pueblo, efectivos y suplentes. La Ordenanza entró en vigor el 15 de octubre de 2013. Los mantenedores actuales son IBRACOR sindicatos FENACOR y los sindicatos de corredores de seguros vinculados a ella.⁵⁰

Recordamos que el IBRACOR, siendo una entidad dotada de personalidad jurídica de derecho privado, aunque hay disposición legal para ambos (Ley Complementaria n° 137/2010), el derecho civil, la naturaleza de los

⁴⁹ Con excepción del SINCOR/CE y del SINEC/RN. El SINCOR/RJ, aunque no sea afiliado a la FENACOR, pasó a integrar el marco de mantenedores del IBRACOR, en noviembre/2015.

⁵⁰ El IBRACOR funciona en la ciudad de Rio de Janeiro, en la calle Senador Dantas, n° 74, 10° piso, Parte.

lugares de asociación dentro del modelo de autorregulación voluntaria, también la participación de corredores de seguros voluntarios⁵¹.

Es decir, si el corredor de seguros no quiere, no participa en la autorregulación, aunque son numerosas las ventajas al unirse a la IBRACOR, consistente aquí con la tendencia de los mercados de seguros modernos, como ya se ha mencionado en el texto. Hasta porque el propósito de este instituto es realizar, siempre, junto con los corredores asociados, una auditoría preventiva, mejor orientando e instruyendo a estos profesionistas, separando, con esto, cualquier estímulo para aplicar sanciones, a menos que exista una condena efectiva, observadas todas las circunstancias de la defensa completa.

Otro aspecto importante en este asunto, para aprovechar el buen funcionamiento del IBRACOR, fue la firma del Término de Ajuste de Acuerdo y Compromiso Formal (TAACF) a finales de 2015, definiendo el instituto como la única autorreguladora de corredores de seguros del país.⁵² Este documento fue firmado por el segmento principal de las entidades, con el fin de potenciar dicha mecanismo de supervisión, la unificación y fortalecimiento de esta estrategia.

⁵¹ El Código Civil de 2002 establece solamente la posibilidad de institución de empresas, fundaciones y asociados. El IBRACOR pertenece al último grupo.

⁵² SUSEP. *Corredores llegan a consenso y resuelven tener una única autorreguladora*. Disponible en: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/noticias/corretadores-chegam-a-consenso-e-resolvem-ter-uma-unica-autorreguladora>>. Accedido el: 01 feb. 2016.



Comentarios finales

El presente trabajo pretende abordar diversos aspectos de la supervisión de la distribución de seguros y, con más detalle, de la metodología de autorregulación aplicada a los corredores de seguros. A lo largo del estudio se discutieron, por ejemplo, los conceptos teóricos del tema, la autorregulación de los ejemplos en Brasil (aplicados fuera del mercado de seguros) y en el extranjero (aplicados en el mercado de seguros de países seleccionados). También fueron citadas opiniones de importantes entidades internacionales sobre el tema, como la IAIS y el FMI⁵³. Por último, se analiza la forma como es actualmente la supervisión de los corredores en Brasil y, en concreto, la historia de la creación del IBRACOR y su situación actual.

Así, a partir de estos temas, concluimos:

- Inicialmente, es importante tener en cuenta que, hablando estrictamente en términos de supervisión de la distribución de seguros en Brasil, posiblemente el mejor modelo sería la existencia de un Consejo Federal de Corredores de Seguros, como se ha perseguido tenazmente en el pasado por los líderes políticos de esta categoría económica. No deja de ser una reivindicación justa, pues otros sectores profesionales, con tamaño similar al segmento de los corredores, ya contemplan esta posibilidad⁵⁴. Además, con el consejo, habrían instrumentos jurídicos más eficaces para este propósito. Por el momento, sin embargo, esta opción no se ha logrado, por el desinterés del gobierno. La política y la iniciativa de este asunto son de competencia del Poder Ejecutivo, que está frontalmente opuesto a la creación de nuevas clases de consejos federales⁵⁵.

⁵³ Hay posiciones favorables sobre este tema, como lo son la Confederación de Productores de Seguros Pan Americanos (COPAPROSE) y de la Asociación de Supervisores de Seguros de América Latina (ASSAL).

⁵⁴ LOUZAS, Rodrigo. Número de arquitectos y urbanistas activos en el país crece 12% en 2013, de acuerdo con el CAU/BR. *Portal PINIWeb*. 03 feb. 2014. Disponible en: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/numero-de-arquitetos-e-urbanistas-atuantes-no-pais-cresce-12-304779-1.aspx>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

⁵⁵ Es digno de mención el hecho de que el actual presidente de la FENACOR, cuando fue nombrado como Superintendente de la SUSEP, hizo, personalmente varias incursiones junto al Ministerio de Finanzas y Presidente de la Cámara Civil de la República, para proceder a la creación del proyecto del Consejo Federal de Corredores de Seguros, cuya redacción final tenían, inclusive, la realización y el apoyo del Ministerio de Trabajo y Empleo. Por lo tanto, dada la resistencia demostrada, surgió como una alternativa viable para la inclusión y la disciplina de la autorregulación del mercado de corretaje de seguros en la Ley Complementaria nº 137/2010.

- En el pasado, la supervisión de los corredores de seguros constituía responsabilidad exclusiva de la SUSEP. Sin embargo, esta misma autoridad, el FMI, la IAIS, los órganos representativos de esa clase e incluso la comparación estadística con otros sectores profesionales indican que este modelo no sería suficiente para gestionar y controlar de forma plenamente satisfactoria un segmento tan complejo, como ocurre, por ejemplo, en Brasil. Frente a todas estas opiniones, fue autorizada la creación de IBRACOR.
- Por las circunstancias de la legislación vigentes, esta entidad autorreguladora deberá operar dentro del modelo de adición voluntario. Comprobar si esa es, de hecho, la mejor elección, genera una buena discusión, abarcando diversos campos del conocimiento, especialmente jurídicos, económicos y administrativos. Si bien se reconoce el fundamento legal para la elección actual, no podemos dejar de estar de acuerdo en que hay dos problemas económicos derivados de esta opción:
 1. Primero, estamos hablando de un mercado de 80 mil corredores (personas físicas y jurídicas) a ser supervisados. Por supuesto, tenemos un problema práctico, que no será fácil convencer a este grupo, dispersos en todas las ciudades de un país que es de dimensiones continentales, para entrar a este nuevo régimen.⁵⁶ Por ejemplo, sólo como referencia, las otras autorreguladoras que operan en Brasil en modelo similar (ANBIMA o CONAR) tienen, como máximo, 500 miembros, sin mencionar que sus participantes son empresas mucho más porte. Las empresas corredoras de seguros brasileñas son constituidas básicamente por microempresas, de acuerdo con el texto "Estudio Socioeconómico de las Empresas Corredoras de Seguros, ESECS (2015)", divulgado por la FENACOR⁵⁷.
 2. Una segunda cuestión es el riesgo de un problema económico conocido como selección adversa. En este caso, solamente los profesionistas que operan de forma más correcta tendrían interés en participar voluntariamente en la autorregulación. Seamos realistas, lo más probable es que, para los corredores que operan de forma más incorrecta - y esto existe en todas las profesiones, no vamos a negar - que habría un mayor interés en unirse al IBRACOR.

⁵⁶ Un problema similar se produce ya con el sindicato, ya que no todos los profesionales de esta categoría están interesados en pertenecer a un órgano representativo de la clase.

⁵⁷ FENACOR. *Estudio socioeconómico de las empresas corredoras de seguros*, ESECS. 2015. Disponible en: <http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/esecs_pj_2015.pdf>. Accesado el: 01 feb. 2016.

- Tal vez por eso el FMI, como se ha mencionado anteriormente, en un análisis de la supervisión de la distribución de seguros en Brasil y su adhesión a los principios de la IAIS, ha recomendado a fin incisiva y directa que la adición del corredor de seguros a la autorregulación simplemente era obligatorio, pero sin la SUSEP, por supuesto, dejará de supervisar todo el proceso. Posiblemente, hubo un reconocimiento de la extrema dificultad que este segmento en el país tendría que apelar a los corredores de seguros para un modelo voluntario.
- Recordemos que, en otra interpretación legal, aunque hay anotaciones por encima de las restricciones con respecto a la obligación de la supervisión ser inclusivo a todos los corredores de seguros y no sólo a los miembros del IBRACOR, éstas podrían ser completamente superadas, adoptó los dictados contenidos en letras "k" e "i" del Artículo 36 del Decreto-Ley nº 73/66, introducido por la Ley Complementaria Nº 137/2010, en la competencia de la SUSEP, como se cita a continuación. Es decir, por la interpretación de la Ley Complementaria citada, la SUSEP podría continuar con la supervisión y vigilancia del proceso, sino también, en su caso, establecer acuerdos para tal fin propuesto.

Art. 36.

.....

- k. supervisar las operaciones de las entidades autorreguladoras del mercado de corretaje, inclusive el exacto cumplimiento del presente Decreto-Ley, de otras leyes pertinentes, de disposiciones reglamentarias en general y las resoluciones del Consejo Nacional de Seguros Privados (CNSP), y aplicar las sanciones correspondientes; y
 - l. firmar un contrato para la prestación de servicios de su competencia en cualquier parte del país, observando las normas legales en vigor. (NR). (BRASIL, 2010).
- Otro tema relevante de este estudio fue una comparación con otros países seleccionados, con respecto a dicho tema. En este análisis, es importante primero comentar que es natural que cada estado tenga parte de su soberanía para legislar sobre la supervisión de los mercados de distribución de seguros, incluso a causa de experimentar diferentes realidades. Sin embargo, dos puntos comunes se destacan cuando se comparan los países. En primer lugar, la importancia que el tema "distribución de seguros" tiene en estas economías, con, frecuencia, la creación de una ley específica o entidades con este propósito. En segundo lugar, en muchos casos, la participación de los propios corredores de seguros como elementos auxiliares en esta supervisión. La idea es que, en un mercado complejo como actualmente es el negocio de distribución de seguros, no se puede ignorar estos profesionales en este proceso.

- Por lo tanto, en Australia hemos sido testigos de la creación de un código de conducta para las aseguradoras, con temas específicos sobre la distribución de los productos. En este código, un hecho interesante es que también tenemos elementos externos al mercado de los seguros (los consumidores, por ejemplo) como jueces de la eficiencia de las actividades del segmento. En Hong Kong, la presencia de la autorregulación es muy fuerte, inclusive con la difusión de estadísticas detalladas al respecto, que muestran la eficacia de este mecanismo. En los EUA, por su tamaño, la mayor preocupación en este momento es unificar las diversas leyes estatales, lo que indica la importancia que ese profesional tiene en la sociedad. En Canadá, hay entidades que se ejecutan en un modelo híbrido, con la presencia del gobierno y de los corredores en su dirección, por lo que sirve para controlar de manera más eficiente la distribución de seguros.
- Las posibilidades son grandes y los modelos que se encuentran en los países son diversas. Este texto no pretende agotar el tema. Sin embargo, un detalle común nos llama la atención. Como no podía ser de otra manera, y siguiendo las tendencias internacionales y las demandas internas, Brasil está en camino de la modernización de la supervisión de los agentes de seguros. Esto es muy loable, importante para el sector, y que no se habrá devolución en el futuro. Por lo tanto, creemos que la participación de estos profesionistas, con una presencia más activa en el proceso, no debe dejarse de lado en este camino.

Bibliografía

ABI. Association of British Insurers. *The distribution and sale of UK personal lines general insurance products*. 1993.

ADVOCIS. *An overview of the financial and insurance industry*. 2007. Disponible en: < https://www.combined.ca/documents/training/Financia_Insurance_Industry.pdf>. Accesado el: 30 ene. 2016.

ANBIMA. *Código de ética*. 2010. Disponible en: <<http://portal.anbima.com.br/a-anbima/associados/codigo-de-etica/Documents/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica.pdf>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

ANBIMA. *Site*. Disponible en: <<http://portal.anbima.com.br/Pages/home.aspx>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

AZEVEDO, Gabriel. Casación alcanza solamente el 1% de los profesionales. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 jul. 2010. Disponible en: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cassacao-alcanca-so-1-dos-profissionais-3gpbyo7brikacw6ol8sk75lji>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

BMFBOVESPA. *Nuevo Mercado*. Disponible en: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?idioma=pt-br>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

BOOTH, Philip. Lessons from history show self-regulation to be the best kind of control. *The Telegraph*, 08 ago. 2010. Disponible en: < <http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/7933318/Lessons-from-history-show-self-regulation-to-be-the-best-kind-of-control.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

BOSSONE, Biagio; PROMISE, Larry. The Role of Financial Self-Regulation in Developing Economies. *Financial Sector*. Disponible en: <<http://www1.worldbank.org/finance/html/self-regulation-in-developing-.html#author>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

BSM. *Estatutos de la BM&FBOVESPA Supervisión de Mercados*. 2014. Disponible en: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/BSM-Estatuto-Social.pdf>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

BSM. *Regulación de las pérdidas del mecanismo de recuperación – MRP*. 2015. Disponible en: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/Novo-RegulamentoMRP.pdf>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

CEA. CEA response to call for evidence. Need for a coherent approach to product transparency and distribution requirements for “substitute” retail investment products? *Position paper*. 2008. Disponible en :< <https://circabc.europa.eu/sd/a/05993d21-f826-4495-be8f-1ac661ca726a/CEA%20-%20European%20insurance%20and%20reinsurance%20fe-deration%20-%20SRIPs.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

CISRO. *Site*. Disponible en: <<http://www.cisro-ocra.com/>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

CNSP. *Resolución CNSP nº 233, de 2011*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=27874>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

CNSP. *Resolución CNSP nº 243, de 2011*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=28856>>. Accesado el: 31 ene. 2016

CNSP. *Resolución CNSP nº 251, de 2012*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29316>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

CNSP. *Resolución CNSP nº 435, 2012*. Disponible en: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29492>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

COISSI, Juliana. Brasil aumenta número de médicos, pero la distribución continua desigual. *Periódico Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 mai. 2015. Disponible en: <<http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2015/05/1628533-brasil-aumenta-numero-de-medicos-mas-concentracao-continua.shtml>>. Accesado el: 01 feb. 2016

CONAR. Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitaria. Código y Anexos – CONAR. *Site*. Disponible en:<<http://www.conar.org.br>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

CVM. *Instrucción CVM nº 461, de 23 de Octubre de 2007*. Disponible en: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/400/inst461consolid.pdf>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

CVM. Regulación x Autorregulación. *Portal del inversionista*. Disponible en:<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/a_cvm/Regulacao_Autorregulacao.html>. Accesado el: 02/02/2016.

DAVOR, Simon. *The West African Insurance Industry: regulating itself to take on the challenges and opportunities experienced and envisaged*. 2013.

DIONNE, Georges. *Handbook of Insurance*. 2000.

FEBRABAN. *Folleto del Sistema de Autorregulación Bancaria* (SARB). Disponible en: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pdf/Cartilha.pdf>>. Accesado el: 02 feb. 2016.

FENACOR. *Estudio socioeconómico de las empresas corredoras de seguros*, ESECS. 2015. Disponible en: <http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/esecs_pj_2015.pdf>. Accesado el: 01 feb. 2016.

FMI. *Brazil: Detailed assessment of observance of insurance core principles of the International Association of Insurance Supervisors*. 2012. Disponible en: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12334.pdf>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

FRANCO, Júlia Damazio de Barroso. *Autorregulación en el mercado de capitales brasileño*. 2008. Monografía (Graduação em Direito) – Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponible en: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12009/12009.PDF>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

FUNENSEG. La autorregulación en el mercado de seguros. *Revista Cobertura*, 08 jun. 2005. Disponible en: <http://www.revistacobertura.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=30554&furl=-A-auto-regulacao-no-mercado-de-seguros->. Accesado el: 02 feb. 2016.

GARCIA JÚNIOR, Rene. *Modelos regulatorios de mercado de capitales, seguros y previsión privada* – Análisis de una agencia regulatoria única. 2003.

GENERAL INSURANCE CODE OF PRACTICE. *Subscribers to the code*. Disponible en: <<http://codeofpractice.com.au/about-the-code/subscribers-to-the-code>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

GRACE, Martin F. Who should regulate the insurance industry? *Lexis Nexis*, 9 ago. 2009. Disponible en: <http://www.lexisnexis.com/legalnewsroom/insurance/b/insurance-law-blog/archive/2009/09/08/who-should-regulate-the-insurance-industry_3f00.aspx>. Accesado el: 31 ene. 2016.

HKFI. Hong Kong Federation of Insurers. *Site*. Disponible en: <<http://www.hkfi.org.hk/#!/insurance-agent/index>>.

HKTDC. *Insurance industry in Hong Kong*. 2015. Disponible en: <<http://hong-kong-economy-research.hktdc.com/business-news/article/Hong-Kong-Industry-Profiles/Insurance-Industry-in-Hong-Kong/hkip/en/1/1X000000/1X003UWM.htm>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

IAIS. *Insurance core principles, standards, guidance and assessment methodology*. 2011. Disponible en: <http://iaisweb.org/modules/icp/assets/files/Insurance_Core_Principles__Standards__Guidance_and_Assessment_Methodology__October_2011__revised_October_2013_.pdf>. Accesado el: 30 ene. 2016.

ICA. *General insurance code of practice*. 2012. Disponible en: <<http://codeofpractice.com.au/assets/documents/Code%20of%20Practice%202012%20-%20FINAL%20L.pdf>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

ICA. *New general insurance code of practice sets benchmark in industry self-regulation*. 01 jul. 2014. Disponible en: <http://www.insurancecouncil.com.au/assets/media_release/2014/code%20of%20practice/140701%20Code%20of%20Practice.pdf>. Accesado el: 30 ene. 2016.

ICA. *Site*. Disponible en: <<http://www.insurancecouncil.com.au/>>. Accesado el: 30 ene. 2016.

ICNZ. Insurance Council of New Zealand. *New fair insurance code sets high benchmark for general insurance industry self-regulation*. 2015. Disponible en: <<http://www.icnz.org.nz/new-fair-insurance-code-sets-high-benchmark-for-general-insurance-industry-self-regulation/>>. Accesado el: 02/02/2016.

IEC. Investor Education Centre. *A quick guide to Hong Kong's financial system and services*. Disponible en: <<https://www.hkiec.hk/web/common/pdf/publication/en/IEC-quick-guide-to-hk-financial-system-and-services.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

IEC. *Regulation*. Disponible en: <<http://www.hkiec.hk/web/en/insurance/regulation/regulation.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

III. Insurance Information Institute. *Buying insurance: evolving distribution channels*. 2015. Disponible en: <<http://www.iii.org/issue-update/buying-insurance-evolving-distribution-channels>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

LOUZAS, Rodrigo. Número de arquitectos y urbanistas activos en el país crece 12% en 2013, de acuerdo con el CAU/BR. *Portal PINIWeb*. 03 feb. 2014. Disponible en: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/numero-de-arquitetos-e-urbanistas-atuantes-no-pais-cresce-12-304779-1.aspx>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

MENON, Jaya Smitha. Insurance companies should practice self-regulation. *International Finance Magazine*, 17 feb. 2015. Disponible en: <<http://www.internationalfinancemagazine.com/article/Insurance-companies-should-practice-selfregulation.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

MOSE, Victor; KULOB, Robert. 2013 *Kenya insurance industry outlook*. Nairobi: IRA, 2013. Disponible en: <<http://www.ira.go.ke/attachments/article/105/2013%20Kenya%20Insurance%20Industry%20outlook.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

NAIC. *Site*. Disponible en: <<http://www.naic.org/>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

NAPSLO. National Association of Professional Surplus Lines Offices Ltda. *National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB)*. Disponible en: <https://www.napslo.org/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation.aspx?hkey=4929bb49-1a7b-4a55-bb73-2493d731026f>. Accesado el: 31 ene. 2016.

NARAB. National Association Of Registered Agents And Brokers. Reform Act Of 2013. In: WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponible en :< https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=National_Association_of_Registered_Agents_and_Brokers_Reform_Act_of_2013&oldid=701317262>. Accesado el: 31 ene. 2016.

NCC. National Consumer Council. *Models of selfregulation*. An overview of models in business and the professions. Disponible en:<http://www.talkingcure.co.uk/articles/ncc_models_self_regulation.pdf. 2000>. Accesado el: 02 feb. 2016.

NIPR. National Insurance Producer Register. *Site*. Disponible en: <http://www.nipr.com/index_sitemap.htm>. Accesado el: 31 ene. 2016.

NORTON ROSE FULBRIGHT. 2015 – what is on the horizon for the insurance industry? Disponible en: <<http://www.nortonrosefulbright.com/knowledge/publications/125857/2015-what-is-on-the-horizon-for-the-insurance-industry>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

OCI. Office of the Commissioner of Insurance. *Site*. Disponible en: <<http://www.oci.gov.hk/about/index.html>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

OECD. *Insurance regulation and supervision in Asia and Latin America*. 2001. Disponible en:<http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/insurance-regulation-and-supervision-in-asia-and-latin-america_9789264193055-en>. Accesado el: 02 feb. 2016.

PIBA. Professional Insurance Brokers Association. *Statistics*. Disponible en: <http://www.piba.org.hk/index.php/en/statistics?option=com_extra&page_id=statistics>. Accesado el: 31 ene. 2016.

POWLAY, John. Regulating for consumer protection in private health insurance – can industry self-regulation work? *The Australia health consumer*, n.2, p. 7-9,2005-2006. Disponible en: <<https://www.chf.org.au/pdfs/ahc/ahc-2005-2-regulating-consumer-protection.pdf>>. Accesado el: 31 ene. 2016.

PROCESOS por error médico crecen 140% en el STJ. *Periódico Zero Hora*, Porto Alegre, 22 mar. 2015. Disponible en: < <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/processos-por-erro-medico-crescem-140-no-stj-4723823.html>>. Accesado el: 02 feb. 2016.

RIBO. *Site*. Disponible en: <www.ribo.com>. Accesado el: 30 ene. 2016.

SUSEP. *Corredores llegan a consenso y resuelven tener una única autorreguladora*. Disponible en: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/noticias/corretores-chegam-a-consenso-e-resolvem-ter-uma-unica-auto-reguladora>>. Accesado el: 01 feb. 2016.

SUSEP. *Informe de Gestión de Servicios*. [s.f.]

TAVARES, Paulo Sérgio Araújo. *Regulación y autorregulación del mercado de capitales*. Disponible en: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8260>. Accesado el: 31 ene. 2016

TRINDADE, Marcelo; SANTOS, Aline de Menezes. *Regulación y Autorregulación en Brasil y la crisis internacional*. 2010.

ZANOTTA, Alexandre. *Regulación y Autorregulación en el mercado de capitales brasileño*. 2005. Disertación (Maestría en Derecho) – Universidad Pontificia Católica de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponible en: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1375>. Accesado el: 02 feb. 2016.

A STUDY ON THE SELF-REGULATION OF INSURANCE BROKERS AND INSURANCE BROKERAGE

STUDIES ON INSURANCE
Special trilingual edition – 30

FRANCISCO GALIZA
March/2016

estudos

S O B R E • S E G U R O S

A published series of works and research by professionals in the areas of insurance, reinsurance, pension and savings. Marketed exclusively in seminars, lectures, forums and workshops conducted by the Escola Nacional de Seguros and insurance market institutions. The texts can be printed (in pdf format) on the website of the Escola. (www.funenseg.org.br), link [<http://www.funenseg.org.br/livros/>](http://www.funenseg.org.br/livros/), in "Estudos para download".

Texts for publication in the series should be referred for evaluation to the Director of the Centre for Research on Insurance Economics (CPES) of the Escola Nacional de Seguros, Claudio R. Contador. Send two copies: one by email to claudiocontador@funenseg.org.br, indicating in the subject field "Insurance studies for evaluation"; and another in print to the Diretoria do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES) (Rua Senador Dantas, 74 – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20031-205), labelling the envelope "Insurance studies". Include in both copies a summary in Portuguese and in English of the work. References must be included at the end of the text. Also, send a brief professional resume, email and contact telephone number.

The Escola Nacional de Seguros

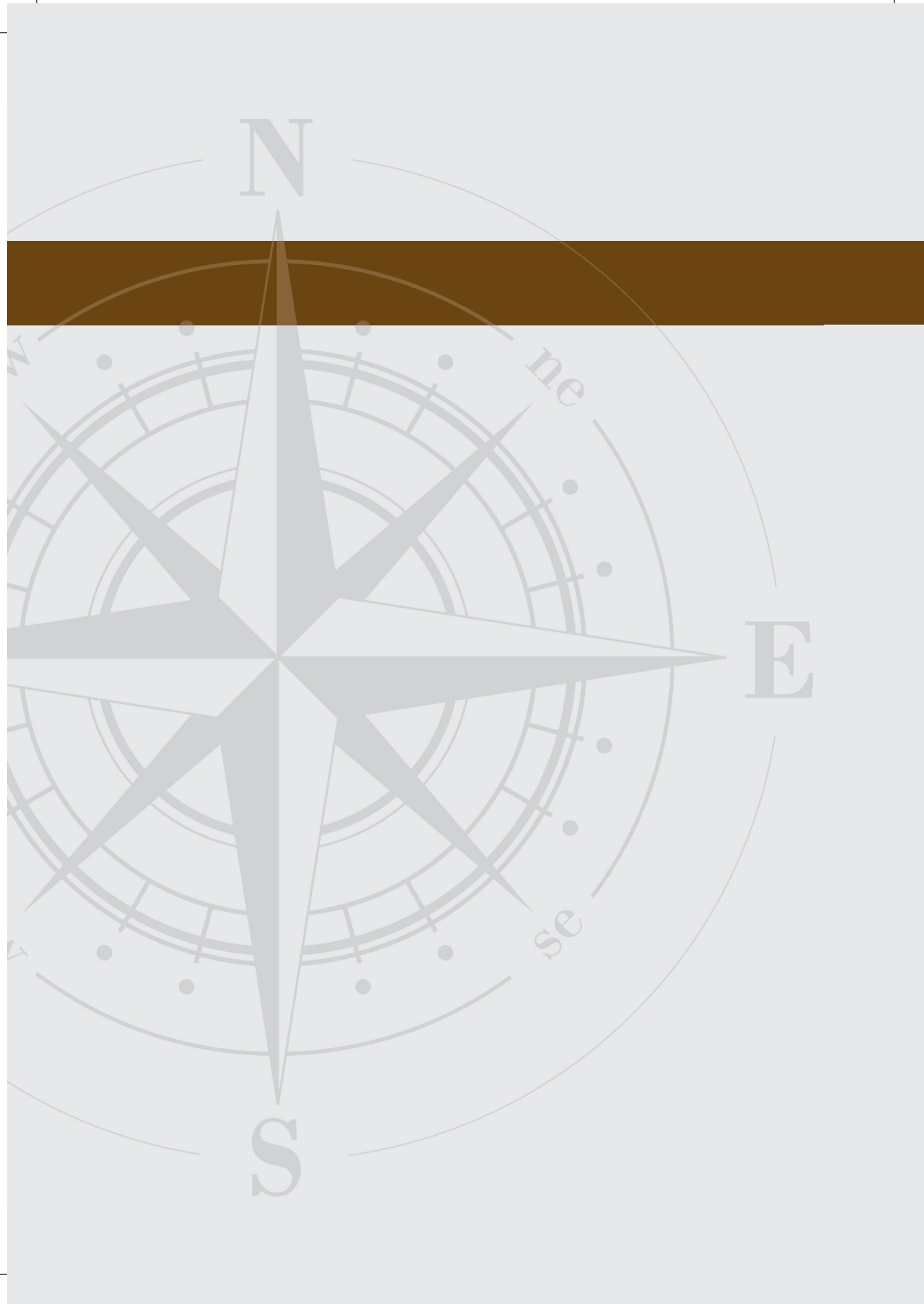
The Escola Nacional de Seguros was founded in 1971, with its mission to develop the insurance market through the production and dissemination of knowledge and the training of insurance professionals.

With its initial focus on teaching technical aspects on insurance, the Escola developed courses for the training and licensing of insurance brokers – requested most among those courses offered by the institution – and other educational programs, such as lectures, workshops, seminars and support for research, an activity that today takes place under the jurisdiction of the Centre for Research on Insurance Economics (CPES). With the growing demand for higher levels of qualification, in 2005 the Escola was authorized by the Ministry of Education (MEC) to offer, graduate courses in Business Administration in Rio de Janeiro, with an emphasis on insurance and pension plans; the first of its kind in Brazil with such characteristics. Since 2009, the course has also been offered in São Paulo.

In less than a decade, the Escola became the third best business school in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo, according to the ranking of General Courses Index (IGC), measured by Inep/MEC. For its excellence in the area of administration, in 2014 the institution founded the Centre for Research on Insurance Economics (CPES), with the purpose of analyzing the trajectories of the national industry, providing it with new knowledge and technology concerning the main issues that affect this market: climate change, traffic mortality and aspects of Brazilian demography.

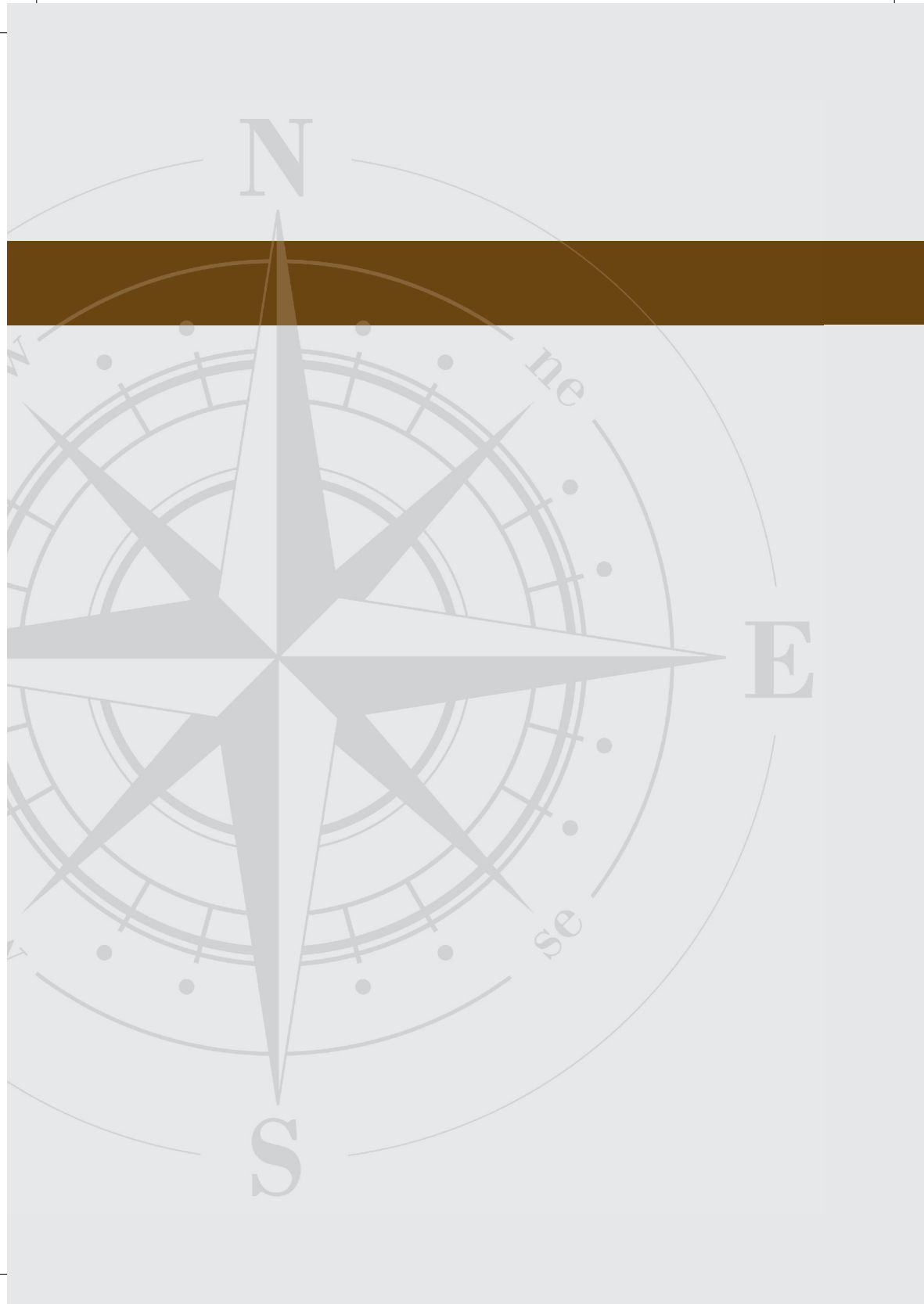
The Escola Nacional de Seguros has its headquarters in Rio de Janeiro, with a further 12 regional units, and is present, through partnerships, in approximately 80 cities throughout the country, serving more than 2000 students per year with lectures, face-to-face events and also at a distance (virtual education). In this way, it has managed to maintain and expand the high standards of quality, which is its brand, as well as to ratify its position as the largest and best insurance school in Brazil.

Escola Nacional de Seguros
www.funenseg.org.br



Contents

I)	Introduction	135
II)	Self-regulation: key concepts	137
III)	Examples of self-regulation: Brazil	141
IV)	Self-regulation in insurance: world	153
V)	Supervision of insurance brokers: Brazil	163
VI)	IBRACOR: the brazilian example	173
VII)	Final comments	179
VIII)	Bibliography	183



Foreword

At this very opportune moment, the Escola Nacional de Seguros is publishing this important and indispensable study – required reading for all members of the market –, on the “Self-regulation of Insurance Brokers and Insurance Brokerage”. Accordingly, this institution, which has provided so many extremely relevant services to the insurance market over the past 45 years is, once again, assuming a position of prominence by detailing the importance, the purposes and the model chosen for Brazil in its goal of implementing a modern and efficient framework for the self-regulation of insurance brokerage.

It is fair to also highlight the meticulous work carried out by the coordinator of the study, Francisco Galiza, who has extensive experience in the elaboration of fundamental research for this market sector, such as the Insurance Sector Confidence Index (ICSS), produced monthly by FENACOR.

In the specific case of the self-regulation of insurance brokerage, we recall that this topic has been in vogue for some time, not only in relation to the entities that represent the sector, but also for insurance industry regulators worldwide.

Testimony to this can be evidenced in the subject’s inclusion in the “Insurance Core Principles (ICP)”, of the highly regarded and respected International Association of Insurance Supervisors (IAIS).

In the case of Brazil, it is an innovative process, and constitutes a landmark for self-regulation with responsibility being established by a Supplementary Law, as an auxiliary organ of the State’s supervisory authority, but with regulation and oversight performed by that entity.

In line with these principles, FENACOR advocates self-regulation and is also the main supporter of the Brazilian Institute of Self-Regulation for Markets of Insurance Brokerage, Reinsurance, Capitalization and Open Pension Funds – IBRACOR, the self-regulatory body for insurance brokerage in Brazil.

Ibracor has a historic mission to fulfill: it must ensure the preservation of ethics and good practice in insurance brokerage activity, which is directly responsible for more than 80% of the global production of the Brazilian market, representing annual revenues in the order of more than R\$ 200 billion.

Insurance brokers have, in self-regulation, an ally because it confers a “seal of quality”, of sorts, on their activity; a testament to their professional attitude based on the defense of consumer interests and society in general.

This represents a significant advance for relations in this sector, especially in improving the environment of respect and consumer protection and, at the same time, it is a diploma of maturity — a certificate of emancipation for our professional category.

For all of us, this study is so much more than a practical instrument.

Enjoy your reading!

Armando Vergílio dos Santos

*President of the Pan-American Confederation
of Insurance Producers (COPAPROSE)*

*President of the National Federation of Private Insurance
and Reinsurance Brokers, Capitalization, Private Pension,
and Insurance and Reinsurance Brokerage Firms (FENACOR)*

Introduction

The aim of this study is to understand and analyze the fundamental and main economic and administrative aspects of self-regulation, specifically with regard to insurance and the brokerage market for these products. Subsequently, to make comments and suggestions on what this sector can effectively achieve in Brazil with a greater degree of efficiency and development.

It is in this context that this text is framed. In addition to this introduction, the study has the following chapters defined thus:

- ▶ **Chapter II** is an analysis of the main concepts of self-regulation, with an assessment of the theoretical advantages and disadvantages of this approach to oversight and supervision.
- ▶ **Chapter III** describes various applications of self-regulation in Brazil that already exist outside the area of insurance.
- ▶ **Chapter IV** explains how the supervision of insurance brokers functions and, in particular, self-regulation within these markets, taking as a reference some examples and international studies. A theoretical discussion on the topic is also conducted.
- ▶ **Chapter V** analyses the current oversight of insurance brokers in Brazil, both in legal terms as well as statistics. A comparison is made with other businesses and professional sectors. This chapter also has a topic commenting on the IMF's position on the issue in question.
- ▶ **Chapter VI** is a recent historical evaluation of self-regulatory legislation in the Brazilian insurance industry, for which the main consequence was the creation of the Brazilian Institute of Self-Regulation for Markets of Insurance Brokerage, Reinsurance, Capitalization and Open Pension Funds – IBRACOR, the self-regulatory body for insurance brokerage in Brazil.
- ▶ **Chapter VII** is a summary of the comments and conclusions on the topic, with proposals for institutional improvement of aspects concerning Brazil.
- ▶ **Chapter VIII** is the bibliography.



Self-regulation: key concepts

In principle, the decision to regulate a market takes into account its importance and the need for some state intervention to ensure its proper functioning. Notionally, a market capable of correcting its own flaws without external interference should not need to undergo any type of intervention. On the other hand, if the given market is significant, and unable to function properly without some degree of state presence, regulation should correct the flaws, thus restoring its balance, in view of the public interest. This mechanism is a response to the social demand for the correction of inefficient or unfair practices. These include natural monopolies, imperfect information or information asymmetry.

Like any term which is popularized, it is common to use the expression “self-regulation” in different senses, to denote distinct contexts. According to Trinidad et al (2010), there are three common situations. First, self-regulation in the predominantly economic sense, linked to free enterprise, in which markets always allocate the resources in the most efficient way, without the need for state intervention. Thus, according to this interpretation, it must ensure freedom to market institutions, which would apply its own discipline, regardless of any state interference. In the second interpretation, reference is made to self-regulation as the result of actions organized by agents or market entities, adopting rules and mechanisms for dispute resolution as a so-called “voluntary self-regulation”. In a third sense, allusion is made to self-regulation arising from assignment by the state, whereby the regulatory authority delegates its judgement to the regulated institutions, giving them the power to supervise and prevent violations of legal standards. These latter two concepts are those we consider the most important in this text.

Thus, by the definition used here, it can be said that self-regulation is a form of regulatory action that agents who operate in a particularly sector exercise upon themselves, bringing benefits for the whole consumer market and the whole group in question. As they are especially interested in the quality of their activity, and being the greatest experts in this business, the professionals can establish standards of quality, conduct and ethics that are far more efficient than those determined by the state itself.

Conceptually, this kind of control, made by the market's own players has advantages, as discussed below:

- ▶ The establishment of rules of coexistence among participants, being that self-regulation ensures the legal certainty and predictability of their relationship, including dealing with disputes and penalties, which increases the credibility of the activity, attracting more investment to the sector.
- ▶ Effective action by the regulator on the market participants can imply excessively high costs when seeking to increase the efficiency and scope of this action.
- ▶ A self-regulated entity, with its proximity to the market and better understanding of its activities, offers greater sensitivity to evaluate and regulate that market, and can act more promptly and at moderate costs. Its specific experiences and knowledge of the operations and practices, including potential fraud, are factors that cannot be overlooked.
- ▶ The fact that the community itself draws up and establishes the rules governing its activities enhances the acceptance of these measures. Hence, this community shows more responsibility towards compliance, reducing, therefore, the need for regulatory intervention.
- ▶ Theoretically, there is greater flexibility in the issuing, modification and implementation of standards and procedures for the application of statutory and administrative penalties.

Nevertheless, three safeguards are necessary for a self-regulator to operate efficiently, with benefits for all of society. There are theoretical risks that this type of model may have, regardless of the professional field in question. For example:

- ▶ Potential conflicts of interest among members of the self-regulatory entities and those that are regulated, which should be avoided;
- ▶ The utilization of the powers conferred to the self-regulatory entities, used by the same to limit the competition from other members;
- ▶ Inefficient performance of these entities in a manner that nullifies the effects of their own regulation.

Explicitly, the complacency towards matters of public interest; the tendency towards protection of those being regulated; leniency in the imposition of sanctions and tolerant attitudes, arising, for example, from the desire to avoid adverse publicity to the business, are behaviors that should be completely avoided. Thus, it is important to note that in delegating powers

of regulation and supervision, the regulator can still retain residual jurisdiction to enable the removal of the possible drawbacks of self-regulation. In a popular expression, self-regulating entities are not given a “blank check”.

Another important concept is that, in the strict sense of the term, one should not confuse self-regulation with a set of rules of conduct, as has happened so often, with the establishment of recommendations, manuals for professional conduct and ethics or corporate governance codes published by private or public institutions. Such documents do not demand mandatory compliance, contrary to what happens with the standards of a self-regulatory entity. Often, the maximum punishment is public disclosure of the fact that the company is not fulfilling these standards.

Yet from these definitions, there are, in a standardized form, two types of self-regulation, as described below:

i. Statutory self-regulation

In this form, certain private entities have powers and duties delegated by law for the performance of certain activities, acting as an “adjunct organ” of the State, issuing standards to which its members must submit and overseeing compliance with them. For example, in the case of the capital market in Brazil, the BM&FBOVESPA Markets Supervision (BSM) would fit that profile.

ii. Voluntary or private self-regulation

Here, the agents are voluntarily subjected to regulation by contractual relationship, usually manifested by adherence to a particular organization, whose supervisory authority is recognized. Voluntary self-regulation is based on a contract. Its members are subject to certain rules established by the self-regulatory entity, of their own free will, and can, likewise, withdraw freely if they no longer wish to participate, though often with irreparable damage to their corporate image. Therefore, in consideration of the constitutional principle of free association, that party can only suffer any kind of state intervention if it breaks or ignores the law or carries out practices that harm the market.

The activities of a self-regulatory entity can be performed by establishing different standards of conduct; certification, by awarding seals of quality; conferring ratings; monitoring of its agents; counseling; and arbitration. The Brazilian Association of Financial and Capital Markets (ANBIMA) and the Banking Self-regulation System (SARB) fit this profile of this.

Following, in the next chapter, is a more detailed application of self-regulation in Brazil. In all, there are four self-regulators that are the most well-known.



Examples of self-regulation: Brazil

As an illustration, we present four examples of self-regulation already established for some time in Brazil. Three of them refer to voluntary self-regulation and one to statutory self-regulation. The ideas and concepts explained here can be taken as a reference in the application of self-regulation to the insurance market.

1 Banking Self-regulation System (SARB)¹

The idea for the Banking Self-regulation System (SARB) began in 2007, from the support of the Brazilian Banking Federation (FEBRABAN). The basis for defining the most relevant regulatory issues and criteria, was to evaluate, at that time, the main demands of banking consumers, PROCON, the Central Bank, and their ombudsmen. With this, the first step was the creation of the Banking Self-Regulation Code, which dealt with the functioning of the entire system in 2008. Later came the various rules of banking self-regulation developed until today.

There are four major principles that guide the code applied to banks: ethics and legality, respect for the consumer, effective communication and continuous improvement.

Currently, there are 15 standards in force, focusing on various issues. For example: money laundering, consigned credit, social and environmental responsibility, customer services (SACs), etc. In all, nearly 20 financial institutions, some of which are the largest in the Brazilian financial market, are already participating voluntarily with SARB.

In this banking model, two aspects can be highlighted. First, the creation of a channel (electronically or by telephone) for consumer complaints in the event of detection of non-compliance with any rule by the member institutions. Second, in the case of noncompliance, and after due inquiry, warnings, fines or even exclusion of the entity from the system (the highest possible punishment), can be applied.

¹ See more details: FEBRABAN. Banking Self-regulation. *Site*. Available at: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br>>. Accessed on: 29 Jan. 2016.

Chapter IX (entitled “disciplinary measures”) of the Banking Self-regulation Code² details all procedures relating to this matter, such as criteria for the right of defense, the composition of the judgement committee and time scales, among other things. Below, specifically mentions Article 42.

Art. 42. The Signatory who breaches the rules of self-regulation will be subject to:

- i. Recommendation by the Disciplinary Committee for the adjustment of its conduct, forwarded by private letter.
- ii. Recommendation by the Disciplinary Committee for the adjustment of its conduct, sent by letter with the knowledge of all the Signatories, combined with the obligation to pay a contribution between 1 (one) and 10 (ten) times the lowest annuity paid by an Associate of Febraban.
- iii. Suspension of its participation in the Banking Self-regulation System, with the interruption of the right to use the Self-regulation seal and removal from office of its Director on the Board of Self-regulation, combined with the obligation to pay a contribution between 5 (five) and 15 (fifteen) times the amount of the lowest annuity paid by an Associate of Febraban.

§ 1º. The Disciplinary Committee will determine the measures considering the severity, impact on the Banking Self-regulation System and the recurrence of the infringement.

§ 2º. On the imposition of suspension, approved by the Council of Self-regulation, as provided for in Art. 21 (ii), the Disciplinary Committee shall establish the timeframe and the conditions to be fulfilled by a Signatory to the cessation of that measure.

§ 3º. The obligation to pay contributions to the Banking Self-regulation System may be supplemented by the obligation to afford or adopt specific actions to strengthen the credibility of the financial system before the general public, limited to 5 (five) times the lowest annuity paid by an associate of Febraban.

§ 4º. The imposition of any of the measures provided for in this article shall give rise to liability of the direct costs arising from the disciplinary procedure, especially the cost associated with the independent auditing firm referred to in Art. 38. The liability referred to in this paragraph is limited to 2 (two) times the lowest annuity paid by an associate of Febraban.

² See: FEBRABAN. *Código de Autorregulação Bancária*. 2008. Available at: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pdf/C%C3%B3digo%20de%20Autorregula%C3%A7%C3%A3o%20Banc%C3%A1ria.pdf>>. Accessed on: 29 Jan. 2016.

§ 5º. The monies collected by the imposition of contributions treated in this article shall revert in favor of the budget allocation of the Banking Self-regulation system (FEBRABAN, 2008).

As can be seen, there is no punishment or prohibition from activity for banks, which is a decision that remains under the exclusive jurisdiction of the Brazilian state. So, if any Signatories fail to comply with the rules of self-regulation, the maximum punishment is exclusion from SARB itself, plus a fine. This is an important difference from the self-regulation proposal for insurance brokers because, in this case, IBRACOR has wider powers to punish.

2 Brazilian Advertising Self-Regulation Council (CONAR)³

Created in 1979, the Brazilian Advertising Self-Regulation Council (CONAR) is one of the best known self-regulatory systems in the country. Its main objective is promoting freedom of expression and defending the constitutional prerogatives of commercial advertising. Its mission mainly includes attending to complaints from consumers, authorities and associates, or those made by its own board members. When the merits of a complaint (which cannot be anonymous) are proven, CONAR can recommend change or suspension of the announcement or advertisement. Its members are mainly advertisers, advertising agencies and media. Currently, it has 425 members.

It is particularly important to understand CONAR and the Brazilian Advertising Self-Regulation Code in its historical context. In the late 70s, the State considered sanctioning a law creating a type of prior censorship for commercial propaganda, which had become a powerful force in the country. If this law had, in fact, been implanted, no ads could be seen without first receiving official approval. The consequences would be numerous: social, political and economic. For example, this would result in the creation of a specific department for advertising control with the contracting of hundreds of civil servants. Bureaucratic implications would also be great, not to mention that such control would be a blow to a country that was gradually regaining its right to freedom of expression.

Currently, anyone can trigger CONAR, at no charge, if they feel offended by an advertisement, conveyed in any medium of communication. Additionally, if it is found that the advertiser has not complied with the promise in the notice; if the advertising piece does not match the truth; if it violates the principles of fair competition; or if in breach of advertising activity as a whole.

³ CONAR. *Site*. Available at: <<http://www.conar.org.br>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

It is important to note that CONAR deals exclusively with advertising. If the client has been treated poorly, or if there were problems with delivery or product specification/service, the agency will only take action if such events are contrary to the terms of an announcement of any kind. For other types of complaint, usually PROCON should be triggered. Another important point is that CONAR does not exercise censorship on advertising material. It is, therefore, necessary that the announcement has already been aired or published first, in order that it may be brought before the Board of Ethics.

According to CONAR's Code of Self-regulation⁴ ("Brazilian Advertising Self-Regulation Code"), in Article 50, transcribed below, there are four existing penalties in the event of non-compliance with the standards.

Article 50. Violators of the rules laid down in this code and its annexes shall be subject to the following penalties:

- a. warning;
- b. recommendation for amendment or correction of the Announcement;
- c. recommendation to the media outlets in the sense that it sustains the disclosure of the announcement;
- d. dissemination of CONAR's position with respect to the advertiser, the Agency and the media outlet, through the media, in the event of the non-compliance of the measures and arrangements envisaged.

§ 1º. It is the responsibility of the CONAR Council of Ethics to consider and judge violations of the provisions of this Code and its annexes, and the CONAR Superior Council, to comply with and enforce the decisions of the Board of Ethics in regular process.

§ 2º. It is the responsibility of the CONAR Board of Governors to amend the provisions of this code, as well as change, delete and add annexes (CONAR, [s.d.]).

As noted, the maximum possible punishment is public disclosure of CONAR's position in relation to the main participants of the advertising campaign. That, in practice, represents great damage to the images of the companies who infringe, hindering their operation in the future.

⁴ CONAR. Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. Código e Anexos – CONAR. Site. Available at: <<http://www.conar.org.br>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

3 Brazilian Financial and Capital Markets Association (ANBIMA)

The Brazilian Financial and Capital Markets Association (ANBIMA)⁵ represents the institutions of the Brazilian capital market. It was created in 2009 as a result of the merger of the National Association of Investment Banks (ANBID) and the National Association of Financial Market Institutions (ANDIMA), entities that were already operating for some 40 years before the merger.

Currently, ANBIMA has nearly 350 members, among banks (commercial, multi-service and investment), asset management companies, brokers and securities dealers and asset managers.

In addition to the activity of class representation, ANBIMA has other functions:

- ▶ Acts as voluntary auto-regulator, through regulatory codes and best practices.
- ▶ It is the main certifying entity for professionals of the Brazilian financial and capital markets.
- ▶ The entity has one of the largest databases on the segments controlled.

ANBIMA's activities include detailed regulations to be applied, for example, in the issuance of securities or the disclosure of information, with guidance on what should or should not be done in each case. Moreover, in its code of ethics⁶, there is a specific chapter (Chapter VII - Penalties) about possible violations by its members, reproduced below.

VII. PENALTIES

Article 38. The non-observance of the principles and standards established in this code subject Associates to the following penalties:

- a. private warning letter;
- b. fine;
- c. public warning;
- d. suspension of the Associate from the Board of Associates and the use of ANBIMA brands, within a stated period, or linked to

⁵ See: ANBIMA. *Site*. Available at: <<http://portal.anbima.com.br/Pages/home.aspx>>. Accessed: 30 Jan. 2016.

⁶ ANBIMA. *Código de ética*. 2010. Available at: <<http://portal.anbima.com.br/a-anbima/associados/codigo-de-etica/Documents/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica.pdf>>. Accessed: 30 Jan. 2016.

the end of the administrative, disciplinary, judicial or investigative procedure;

- e. proposal to the General Assembly, for exclusion of the Associate from the Board of Associates of ANBIMA.

§ 1º. The fine referred to in paragraph (b) above may be applied separately or combined with any other penalties, its value being suggested by the Council and approved by the Board, and shall not exceed 100 (one hundred) times the value of the largest current monthly contribution on the occasion of the infraction.

§ 2º. On the application of the penalties set out above, the degree and the potential damage to the market and investors caused by the infringement will be considered, as well as concrete attitudes associated with seeking to repair, reduce or compensate for the damage (ANBIMA, 2010).

As noted above, the highest possible penalty is the exclusion of the company. It can be seen that ANBIMA cannot prohibit the operation of any financial institution, which is the decision of the State. Nonetheless, mere exclusion, with disclosure to the whole of society, indicates low credibility for the financial institution and hinders its actions in the future.

4 BM&FBOVESPA Markets Supervision

Created in 2007, BM&FBOVESPA Markets Supervision (BSM) oversees the Brazilian securities market, as an adjunct organ of the Securities and Exchange Commission (CVM). Its operations concern the regulation of the stock markets. The BSM is the official self-regulation entity of the BM&FBOVESPA markets. Due to these aspects, it is considered as a statutory self-regulator.

CVM⁷ Instruction 461/2007 disciplines the regulated securities markets, providing for the establishment, organization, operation and closure of stock exchanges, commodities and futures and OTC markets. It also states that it is a function of BM&FBOVESPA to develop effective mechanisms and procedures for the BSM to enforce compliance with its rules and standards of conduct, as well as the existing regulations, in order to identify violations, irregular trading conditions or conduct likely to jeopardize the regular functioning, transparency and credibility of the market. If investors are aggrieved they can complain to the BSM and if deemed right, will be immediately compensated.

⁷ CVM. *Instruction CVM nº 461*, of 23 of October, 2007. Available at: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/400/inst461consolid.pdf>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

Chapter IV ("Self-regulation of the Organized Securities Markets"), of the cited Instruction, outlines in detail the manner of operation for self-regulation of this sector, covering Articles 36 to 49. Particularly, we cite Article 49:

Art. 49. Violation of the rules whose inspection is incumbent upon the Department of Self-Regulation shall subject offenders to the penalties in force.

§1º. Without prejudice to the advertising mechanisms adopted by the Administrator pursuant to the regulation referred to in this article, the suspension or cancellation of authorization of a person authorized to operate must be communicated immediately to the CVM and to the Central Bank of Brazil.

§2º. The resources collected as fines and adjustment of conduct commitment entered into in the framework of self-regulation should be reverted, in their entirety, to the activities provided for in this chapter or to the compensation of third parties affected.

§3º. The decisions of the Self-Regulation Council cannot be appealed to the CVM.

§4º. The investigation may require that the penalty that has been imposed on him, or benefit which has been agreed in terms of commitment entered into in the context of self-regulation, be submitted to the CVM as a basis for concluding statement of commitment.

§5º. In judging infractions of legal provisions under its jurisdiction, the CVM may reduce, from the penalties applicable, those that have been imposed in the framework of self-regulation.

§6º. In administrative proceedings before the CVM that have as their object the same facts already established within the framework of self-regulation, the maximum penalty provided for in art. 11, §1 of law 6.385, of 1976, shall be calculated by adding the penalty imposed by self-regulation and that applied by the CVM, when they are of the same nature (CVM, 2007).

It is not the role CVM to appeal the decisions of the BM&FBOVESPA Council of Self-regulation, but the investigated entity may do so itself, in order that the penalties are reduced.

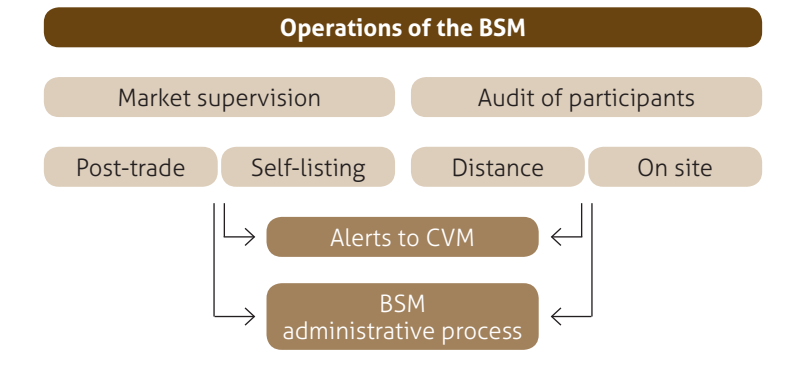
Following, in **Table III.1**, are the main features of the BSM. In practice, the BSM operates on two fronts: market supervision and audit of participants.

This situation is also shown in **Figure III.1**, with the configuration of the operating company.

**TABLE III.1 – CHARACTERISTICS OF THE BM&FBOVESPA
MARKETS SUPERVISION (BSM)**

Characteristics	Description
Functions	• Oversee and supervise market participants and BM&FBOVESPA itself. • Identify violation of the laws and regulations in force, irregular trading conditions or conduct that might jeopardize the regular functioning, transparency and credibility of the market. • Establish and conduct disciplinary administrative proceedings. • Penalize those who commit irregularities. • Administer the Loss Compensation Mechanism (MRP).
Attributes	• Legal personality and own equity. • Independent administrative authority. • Absence of hierarchical subordination. • Fixed mandate and stability of the director of self-regulation and counselors. • Administrative, financial and budgetary autonomy.
Mission	• To ensure the integrity of the markets administered by BM&FBOVESPA.
Objective	• Be a national and world reference in the self-regulation of securities.
Commitment	• Contribute to the improvement of the securities markets, which is the basis for the formation of a large, healthy, modern and safe capital market - which, in turn, is key to the dynamic development of the economy.

FIGURE III.1 – OPERATING PERFORMANCE - BSM



Supervision of the market aims to identify operations, investors and participants who have infringed the provisions of the legislation in force and the standards and procedures of BM&FBOVESPA, especially in relation to exercising irregular activities in the securities market; artificial conditions of demand, supply or price; price manipulation; fraudulent operations; unfair practices and insider trading.

The audit of participants focuses on the inspection of the institutions, with the aim of verifying compliance with laws and regulations. The inspection can be carried out on the premises of the institution or remotely, where physical presence is unnecessary.

Depending on what is being investigated, one of the two methods are used. For example, local assessments search items such as information technology, investment clubs, operating procedures concerning the registration of clients, and receipt and registration or orders, etc. Remote audits analyze BM&FBOVESPA databases, the complaints received from investors or third-party complaints.

If serious signs of irregularity are verified in any supervisory activities, the initiation of administrative proceeding to investigate the violation is proposed and, if necessary, disciplinary measures are applied. These measures are listed in Chapter X of the organization's Bylaws⁸, specific to that subject. As an illustration, there follows a reproduction of Article 30 of that document.

⁸ BSM. *Estatuto social da BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados*. 2014. Available at: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/BSM-Estatuto-Social.pdf>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

Art. 30. The penalties that can be applied by the BSM are:

- I. warning;
- II. fine;
- III. suspension, subject to the maximum period of 90 days;
- IV. temporary disqualification for the maximum term of ten years for senior officers, employees, agents, representatives and representatives of BSM, Supporting Associate and the Participants;
- V. other penalties provided for in the regulatory and operational standards of the BM&FBOVESPA.

§ 1º. The fine provided for in item II of this article shall not exceed the greater of the following values: R\$ 500,000.00 (five hundred thousand reais); 50% (fifty percent) of the value of the irregular operation; or 3 (three) times the amount of the economic advantage gained or loss avoided as a result of the unlawful action.

§ 2º. The Self-Regulation Director may establish a daily fine, which will focus on the day following the end of the period for compliance with the obligation or even the cessation of the practice of acts prohibited by the BSM, not exceeding R\$ 1,000.00 (one thousand reais) per day and up to the maximum limit established in the regulation of BSM.

§ 3º. The resources collected with the fines or terms of commitment shall be mandatorily reverted to BSM's activities or for indemnification of third parties affected (BSM, 2014).

An important point is that the BSM, (unlike ANBIMA, CONAR and SARB), as a statutory self-regulator, has the power to suspend the activities of the participants, if it detects any irregularities. We also emphasize that, for a financial institution to join BM&FBOVESPA, it will necessarily be subject to the guidelines of the BSM. Therefore, it is not a voluntary membership.

In the event of administrative proceedings, it is permitted to contract adjustment of conduct commitment with the institution investigated. These generally cover the participant's agreement to take steps in order to avoid a repetition of the events that justified the initiation of proceedings. The terms sometimes consist of the payment of a monetary amount, which is totally reverted in favor of the improvement and development of the domestic capital market and the improvement of self-regulatory activities of the BSM. The CVM is also advised by the BSM on the matter, according to their operational determinations. More details can be found in the Rules of Procedure of BSM.⁹

⁹ BSM. *Regulamento do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos – MRP*. 2015. Available: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/Novo-RegulamentoMRPpdf>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

Finally, it is important to note that, in addition to this example of statutory self-regulation, the stock market has also developed a voluntary self-regulation created in 2000, for the companies qualified as “new market”. This model involves the creation of governance structures, exceeding the minimum requirements imposed by law. Some of the rules required are mentioned below¹⁰:

- ▶ The capital must be composed exclusively of common shares with voting rights.
- ▶ In case of sale of control, all shareholders are entitled to sell their shares for the same price.
- ▶ The Board of Directors must be composed of at least five members, 20% being independent directors, with the maximum term of two years.
- ▶ Complete financial disclosure must be made, including quarterly reports with demonstration of cash flow and consolidated reports reviewed by an independent auditor.

In this case, companies that meet all these prerequisites may disclose this fact to the public (the seal that certifies that they are part of the “Novo Mercado”), thereby bringing esteem to its corporate image and, as a result, bringing major investment and liquidity.

¹⁰ More details of all the rules: BMFBOVESPA. *Novo Mercado*. Available at: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?idioma=pt-br>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.



Self-regulation in insurance: world

This chapter will address, first, the position of the International Association of Insurance Supervisors (IAIS), the entity which represents regulatory entities from around the world, operating in more than 140 countries, with regard to self-regulation. Following this, the text provides comment on four international experiences in the monitoring of insurance markets (Australia, Canada, USA and Hong Kong). These experiences will not need necessarily deal with self-regulation of insurance distribution, in the strict sense of the term. Nonetheless, the approaches are good references for Brazil, which is contemplating a better approach for this theme. In its final part, the chapter will summarize references on some theoretical work related to the subject matter.

1 Principles of the IAIS

Initially, it is important to note that the self-regulation of the distribution channels is a global concern for managers of insurance supervision.

According to the IAIS, in its traditional guidance text of for insurance markets around the world, called "Insurance Core Principles, Standards, Guidance and Assessment Methodology"¹¹ this aspect is highlighted.

The quoted text lists 26 "Insurance Core Principles (ICP)", addressing a variety of topics relating to the insurance industry. For example, corporate governance, fraud, reinsurance, investment, capital adequacy, transparency, etc. Specifically, number 18, entitled "Intermediaries", interests us most, because it is the distribution channels for products in this sector.

Thus, we reproduce below a relevant section of this topic, which deals with the operation of self-regulatory organizations (SRO).

¹¹ IAIS. *Insurance core principles, standards, guidance and assessment methodology*. 2011. Available at: < http://iaisweb.org/modules/icp/assets/files/Insurance_Core_Principles_Standards_Guidance_and_Assessment_Methodology__October_2011__revised_October_2013_.pdf.pdf>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

Self-regulatory organizations

18.2.15. A self-regulatory organization (SRO) is a non-government organization that exercises some degree of supervisory oversight for an industry or profession. The supervisory functions of a self-regulatory organization can contribute to the supervision of intermediaries through the regulation of its members and requirements for professional standards.

18.2.16. Where an SRO is involved in the supervision of intermediaries, the supervisor should ensure that the SRO meets appropriate standards before being allowed to exercise authority. The supervisor should maintain oversight of the self-regulatory system by verifying that its functions are being performed adequately and that its standards are sufficiently robust and take appropriate action to deal with any shortcomings.

18.2.17. An SRO's regulatory and professional requirements may not address all the aspects of the supervision of insurance intermediaries in which the supervisor has an interest. Therefore, where an SRO shares some of the supervisory responsibility, the supervisor should nevertheless not abdicate its overall responsibility for supervision as a result of the operation of such as system (IAIS, 2011).

Explicitly, the IAIS recognizes the existence and importance of self-regulation in the efficient running of the insurance market and in the distribution of these products, while, on the other hand, not recommending that the supervisor abdicate its ultimate responsibility on the issue in question.

2 Australia

An interesting initiative made in Australia is the text "General Insurance Code of Practice"¹², developed and updated periodically since 1994. This material is promoted by the Insurance Council of Australia (ICA)¹³, the entity that represents insurance companies in that country.

The text is primarily intended to guide its participants (i.e., insurers) on what the procedure should be with regard to policyholders in the various steps of the realization of insurance. For example, in the purchase and

¹² ICA. *General insurance code of practice*. 2012. Available at: <<http://codeofpractice.com.au/assets/documents/Code%20of%20Practice%202012%20-%20FINAL%20.pdf>>. Accessed on: 30 Jan 2016.

¹³ ICA. *Site*. Available at: <<http://www.insurancecouncil.com.au/>>. Accessed on: 30 Jan 2016.

distribution of the product, in the settlement, in the necessary explanations to customers regarding how brokers must act, etc. Several Australian insurers voluntarily participate in this code.¹⁴

In the text, there is a specific chapter on sanctions in case of non-compliance with the code's standards. These are defined by the "Code Compliance Committee", a group composed of three members: a representative of the insurance industry, one from the consumers (chosen by ICA ombudsman service) and an independent member (chosen by mutual agreement between the ombudsman service and the insurance industry).

Below, we cite possible sanctions the Committee can determine, reproduced directly from the Code.

Sanctions

7.22. The Code Compliance Committee may impose one or more of the following sanctions: a) a requirement that particular rectification steps be taken by us within a specified time frame; b) a requirement that a compliance audit be undertaken; c) corrective advertising; and/or d) publication of our non-compliance (ICA, 2012).

As can be noted, the committee responsible for ensuring that the code of compliance has strong powers, to the extent of requesting an audit of the insurer or even corrective advertising. According to the ICA, the text should serve as a basis for self-regulation of the insurance industry, itself, as a whole¹⁵. Thus, in this case, insurers are creating their own code and punishing companies that fail to comply with it.

3 Canada

In the Canadian market, there is an entity, Canadian Insurance Services Regulatory Organizations (CISRO)¹⁶, consisting of institutions for self-regulation and official oversight (in all there are 15 members) who are dedicated to the development of consistent standards of qualification and practice for insurance intermediaries operating in area of insurance of persons and property. This subject is so important that it deserves special attention in the monitoring, i.e. its own specific entity.

¹⁴ GENERAL INSURANCE CODE OF PRACTICE. *Subscribers to the code*. Available at: <<http://codeofpractice.com.au/about-the-code/subscribers-to-the-code>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

¹⁵ ICA. *New general insurance code of practice sets benchmark in industry self-regulation*. 01 Jul. 2014. Available at: <http://www.insurancecouncil.com.au/assets/media_release/2014/code%20of%20practice/140701%20Code%20of%20Practice.pdf>. Accessed on: 30 Jan 2016.

¹⁶ CISRO. *Site*. Available at: <<http://www.cisro-ocra.com/>>. Accessed on: 30 Jan 2016.

The main responsibility of CISRO members is to administer the regulatory system applicable to insurance intermediaries under its authority. Although its members cannot enact legislation, they are the key advisers to their governments on regulatory issues related to insurance intermediaries.

CISRO fulfills its mission through meetings, conference calls and a constant communication between its participants, which offer opportunities for sharing information and working together in collaboration to develop coordinated solutions to common regulatory issues.

In general, there is also a Canadian tradition of co-participation and self-regulation of the insurance industry in this monitoring, a partnership between the public and private sectors. As an example of this, we have extracted the following words from a text of the insurance market analysis of that country, cited in the references.

The industry much prefers to engage in maximum self-regulation, rather than the imposition of more remote and often less flexible, or less timely, rules imposed by governments. Historically, this approach has been very effective in the case of industry wide associations that meet regularly to identify and address areas of concern (ADVOCIS, 2007).¹⁷

Another interesting example of co-participation is the Registered Insurance Brokers of Ontario (RIBO)¹⁸, which, we note, is also a member of CISRO. RIBO represents the registered insurance brokers of Ontario, the main province of Canada. Is a self-sustaining and self-governing organization for brokers, being established by the Ontario Government in 1981 to protect the public during insurance operations. It regulates the granting of licenses, professional competence, ethical conduct and insurance related to the financial obligations of all independent insurance brokers in its area.

It is led by a council composed of 13 people: nine elected brokers and four public members appointed by the deputy governor on the Council. Accordingly, it is a hybrid administration, public and private. In practice, the RIBO council functions like a board of directors of any company, overseeing the management and affairs of the corporation and responsible for setting policies and guidelines. Its main authority is exercised through three committees: "Qualification and Registration", "Complaints" and "Disciplinary Committee".

¹⁷ ADVOCIS. *An overview of the financial and insurance industry*. 2007. Available at: < https://www.combined.ca/documents/training/Financial_Insurance_Industry.pdf >. Accessed on: 30 Jan 2016.

¹⁸ RIBO. *Site*. Available at: <www.ribo.com>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

The first (qualifications and registration) sets the standards necessary for operating in that profession. The Complaints Committee investigates allegations of misconduct brought against a broker to determine if there is enough evidence to refer the complaint to the Disciplinary Committee, which holds a hearing similar to a trial in civil court to assess whether a broker is innocent or guilty of the allegations outlined in the complaint. Whenever a broker is found guilty, the Disciplinary Committee may impose appropriate sanctions, ranging from a reprimand to revocation of the broker license.

As previously mentioned, RIBO is self-funded, garnering its operating costs through enrollment fees paid by each brokerage firm and individuals licensed to sell insurance in the province of Ontario.

Here, in summary, two aspects need to be highlighted in this analysis of Canada's insurance market. First, the concern of the institutions responsible for the regulation of the "distribution of insurance", with the creation of a specific organ of control for this purpose. Second, the use of a model in which the state and the private sector can work in a very integrated way.

4 USA

In the U.S., regulation of the insurance industry is the jurisdiction of the state¹⁹. As a result, those responsible for the distribution of insurance products (agents and brokers) must be licensed to do business in the state where they are located. Naturally, to obtain this license, they must meet several requirements, such as vocational education, technical knowledge, etc. In general, most states have based their rules and regulations on the laws of the National Association of Insurance Commissioners (NAIC)²⁰, that also uses adjunct institutions for the better development of this venture.²¹ Some states, however, may have unique, specific requirements for brokerage firms operating there.

Although there is still no national system for the regulation and licensing of insurance distribution, over the years there have been efforts to make this a more uniform mechanism, thus speeding up the approval process. For example, in 1999, the National Association of Registered Agents and

¹⁹For more details: III. Insurance Information Institute. *Buying insurance: evolving distribution channels*. 2015. Available at: <<http://www.iii.org/issue-update/buying-insurance-evolving-distribution-channels>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²⁰NAIC. *Site*. Available at: <<http://www.naic.org/>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²¹NIPR. National Insurance Producer Register. *Site*. Available at: <http://www.nipr.com/index_sitemap.htm>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

Brokers (NARAB)²² was established. Since then, the momentum has continued with the adoption of several laws accordingly.²³

We can say that, currently, this issue is a major concern for this sector in the U.S. Due to the fact that approval depends on the consents of the states, the deadlines for the implementation of standardization throughout the country are a little longer. However, the goal remains the same: to seek uniform standards, so there is simplification and reduction in costs. Accordingly, brokers and agents may act more efficiently in all regions.

5 Hong Kong

In Hong Kong, a region belonging to China but with special administration, the self-regulation scheme for insurance distribution is used intensively.

Even with its limited geographical size, the insurance market is very relevant, with a history going back 170 years, 157 insurance companies authorized to operate, 90,000 companies and individuals intermediating their products, in addition to nearly \$US 50 billion in sales awards per year.^{24, 25, 26}

In the region, following the pattern of many countries, an insurance intermediary can be an agent or an independent insurance broker. The agent is connected directly to an insurance company, selling specialized products only on behalf of that company. An insurance broker acts on behalf of insurance buyers, working with a variety of companies.

²² NAPSLO. National Association of Professional Surplus Lines Offices Ltda. *National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB)*. Available at: <[https://www.napslo.org/wcm/Legislative_Advocacy__PAC/NARAB_Implementation.aspx?hkey=4929bb49-1a7b-4a55-bb73-2493d731026f](https://www.napslo.org/wcm/Legislative_Advocacy__PAC/NARAB_Implementation/wcm/Legislative_Advocacy__PAC/NARAB_Implementation.aspx?hkey=4929bb49-1a7b-4a55-bb73-2493d731026f)>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²³ NATIONAL ASSOCIATION OF REGISTERED AGENTS AND BROKERS REFORM ACT OF 2013. In: WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2016. Available at: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=National_Association_of_Registered_Agents_and_Brokers_Reform_Act_of_2013&oldid=701317262>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²⁴ OCI. Office of the Commissioner of Insurance. *Site*. Available at: <<http://www.oci.gov.hk/about/index.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²⁵ HKTDC. *Insurance industry in Hong Kong*. 2015. Available at: <<http://hong-kong-economy-research.hktdc.com/business-news/article/Hong-Kong-Industry-Profiles/Insurance-Industry-in-Hong-Kong/hkip/en/1/1X000000/1X003UWM.htm>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²⁶ IEC. Investor Education Centre. *A quick guide to Hong Kong's financial system and services*. Available at: <<https://www.hkiec.hk/web/common/pdf/publication/en/IEC-quick-guide-to-hk-financial-system-and-services.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

All insurance agents must be registered by the Insurance Agents Registration Board (IARB), created by the Hong Kong Federation of Insurers, (HKFI), which is a federation of the insurance companies of Hong Kong, under the system of self-regulation of insurance intermediaries. The IARB is approved by the Government to implement and administer the "Code of Practice for the Administration of the Insurance Agents". When the IARB considers that a complaint is substantiated, it may take disciplinary action against insurance agents. Some examples: issuance of reprimand, suspension, cancellation or other actions, as desired by the IARB²⁷.

Independent insurance brokers need to become a registered member in one of the two existing associations: The Hong Kong Confederation of Insurance Brokers (HKCIB) or Professional Insurance Brokers Association (PIBA). To be a party to any of these associations it is also necessary to have minimum requirements such as experience, adequate capital, professional liability insurance, etc. If there is any irregularity, these entities judge its members by applying, if necessary, the appropriate sanction.

A very interesting point for studies and monitoring of the insurance distribution market in Hong Kong is that in all these institutions of self-regulation, there are various performance statistics, available in detail, including the type of offence, sanctions, etc. That goes for both brokers²⁸ and for the agents. For example, according to the HKFI statistics²⁹, there were 80,000 registered agents in 2015 and, on average, 1000 complaints that year. Of these complaints, about 400 were judged (i.e. turned into processes). This generates a statistic of 0.50%/professional processes per year³⁰. This transparency is important for the sector.

²⁷IEC. *Regulation*. Available at: <<http://www.hkiec.hk/web/en/insurance/regulation/regulation.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²⁸PIBA. Professional Insurance Brokers Association. *Statistics*. Available at: <http://www.piba.org.hk/index.php/en/statistics?option=com_extra&page_id=statistics>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

²⁹HKFI. Hong Kong Federation of Insurers. *Site*. Available at: <<http://www.hkfi.org.hk/#!/insurance-agent/index>>.

³⁰As will be seen in next chapter, this value is well above the figures for Brazilian insurance brokerage, in an analogous situation.

6 Theoretical discussion

The subject of the utilization of self-regulation in the insurance distribution market consistently appears in international technical literature. However, as it is complex and still new to many markets, there is an enriched discussion of the subject.

The approach itself is not closed because, in many countries, adjustments and attempts are still being applied to the development of a better supervisory model. Nonetheless, what can be observed is encouragement for its use by many regulators, because they believe that the insurance market will not be able to do without such a mechanism in the future.^{31, 32, 33}

Many texts question whether, in modern and fast society, the State, acting alone, has the ability to regulate, supervise and monitor, efficiently, proactively and at a reasonable cost, a varied and complex insurance market, without the help of its own participants. A statement made in one of the texts cited in this item is that when any industry operates only based on compliance with rules set by the government without the participation of members being inspected, the risk of fragility can be high.

The great difficulty in this process is to find the ideal setting in this public-private interaction, that is, find out how the private sector can operate as an adjunct or auxiliary element of this oversight. For many, the State can, in some manner, dispense with its role as supervisor of the whole system.^{34, 35, 36}

³¹ NORTON ROSE FULBRIGHT. 2015 – what is on the horizon for the insurance industry? Available at: <<http://www.nortonrosefulbright.com/knowledge/publications/125857/2015-what-is-on-the-horizon-for-the-insurance-industry>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

³² MOSE, Victor; KULوبا, Robert. 2013 *Kenya insurance industry outlook*. Nairobi: IRA, 2013. Available at: <<http://www.ira.go.ke/attachments/article/105/2013%20Kenya%20Insurance%20Industry%20outlook.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

³³ POWLAY, John. Regulating for consumer protection in private health insurance – can industry self-regulation work? *The Australia health consumer*, n.2, p. 7-9, 2005-2006. Available at: <<https://www.chf.org.au/pdfs/ahc/ahc-2005-2-regulating-consumer-protection.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

³⁴ GRACE, Martin F. Who should regulate the insurance industry? *Lexis Nexis*, 9 ago. 2009. Available at: <http://www.lexisnexis.com/legalnewsroom/insurance/b/insurance-law-blog/archive/2009/09/08/who-should-regulate-the-insurance-industry_3f00_.aspx>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

³⁵ MENON, Jaya Smitha. Insurance companies should practice self-regulation. *International Finance Magazine*, 17 Feb. 2015. Available at: <<http://www.internationalfinancemagazine.com/article/Insurance-companies-should-practice-selfregulation.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

³⁶ BOOTH, Philip. Lessons from history show self-regulation to be the best kind of control. *The Telegraph*, 08 ago. 2010. Available at: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/7933318/Lessons-from-history-show-self-regulation-to-be-the-best-kind-of-control.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

Important representative entities of society, such as the World Bank and European insurers have a similar vision when they publish work on this theme. That is, they believe the use of self-regulation is positive in markets, without neglecting the importance of the public sector in this supervision.^{37, 38}

In summary, there is optimism for self-regulation in the insurance business and, specifically, in the distribution of that product. It is viewed as something positive which should be utilized, but some care, as previously cited here, also need to be considered.

³⁷ CEA. CEA response to call for evidence. Need for a coherent approach to product transparency and distribution requirements for "substitute" retail investment products? *Position paper*. 2008. Available at: <<https://circabc.europa.eu/sd/a/05993d21-f826-4495-be8f-1ac661ca726a/CEA%20-%20European%20insurance%20and%20reinsurance%20federation%20-%20SRIPs.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

³⁸ BOSSONE, Biagio; PROMISE, Larry. The Role of Financial Self-Regulation in Developing Economies. *Financial Sector*. Available at: <<http://www1.worldbank.org/finance/html/self-regulation-in-developing-.html#author>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.



Supervision of insurance brokers: Brazil

This chapter is divided into three items. First, the analysis of the main legal topics. Following this is a statistical comparison with other professional sectors. Finally, the position of the International Monetary Fund (IMF) on the supervision of insurance brokers in Brazil.

1 Legislation

CNSP Resolution nº. 243, of 2011, is the basic legislation governing administrative sanctions in the framework of insurance activities in general (including the brokerage sector) and disciplines the investigation and sanctioning process.³⁹

Below, in **Table V.1**, we present a summary of some aspects of that legislation, in topics in which there are references to possible violations by insurance brokers.

In **Table V.2**, we describe the specific offenses applied to insurance brokers, using information extracted from the same resolution.

TABLE V.1 – RESOLUTION Nº 243/2011 – TOPICS RELATING TO LEGISLATIVE PENALTIES APPLIED TO INSURANCE BROKERS – SELECTED TOPICS

Topic	Some features	Legislation reference
Possible penalties to brokers	Fine, suspension (up to six months) and cancellation of registration.	Art. 2º, § 1º

³⁹CNSP. *Resolução CNSP nº 243, de 2011*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=28856>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

TABLE V.1 – RESOLUTION Nº 243/2011 – TOPICS RELATING TO LEGISLATIVE PENALTIES APPLIED TO INSURANCE BROKERS – SELECTED TOPICS

Topic	Some features	Legislation reference
Penalties applicable	For each type of infraction there are several types of sanction, with diverse penalties.	Arts. 9 to 16
specific violations of intermediation	For example, not reporting correctly to the insured or the insurer.	Arts. 50 to 59
Relationship with self-regulatory organization	Failure to observe the obligations assumed with the self-regulatory entity of the brokerage market which functions as an adjunct organ of SUSEP.	Art. 71
Initiation of proceedings	The process may begin with the infraction notice, complaint or representation.	Art. 86
Process by infraction notice	During the on-site audit activity.	Arts. 87 to 94
Complaint procedure	Any person can perform this.	Arts. 95 to 98
Representation procedure	Any servant can perform this.	Arts. 99 to 100
Operating procedures	Administrative sanctions procedures will be processed in the first instance within SUSEP, and in second and last instance in the National System Resources Council of Private Insurance, Capitalization and Open Pension Funds – CRSNSP.	Art. 122

**TABLE V.2 – RESOLUTION N° 243/2011 – SPECIFIC INFRACTIONS
BY INSURANCE BROKERS – ARTS. 50 A 59**

Possible Infractions

Transferring responsibility for insurance or replacing the responsible insurance company, in the term of the policy without the prior consent of the policyholder, as required by law.

Failure to inform the insurer or reinsurer, as soon as becoming aware of the occurrence of any accident or expectation of a claim concerning the insured group, in cases where it is your responsibility to do it.

Failure to provide the policyholder, where requested, with any information relating to the insurance contract.

Failure to inform the policyholder about the deadlines and procedures for the settlement of claims.

Failure to pass on the policyholder all the communications or notices concerning the policy, in cases where it is directly responsible for its administration.

Distorting or omitting information to the insurer or reinsurer society necessary for the analysis and acceptance of risk or in settlement of claim.

Failure to pass immediately to the insurer, reinsurer, society of open private pension or savings bonds, in the form of legislation, the monies received by intermediation activity.

Charging the policyholder any other value relative to the insurance, in addition to those specified by the insurance society

Exercising brokerage activity with professional ties, in violation of the law, with insurance companies, reinsurance, capitalization or open private pension.

Broker reinsurance with foreign reinsurers that does not meet, when required by law, the requirements to operate in the country.

This resolution, which lists the punishments, also has a chapter on self-regulation, Chapter VIII (entitled "Self-regulatory entities"), as can be seen in the transcript of Articles 146 to 148, below.

Art. 146. The self-regulatory entities may establish standards of conduct and apply penalties of a private nature to its member, in accordance with the Statutes.

§ 1º. The self-regulatory entities may apply, as provided in their voluntarily established rules, the imposition of fines, suspension from exercising activity or profession or cancellation of registration, among others.

§ 2º. The self-regulatory entities in the event of the preceding paragraph, will punish brokers and their agents for the facts during the binding period to that entity even if they are deleted it or voluntarily revealed.

§ 3º. The self-regulatory entities shall observe the principles of ample defense to the contrary, the due process of law, procedural economy, reasonableness and proportionality, having as reference the procedural rules established by CNSP, by SUSEP and those provided for in Federal legislation for the administrative sanction process.

§ 4º. The judgments given by the self-regulatory bodies cannot be appealed to SUSEP or CRSNSP or to the National System Resources Council of Private Insurance, Capitalization and Open Pension Funds – CRSNSP.

§ 5º. SUSEP can annul decisions given on self-regulation whenever it is understood to be in violation of due process rights ample defense to the contradictory, or when the sanction imposed is manifestly inappropriate or disproportionate.

§ 6º. Subject to the assumptions laid down in the preceding sub-paragraph, the conviction within the framework of self-regulation will be considered for purposes of antecedents and, where definitive, characterization of recurrence.

§ 7º. The monies collected by way of a sanction, in the manner of this article, constitute receipt from the self-regulatory bodies.

Art. 147. The application of private sanctions by a self-regulatory body does not exclude actions by SUSEP, which may apply administrative sanctions itself, where there has been insufficient or inadequate understanding of the decision within the framework of self-regulation.

Sole paragraph. When judging a sanction process that has as its object the violation of rules in the brokerage market, SUSEP shall consider, for the purposes of the symmetry, and paying attention to the principle of proportionality, the penalties imposed in the framework of self-regulation.

Art. 148. The self-regulatory entities of the brokerage market and their officers, directors, ombudsman and contractors shall apply the penalties provided for in Art. 2 of this Resolution where, by intent or gross error, they fail to comply with their duties, fail to prosecute and punish members of the organization, when they should do so, or where they do insufficiently or inadequately, in the judgment of the SUSEP (CNSP, 2011).

In summary, we emphasize that the insurance brokers self-regulatory body can apply punishments according to its rules and the period in which the broker is linked to the entity. The penalties are fines, suspension of exercising activity or profession, or cancellation of registration, among others. It is noticed that these penalties are heavier than in other "self-regulation" models for which the maximum punishment is exclusion of the entity. For example, see the situation from the Banking Self-regulation System (SARB) previously mentioned.

As contained in § 5 of Art.146 of the CNSP Resolution 243/2011, SUSEP may overturn the judgements of the self-regulatory entity "whenever it is understood that rights to due process or a contradictory and full defense are violated, or when the penalty imposed is manifestly inappropriate or disproportionate". Therefore, the existence of self-regulation in insurance brokerage does not exclude the performance of SUSEP.

2 Statistics

Other important information relevant to this topic refers to insurance brokerage supervisions' own statistics⁴⁰. As sometimes the information encountered year after year is not the same, there is some difficulty in making accurate and historical data.

So, despite this constraint, below we have an overview of the numbers, based on various management reports of the cited authority:

- ▶ There are approximately 80,000 insurance brokers in Brazil. 50,000 are individuals and 30,000 are agents for companies.
- ▶ In 2009, there was only one on-site inspection. In 2011, there were 11. In 2013, 12 were carried out.

⁴⁰ The information obtained is taken from Susep's "Service Management Reports" covering several years, and produced by the that authority.

- ▶ In 2010, 57 cases by the Collegiate Board of SUSEP were judged involving insurance brokers, out of a total of 264 cases (including other entities, such as insurance companies, for example). In 2011, the figures were 68 and 195, respectively.
- ▶ On average, there are 1500 attendances to the public by the authority each year on the topic “insurance broker”.
- ▶ In 2011, there were 11 uncontested fines for insurance brokers (seven individuals and four companies). In 2013, there were eight penalties for insurance brokers in these same conditions.

In summary, from the preceding paragraphs, we can synthesize, statistically, the oversight of insurance brokers in Brazil in the following scenario: from a total of 80,000 brokers in Brazil, between individuals and legal entities, about 10 on-site inspections occur each year and on average, ten fines (uncontested) and 60 cases are judged by the Collegiate Board of SUSEP. In other words, even from these numbers on the oversight of insurance brokers, we can develop the indicator *processes/number supervised*, which will be equal to 0.075% per annum. Specifically, 60/80,000.

This indicator is interesting because it can be compared to other business and professional sectors. For example, in 2014, there were 626 cases for medical error registered in the Superior Court of Justice (STJ). In the same period, 18 medics had their medical registration revoked and 625 received other punishments, according to the Federal Council of Medicine (CFM). The reasons were imprudence, malpractice or negligence, practices that characterize medical error. As there are currently 430,000 doctors in Brazil, we now have a proportion of *processes/number supervised* of approximately 0.150% per annum (600/450,000), twice the statistics found for insurance brokers.

We emphasize that this statistical information is not so easy to obtain, since it is not usually disclosed by federal or state boards of professions. Nonetheless, after some research, it is possible to reveal another number as a comparison, from an article published in a newspaper specifically printed in the state of Paraná, with data from various trade union categories, using figures for 2009⁴¹.

⁴¹ AZEVEDO, Gabriel. Cassação alcança só 1% dos profissionais. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 Jul. 2010. Available at: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cassacao-alcanca-so-1-dos-profissionais-3gpbpyo7brikacw6ol8sk75lji>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

This situation is shown in **Table V.3**, given below:

TABLE V.3 – PROCESSES IN TRADE UNION ACTIVITIES – PARANÁ – 2009

Data from 2009	Professionals (PRO)	Complaints (D)	Processes (PCS)	D/PRO	PCS/PRO
Engineers	53.520	3.478	203	6,499%	0,379%
Medicine	18.222	580	100	3,183%	0,549%
Dentistry	22.083	163	129	0,738%	0,584%

In analyzing this data, the first aspect to highlight is that all of the professions mentioned in the table are already governed by a Federal Council, which does not happen in the class of brokers.⁴²

From the figures, we see that, on average, from 0.4% to 0.6% of these professionals in Paraná underwent some form of process in the year 2009 (PCS/PRO, from the previous table). So, on average, one in 200 professionals underwent at least one process per year in that state. Comparing the numbers, this ratio is five to six times greater than in the case of insurance brokers. Without doubt, it is a significant difference.

The evaluation of a situation with using only one indicator is always complicated and error-prone. Nonetheless, we believe that this kind of indicator is an important part of this study's analysis, because it could signal, theoretically, a difference in the degree of rigidity regarding the supervision of brokers, compared to other professional sectors. We emphasize, however, caution with this comment, because there is a need for further measures to achieve a more accurate conclusion.

⁴² There is a claim by Fenacor to create a Federal Council for Insurance Brokers, and the Bill is in the House. Such a claim, however, was not met by the Federal Government, for this is contrary to the creation of new class councils.

3 The opinion of the IMF

Complementary to this subject, another appropriate point with regard to oversight of insurance brokers in Brazil is the analysis made by the International Monetary Fund (IMF), in its study "IAIS Insurance Core Principles - Detailed Assessment of Observance, Brazil", 2012⁴³. The study evaluated insurance in Brazil in light of the 26 IAIS guidelines - published in its "Core Principles, ICPs" - as previously mentioned.

The text is long, evaluating each of the topics specifically and then making suggestions. Thus, we reproduce below only the analysis and suggestions made by the IMF on the supervision and monitoring of Brazil's insurance brokers.

Brazil – Summary of Observance of the Insurance Core Principles

Currently around 88 percent of the insurance business is sold by around 70 thousand active brokers, but the supervision and disclosure requirements are thin:

- Brokers are not required to submit financial and operational information of a nature that will demonstrate that consumer funds are not being misdirected or miss-used. The submitted information could be verified on a spot check basis by SUSEP – or even just required that to be available, for production on request by SUSEP.
- SUSEP does not perform onsite inspections on a regular basis but it analyses all complaints received against brokers and performs onsite inspections in those cases if deemed necessary.
- There are no requirements for insurance intermediaries to apply appropriate corporate governance.
- SUSEP has not developed specific requirements for the intermediation of insurance.
- There is no legal requirement that a broker who handles client monies must have safeguards in place to protect these funds.
- Only reinsurance brokers but not insurance brokers are required to obtain professional liability insurance and any reinsurance contract contains the intermediation clause, i.e., "payment to the reinsurance broker constitutes payment to the reinsurer" (FMI, 2012).

⁴³ FMI. *Brazil: Detailed assessment of observance of insurance core principles of the International Association of Insurance Supervisors*. 2012. Available at: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12334.pdf>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

Brazil – Recommendations to Improve Observance of ICPs

SUSEP needs to strengthen the supervision and inspection of brokers. SUSEP should urgently implement the self-regulation activity by publish missing regulation for the brokers' self-regulation entity created by CL 137 to start supporting a tighter supervision of the insurance intermediation, including adding the intermediation clause for insurance brokers. A mandatory affiliation to the self-regulating entity of all brokers together with strong governance and supervision of the entity by SUSEP is recommended (FMI,2012).

We have to recognize that the IMF is rigid and perhaps commits injustices at one point or another. Nevertheless, an important conclusion to be drawn from this opinion is that, while criticizing the oversight, the IMF recommends the mandatory inclusion of all insurance brokers in the self-regulatory sector. As noted throughout this text, this is a stronger stance than the country's current legislation on this matter.



IBRACOR: the brazilian example

Supplementary Law nº 137/2010⁴⁴ altered the provisions of Decree-Law nº 73/66 and Supplementary Law nº 126/2007 to establish self-regulation in the insurance brokerage market. We emphasize that, unlike other self-regulators in Brazil (ANBIMA, for example), self-regulation of the brokers was established legally (by a Supplementary Law⁴⁵) and infra-legally (CNSP Resolution and SUSEP Circular nº 435, of 2012).

This framework had the objective of producing new regulations with regard to discipline, oversight and punitive models for brokers, representing a breakthrough in the relations of these professionals with their market peers, consumers and society itself. This self-regulation consisted of the establishment of rules and codes of conduct for the members of a professional category, as well as the power to monitor compliance and impose sanctions, all, of course, in strict observance of regulatory laws and standards. Thus, through this self-regulation, there will be the standardization of inspection procedures and preventive measures that can best regulate insurance brokerage activity and, principally, create opportunities to analyze and judge more quickly the complaints of insurance consumers.

The increase in SUSEP's role over the last few years (for example, a greater amount of supervised markets, development of new rules of control and solvency, product launches, etc.), improvement of professionalism in the intermediation of insurance products offered, the significant growth in brokers framework, the need for greater structure and resources to oversee the large number of brokers registered with the authority (remember again, 80,000, distributed in almost all municipalities in the country), a situation now made worse by the economic crisis Brazil is experiencing, not to mention suggestions made by international organizations (IAIS, IMF, etc.), all these points brought about the legal institution of an auxiliary mechanism of self-regulation for the brokerage markets, materialized, in fact, in the devices of Supplementary Law nº 137/2010.

⁴⁴BRASIL. *Lei Complementar nº 137, of 26 of Augsut, 2010*. Available at: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp137.htm>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

⁴⁵For approval, the Supplementary Law needs an absolute majority in Congress. The Ordinary Law requires only a simple majority.

To this end, by the aforementioned Supplementary Law, the CNSP's duties were expanded so that such a body would also have the power to:

- ▶ Set the conditions for the establishment and extinction of the brokerage market self-regulators, in a legal form, and organs of administration and its fulfillment.
- ▶ Regulate the exercising of disciplinary powers that the self-regulatory brokerage market has over its members, impose penalties and cases of exclusion.
- ▶ Discipline the administration of the self-regulatory brokerage market, fees, commissions and other costs charged by these entities, if applicable.

In this scenario, the self-regulatory entities must have administrative, financial and patrimonial autonomy, operating under the supervision of SUSEP, applying the rules of penalties, as well as their responsibility as adjunct organs of authority to supervise its members and the brokerage operations they perform.

Table VI.1 shows the basic infra-legal legislation, issued by CNSP and SUSEP, with regard to insurance brokerage self-regulation.

**TABLE VI.1 – BASIC LEGISLATION – SELF-REGULATION
– INSURANCE BROKERS**

Legislation	Description
CNSP Resolution nº 233, of 2011 ⁴⁶	Regulates the conditions of formation, organization, operation and termination of self-regulatory entities of the market of insurance brokerage, reinsurance, capitalization and open private pensions, as adjuncts to SUSEP, and other matters.
CNSP Resolution nº 251, of 2012 ⁴⁷	Ratifies CNSP Resolution nº 233, of 2011, with adjustments.

⁴⁶ CNSP. *Resolução CNSP nº 233, de 2011*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=27874>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

⁴⁷ CNSP. *Resolução CNSP nº 251, de 2012*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29316>> Accessed on: 01 Feb. 2016.

**TABLE VI.1 – BASIC LEGISLATION – SELF-REGULATION
– INSURANCE BROKERS**

Legislation	Description
SUSEP Circular nº 435, of 2012 ⁴⁸	Regulates the conditions for the establishment, organization, operation and termination of self-regulatory bodies, as adjuncts to SUSEP, and for the performance of activities of self-regulation of the market of insurance brokerage, reinsurance, capitalization and open private pension, the dealing CNSP Resolution nº 233, of 2011.

As an illustration, we point out some points of the legislation cited:

- Self-Regulatory entities cannot refuse admission to a member of the brokerage market, except where it has committed in the past five years, crime or offense, administrative or statutory, subject to expulsion under its statute (Art. 7º, CNSP Resolution nº 233/2011).
- The conviction decision may be appealed within the self-regulating entity itself, being non-appealable to SUSEP or the National System Resources Council of Private Insurance, Capitalization and Open Pension Funds – CRSNSP (Art. 21, CNSP Resolution nº 233/2011).
- SUSEP may terminate, by official letter, the decisions rendered by self-regulation whenever they are deemed to violate the rights to due process, contradictory and full defense or when the penalty imposed is manifestly inappropriate or disproportionate (Art. 24, CNSP Resolutionº 233/2011).
- self-regulating entity: entity established with legal personality under private law authorized to operate as an adjunct to SUSEP, as provided in this resolution, with the task to monitor, prosecute, judge and impose penalties for violations of rules of conduct, which it has voluntarily established and also those provided by law, committed by its associate members (Art. 2º, CNSP Resolution nº 251/2012).

⁴⁸ CNSP. *Resolução CNSP nº 435, 2012*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29492>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

- The self-regulatory bodies should send to SUSEP, by the 15th of January of each year, detailed information about their activities in the previous year, consisting of: I - number of inspections carried out in the period; II - names and registration numbers or description of supervised members, demonstrating compliance with the submitted oversight plan or, in the case of non-compliance, submit duly substantiated reasons. III - the number of complaints/reports received from associate members; IV - number of complaints/complaints received and resolved in the framework of the Ombudsman's Office of the entity (Art. 16, SUSEP Circular nº 435, de 2012).

Thus, from the above regulatory framework, the Brazilian Institute of Self-Regulation for Markets of Insurance Brokerage, Reinsurance, Capitalization and Open Pension Funds (IBRACOR) was created.

IBRACOR's Constitution Assembly was held on 1st July 2013 at the headquarters of the National Federation of Insurance Brokers (FENACOR). It was composed of the founders and maintainers (FENACOR and affiliated unions)⁴⁹. In October 2013, by means of an Ordinance published in the Official Gazette (DOU), SUSEP approved the operation of IBRACOR, its Bylaws, and ratified the election and investiture of the, then, members of the Board of Directors, the Audit Committee and the Ombudsman, regular and alternate. The Ordinance entered into force on 15 October 2013. The current maintainers of IBRACOR are FENACOR unions and insurance brokers connected to it.⁵⁰

Bear in mind that IBRACOR is an entity established with legal personality under private law, although there is legal provision for both (Supplementary law No. 137/2010), by the civil law, and the nature of the associations places it in the voluntary self-regulation model, with the participation of the brokers also voluntary⁵¹.

Explicitly, if insurance brokers do not wish it, they need not participate in IBRACOR's self-regulation, although the advantages of IBRACOR inclusion are numerous, consistent with the tendency of most modern insurance markets, as already mentioned in the text. Not least because the purpose of such an institute is to consistently perform, together with its associated brokers, a preventive oversight, better direction and instructing of

⁴⁹ With the exception of SINCOR/CE and SINEC/RN. SINCOR/RJ, although not affiliated with FENACOR, joined the board of maintainers of IBRACOR, in November/2015.

⁵⁰ IBRACOR operates in Rio de Janeiro, at Rua Senador Dantas, nº 74, 10º andar, Parte.

⁵¹ The Civil Code of 2002 establishes only the possibility of establishment of companies, foundations and associations. IBRACOR belongs to the last group.

such professionals, thus avoiding the application of penalties, unless there is effective condemnation, while observing all the circumstances of a broad defense.

Another important aspect of this matter, that boots the effective functioning of IBRACOR, was the signature of the Adjustment of Conduct Commitment Agreement (TAACF) at the end of 2015, establishing the institute as the only brokerage self-regulator in Brazil⁵². This document was signed by the principle entities in the sector, in order to enhance such oversight mechanism, unifying and strengthening this strategy.

⁵² SUSEP. *Corretores chegam a consenso e resolvem ter uma única autorreguladora*. Available at: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/noticias/corretores-chegam-a-consenso-e-resolvem-ter-uma-unica-autorreguladora>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.



Final comments

This text had the objective of addressing several aspects of the oversight and monitoring of insurance distribution and, in more detail, the methodology of self-regulation applied to insurance brokers. Matters discussed over the course of this study include, for example, the theme's theoretical concepts, and examples of self-regulation in Brazil (applied outside the insurance market) and abroad (applied in the insurance market of selected countries). Were also cited reviews by important international bodies on the subject, such as IAIS and IMF⁵³. Finally, we analyzed how the oversight of brokers currently functions in Brazil and, specifically, the history of the creation of IBRACOR and its situation today.

Hence, from these topics, we may conclude:

- Initially, it is important to note that, strictly speaking in terms of supervision and oversight of insurance distribution in Brazil, the best model would be the existence of a Federal Council of Insurance Brokers, as was tenaciously considered in the past by political leaders in this economic category. It's still a fair claim, because other professional sectors, of an almost similar size to the brokerage sector, already have this possibility⁵⁴. Furthermore, with such a Council, there would be more effective legal instruments for that purpose. Currently, however, this option has not yet been realized, due to lack of interest of the part of the Government. The policy and the initiative in this matter are in the competence of the Executive Power, which is strongly opposed to the creation of new Federal councils for professional classes.⁵⁵

⁵³ There are favorable positions about this subject also from the Pan-American Confederation of Insurance Producers (COPAPROSE) and Association of Latin American Insurance Supervisors (Assal).

⁵⁴ LOUZAS, Rodrigo. Number of architects and city planners operating in the country grows 12% in 2013, according to CAU/BR. *Portal PINIWeb*. 03 Feb. 2014. Available at: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/numero-de-arquitetos-e-urbanistas-atuantes-no-pais-cresce-12-304779-1.aspx>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

⁵⁵ It is worth noting the fact that the current president of FENACOR when sworn in as Superintendent of SUSEP, personally made several attempts, in conjunction with the Ministry of Finance and Casa Civil of the Republic, to proceed with the creation of the draft Federal Council of Insurance Brokers, whose final wording included the completion and support of the Ministry of Labor and Employment. So, in the face of the demonstrated resistance demonstrated, a viable alternative emerged for inclusion and discipline of insurance brokerage market self-regulation in Supplementary Law nº 137/2010.

- In the past, the oversight and supervision of brokers was the exclusive domain of SUSEP. However, this authority itself, the IMF, the IAIS, the representative bodies of this class, and even by statistical comparison with other professional sectors, indicated that this model would no longer be sufficient to fully manage and supervise a sector as complex as we have in Brazil. In the face of all these opinions, the creation of the IBRACOR was authorized.
- By the circumstances of the current legislation, this self-regulatory organization must operate as a voluntary model. Verifying if this is, indeed, the best choice generates a good deal of discussion, covering various fields of knowledge, especially legal, economic and administrative. While recognizing the legal rationale for the current choice, we cannot but agree that there are two economic problems arising from this option:
 1. First, we are talking here about a market of 80,000 brokers (individuals and companies) to be monitored. Of course, we have a practical problem, because it will not be easy to convince this group, scattered in every municipality of a country of continental dimensions, to enter into this new regime⁵⁶. For example, just as a reference, the other self-regulators operating in Brazil on a similar model (ANBIMA or CONAR) have a maximum of 500 members, not to mention that their participants are much larger-sized companies. The Brazilian insurance brokers are basically made up of micro-enterprises, according to the text "Estudo Socioeconômico das Empresas Corretoras de Seguros, [Socioeconomic study of Insurance Brokers] ESECS (2015)", released by FENACOR⁵⁷.
 2. A second issue is the risk of an economic problem known as adverse selection. In this case, only the professionals who operate correctly would be interested in participating in self-regulation on a voluntary basis. It is highly likely that brokers that operate irregularly – and let us not deny this exists in all professions, – would have no great interest in joining IBRACOR.
- Maybe this is why the IMF, as mentioned previously, in a review of the supervision of insurance distribution in Brazil and its adherence to the principles of the IAIS, has recommended so incisively and directly that self-regulation of the insurance broker should be mandatory, but not without SUSEP supervising the whole process. Possibly, there was rec-

⁵⁶ A similar problem already occurs with the trade unions, since not all professionals in this category are interested in belonging to a representative class body.

⁵⁷ FENACOR. *Estudo socioeconômico das empresas corretoras de seguros*, ESECS. 2015. Available at: <http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/esecs_pj_2015.pdf>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

ognition of the extreme difficulty the sector would have attracting brokers to a voluntary model in Brazil.

- We remind you that, in another legal interpretation, although there are restrictions indicated above with regard to mandatory supervision being inclusive to all brokers and not only to members of IBRACOR, these could be completely overcome, if the dictates contained in items “k” and “i” of Article 36 of Decree-Law No. 73/66, inserted by Supplementary Law No. 137/2010, were adopted in the competence of SUSEP, according to the transcript below. In other words, by the interpretation of the Supplementary Law cited, SUSEP could continue with the monitoring and supervision of the process, but also, if appropriate, establish agreements for this purpose proposed.

Art. 36.

.....

- k. oversee the operations of the self-regulatory entities of the brokerage market, including the exact fulfillment of this Decree-Law, other relevant laws, the regulations in general and resolutions of the National Council of Private Insurance (CNSP), and apply the appropriate penalties; and
 - l. conclude agreements for the execution of the services of their competence in any part of the national territory, in compliance with the requirements of the legislation in force. (Regulatory Standard). (BRAZIL, 2010).
- Another relevant aspect of this study was a comparison with other selected countries, with respect to the subject. In this analysis, it is important, first, to comment that it is natural that every state has certain sovereignty to legislate on the oversight and supervision of its insurance distribution markets, if only for the fact that they experience different realities. However, two common features stand out when comparing countries. First, the importance that the subject “insurance distribution” has in these economies, often with the creation of a specific laws or entities for this purpose. Second, in many cases, the participation of insurance brokers themselves as adjunct or auxiliary elements in this supervision. The notion is that, in a complex market such as the current insurance distribution business, one cannot ignore these professionals in the process.
- Thus, in Australia we witnessed the creation of a code of conduct for insurers, with specific topics on the distribution of products. In this code, an interesting fact is that they also have external elements to the insurance market (consumers, for example) as judges of the efficiency of the sector’s activities. In Hong Kong, the presence of self-regulation is very strong, including the dissemination of detailed statistics, showing

the efficiency of this mechanism. In the US, for its size, the biggest concern right now is to unify the various state laws, which signals the importance that the business has on society. In Canada, there are entities that function as a hybrid model, with the presence of government and brokers in its management, thus serving to monitor more efficiently the distribution of insurance.

- The possibilities are great and the models found in countries are diverse. This text does not claim to have exhausted the subject. However, a common detail draws our attention. How could it be otherwise, and following the international trends and internal demands, Brazil is on track to modernize the oversight and supervision of insurance brokers. This is extremely commendable, important for the industry, and there shall be no going back in the future. Thus, we believe that the participation of these professionals, with a more active presence in the process, should not be disregarded in this trajectory.

Bibliography

ABI. Association of British Insurers. *The distribution and sale of UK personal lines general insurance products*. 1993.

ADVOCIS. *An overview of the financial and insurance industry*. 2007. Available at: < https://www.combined.ca/documents/training/Financial_Insurance_Industry.pdf>. Accessed on: 30 Jan 2016.

ANBIMA. *Código de ética*. 2010. Available at: <<http://portal.anbima.com.br/a-anbima/associados/codigo-de-etica/Documents/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica.pdf>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

ANBIMA. *Site*. Available at: <<http://portal.anbima.com.br/Pages/home.aspx>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

AZEVEDO, Gabriel. Cassação alcança só 1% dos profissionais. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 jul.2010. Available at: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cassacao-alcanca-so-1-dos-profissionais-3gpbyo7bri-kacw6ol8sk75lji>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

BMFBOVESPA. *Novo Mercado*. Available at: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?idioma=pt-br>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

BOOTH, Philip. Lessons from history show self-regulation to be the best kind of control. *The Telegraph*, 08 Aug. 2010. Available at: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/7933318/Lessons-from-history-show-self-regulation-to-be-the-best-kind-of-control.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

BOSSONE, Biagio; PROMISE, Larry. The Role of Financial Self-Regulation in Developing Economies. *Financial Sector*. Available at: <<http://www1.worldbank.org/finance/html/self-regulation-in-developing-.html#author>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

BSM. *Estatuto social da BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados*. 2014. Available at: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/BSM-Estatuto-Social.pdf>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

BSM. *Regulamento do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos – MRP*. 2015. Available at: <<http://www.bsm-autorregulacao.com.br/InstDownload/Novo-RegulamentoMRP.pdf>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

CEA. CEA response to call for evidence. Need for a coherent approach to product transparency and distribution requirements for “substitute” retail investment products? *Position paper*. 2008. Available at: <<https://circabc.europa.eu/sd/a/05993d21-f826-4495-be8f-1ac661ca726a/CEA%20-%20European%20insurance%20and%20reinsurance%20federation%20-%20SRIPs.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

CISRO. *Site*. Available at: <<http://www.cisro-ocra.com/>>. Accessed on: 30 Jan 2016.

CNSP. *Resolução CNSP nº 233, de 2011*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=27874>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

CNSP. *Resolução CNSP nº 243, de 2011*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=28856>>. Accessed on: 31 Jan. 2016

CNSP. *Resolução CNSP nº 251, de 2012*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29316>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

CNSP. *Resolução CNSP nº 435, 2012*. Available at: <<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=29492>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

COISSI, Juliana. Brasil aumenta número de médicos, mas distribuição continua desigual. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 May. 2015. Available at: <<http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2015/05/1628533-brasil-aumenta-numero-de-medicos-mas-concentracao-continua.shtml>>. Accessed on: 01 Feb. 2016

CONAR. Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. Código e Anexos – CONAR. *Site*. Disponível em: <<http://www.conar.org.br>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

CVM. *Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007*. Available at: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/400/inst-461consolid.pdf>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

CVM. Regulação x Autorregulação. *Portal do Investidor*. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/a_cvm/Regulacao_Autorregulacao.html>. Accessed on: 02/02/2016.

DAVOR, Simon. *The West African Insurance Industry: regulating itself to take on the challenges and opportunities experienced and envisaged*. 2013.

DIONNE, Georges. *Handbook of Insurance*. 2000.

FEBRABAN. *Cartilha do Sistema de Autorregulação Bancária (SARB)*. Disponível em: <<http://www.autorregulacaobancaria.com.br/pdf/Cartilha.pdf>>. Accessed on: 02/02/2016.

FENACOR. *Estudo socioeconômico das empresas corretoras de seguros*, ES-ECS. 2015. Available at: <http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/esecs_pj_2015.pdf>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

FMI. *Brazil: Detailed assessment of observance of insurance core principles of the International Association of Insurance Supervisors*. 2012. Available at: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12334.pdf>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

FRANCO, Júlia Damazio de Barroso. *Autorregulação no mercado de capitais brasileiro*. 2008. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Available at: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12009/12009.PDF>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

FUNENSEG. A autorregulação no mercado de seguros. *Revista Cobertura*, 08 jun. 2005. Available at: <http://www.revistacobertura.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=30554&furiurl=-A-auto-regulacao-no-mercado-de-seguros->. Accessed on: 02 Feb. 2016.

GARCIA JÚNIOR, Rene. *Modelos regulatórios de mercado de capitais, seguros e previdência privada* – Análise da construção de uma agência regulatória única. 2003.

GENERAL INSURANCE CODE OF PRACTICE. *Subscribers to the code*. Available at: <<http://codeofpractice.com.au/about-the-code/subscribers-to-the-code>>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

GRACE, Martin F. Who should regulate the insurance industry? *Lexis Nexis*, 9 ago. 2009. Available at: <http://www.lexisnexis.com/legalnewsroom/insurance/b/insurance-law-blog/archive/2009/09/08/who-should-regulate-the-insurance-industry_3f00_.aspx>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

HKFI. Hong Kong Federation of Insurers. *Site*. Available at: <<http://www.hkfi.org.hk/#!/insurance-agent/index>>.

HKTDC. *Insurance industry in Hong Kong*. 2015. Available at: <<http://hong-kong-economy-research.hktdc.com/business-news/article/Hong-Kong-Industry-Profiles/Insurance-Industry-in-Hong-Kong/hkip/en/1/1X000000/1X003UWM.htm>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

IAIS. *Insurance core principles, standards, guidance and assessment methodology*. 2011. Available at: <http://iaisweb.org/modules/icp/assets/files/Insurance_Core_Principles_Standards_Guidance_and_Assessment_Methodology_October_2011_revised_October_2013_.pdf>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

ICA. *General insurance code of practice*. 2012. Available at: <<http://codeofpractice.com.au/assets/documents/Code%20of%20Practice%202012%20-%20FINAL%20L.pdf>>. Accessed on: 30 Jan 2016.

ICA. *New general insurance code of practice sets benchmark in industry self-regulation*. 01 Jul. 2014. Available at: <http://www.insurancecouncil.com.au/assets/media_release/2014/code%20of%20practice/140701%20Code%20of%20Practice.pdf>. Accessed on: 30 Jan 2016.

ICA. *Site*. Available at: <<http://www.insurancecouncil.com.au/>>. Accessed on: 30 Jan 2016.

ICNZ. Insurance Council of New Zealand. *New fair insurance code sets high benchmark for general insurance industry self-regulation*. 2015. Available at: <<http://www.icnz.org.nz/new-fair-insurance-code-sets-high-benchmark-for-general-insurance-industry-self-regulation/>>. Accessed on: 02/02/2016.

IEC. Investor Education Centre. *A quick guide to Hong Kong's financial system and services*. Available at: <<https://www.hkiec.hk/web/common/pdf/publication/en/IEC-quick-guide-to-hk-financial-system-and-services.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

IEC. *Regulation*. Available at <http://www.hkiec.hk/web/en/insurance/regulation/regulation.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

III. Insurance Information Institute. *Buying insurance: evolving distribution channels*. 2015. Available at: <<http://www.iii.org/issue-update/buying-insurance-evolving-distribution-channels>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

LOUZAS, Rodrigo. Número de arquitetos e urbanistas atuantes no país cresce 12% em 2013, de acordo com o CAU/BR. *Portal PINI Web*. 03 Feb. 2014. Available at: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/numero-de-arquitetos-e-urbanistas-atuantes-no-pais-cresce-12-304779-1.aspx>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

MENON, Jaya Smitha. Insurance companies should practice self-regulation. *International Finance Magazine*, 17 Feb. 2015. Available at: <<http://www.internationalfinancemagazine.com/article/Insurance-companies-should-practice-selfregulation.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

MOSE, Victor; KULOB, Robert. 2013 *Kenya insurance industry outlook*. Nairobi: IRA, 2013. Available at: <<http://www.ira.go.ke/attachments/article/105/2013%20Kenya%20Insurance%20Industry%20outlook.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

NAIC. *Site*. Available at: <<http://www.naic.org/>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

NAPSLO. National Association of Professional Surplus Lines Offices Ltda. *National Association of Registered Agents and Brokers (NARAB)*. Available at: <https://www.napslo.org/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation/wcm/Legislative_Advocacy___PAC/NARAB_Implementation.aspx?hkey=4929bb49-1a7b-4a55-bb73-2493d731026f>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

NARAB. National Association of Registered Agents and Brokers. Reform Act of 2013. In: WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2016. Available at: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=National_Association_of_Registered_Agents_and_Brokers_Reform_Act_of_2013&oldid=701317262>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

NCC. National Consumer Council. Models of self-regulation. An overview of models in business and the professions. Available at: <http://www.talking-cure.co.uk/articles/ncc_models_self_regulation.pdf. 2000>. Accessed on: 02/02/2016.

NIPR. National Insurance Producer Register. *Site*. Available at: <http://www.nipr.com/index_sitemap.htm>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

NORTON ROSE FULBRIGHT. 2015 – what is on the horizon for the insurance industry? Available at: <<http://www.nortonrosefulbright.com/knowledge/publications/125857/2015-what-is-on-the-horizon-for-the-insurance-industry>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

OCI. Office of the Commissioner of Insurance. *Site*. Available at: <<http://www.oci.gov.hk/about/index.html>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

OECD. Insurance regulation and supervision in Asia and Latin America. 2001. Available at: <http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/insurance-regulation-and-supervision-in-asia-and-latin-america_9789264193055-en>. Accessed on: 02/02/2016.

PIBA. Professional Insurance Brokers Association. *Statistics*. Available at: <http://www.piba.org.hk/index.php/en/statistics?option=com_extra&page_id=statistics>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

POWLAY, John. Regulating for consumer protection in private health insurance—can industry self-regulation work? *The Australia health consumer*, n.2, p. 7-9, 2005-2006. Available at: <<https://www.chf.org.au/pdfs/ahc/ahc-2005-2-regulating-consumer-protection.pdf>>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

PROCESSOS por erro médico crescem 140% no STJ. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 22 mar. 2015. Available at: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/processos-por-erro-medico-crescem-140-no-stj-4723823.html>>. Accessed on: 02/02/2016.

RIBO. *Site*. Available at: <www.ribo.com>. Accessed on: 30 Jan. 2016.

SUSEP. *Corretores chegam a consenso e resolvem ter uma única autorreguladora*. Disponível em:<<http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/noticias/corretores-chegam-a-consenso-e-resolvem-ter-uma-unica-autor-reguladora>>. Accessed on: 01 Feb. 2016.

SUSEP. *Relatório de Gestão de Serviços*. [s.d.]

TAVARES, Paulo Sérgio Araújo. *Regulação e autorregulação do mercado de capitais*. Available at: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8260>. Accessed on: 31 Jan. 2016.

TRINDADE, Marcelo; SANTOS, Aline de Menezes. *Regulação e Autorregulação no Brasil e a crise internacional*. 2010.

ZANOTTA, Alexandre. *Regulação e autorregulação no mercado de capitais brasileiro*. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005. Available at: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1375>. Accessed on: 02/02/2016.